



SARAH DA SILVA

**ESTÁGIO NA FÁBRICA DAS PALAVRAS – Gestão
de Projetos e Tradução Jurídica**



SARAH DA SILVA

**ESTÁGIO NA FÁBRICA DAS PALAVRAS – Gestão de
Projetos e Tradução Jurídica**

Relatório de estágio apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Tradução Especializada em Ciências Jurídicas realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Eugénia Tavares Pereira e da Doutora Cláudia Maria Pinto Ferreira, ambas do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho aos meus pais, irmãos e amigos pelo incansável apoio.

o júri

presidente

Professora Doutora Maria Teresa Murcho Alegre
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

Doutora Rosa Maria Marques Faneca de Oliveira
Membro do Centro de Investigação "Didática e Tecnologia na Formação de Formadores"
(CIDTFF), Universidade de Aveiro (arguente)

Professora Doutora Maria Eugénia Tavares Pereira
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro (orientadora)

agradecimentos

Gostaria de agradecer à Dr.^a Lúcia Domingues, da Fábrica das Palavras, por me ter integrado na sua equipa, pelo inesgotável interesse em me informar sobre tudo o que se passa no mundo da tradução e pelo apoio incansável prestado durante todo o período de estágio. Aproveito também para agradecer a toda a equipa da Janela Redonda, por me ter acolhido e integrado no seu ambiente de trabalho.

À Prof.^a Maria Eugénia Pereira e à Dr.^a Cláudia Maria Pinto Ferreira, minhas orientadoras, por me terem orientado e apoiado na conclusão de mais uma fase da minha formação.

À Prof.^a Maria Teresa Murcho Alegre pela atenção e disponibilidade.

Aos meus pais pelo amor incondicional, apoio, incentivo e esforço para tornarem os meus sonhos possíveis.

Aos meus amigos pelo incentivo e amizade demonstrados ao longo do meu percurso.

A todos muito obrigada!

palavras-chave

Estágio, tradução jurídica, Fábrica das Palavras, gabinete de tradução, gestão de projetos, certificação notarial, Apostilha de Haia

resumo

O presente relatório tem como objetivo descrever o funcionamento do gabinete de tradução Fábrica das Palavras e as atividades realizadas ao longo do estágio. Também se pretende desenvolver uma reflexão crítica sobre as traduções jurídicas realizadas ao longo do estágio, em francês, tendo em conta todo o suporte teórico existente sobre tradução jurídica. É necessário conhecer os diferentes tipos de textos jurídicos, os problemas que surgem durante a realização de uma tradução jurídica e os métodos que existem para os resolver. Abordar-se-á, igualmente, a importância da certificação e da Apostilha de Haia.

keywords

Academic training, legal translation, Fábrica das Palavras, Translation Company, Project Management, Notarial Certification, The Hague Apostille

abstract

This report aims to describe Fábrica das Palavras' company operation and the activities performed while on the academic training. Considering all the existing theoretical support on legal translation, critical reflection of French translations carried out during the academic training will be developed. The typology of legal texts, the problems of legal translation and the strategies to solve them will be described, as well as the importance of certification and The Hague Apostille.

Índice

| | |
|--|----|
| Índice de Tabelas | x |
| Índice de Siglas | x |
| Introdução..... | 1 |
| 1. Enquadramento teórico | 2 |
| 1.1. Gestão de projetos | 2 |
| 1.2. Tradução | 3 |
| 1.3. Tradução jurídica | 6 |
| 2. A Fábrica das Palavras | 13 |
| 3. O estágio..... | 15 |
| 3.1. Gestão de Projetos | 17 |
| 3.1.1. Tradutores | 17 |
| 3.1.2. Clientes | 24 |
| 3.1.3. Orçamentação | 26 |
| 3.1.4. Follow-up dos clientes | 30 |
| 3.2. Tradução | 32 |
| 3.2.1. Pré-tradução..... | 32 |
| 3.2.2. Tradução | 35 |
| 3.2.3. Pós-tradução | 37 |
| 3.3. Tradução jurídica | 39 |
| 3.3.1. Certificação notarial | 39 |
| 3.3.2. Apostilha de Haia | 40 |
| 3.3.3. Comentário das traduções jurídicas..... | 42 |
| Conclusão..... | 52 |
| Referências bibliográficas | 54 |
| Anexo I | 58 |
| Anexo II | 59 |
| Anexo III | 62 |
| Anexo IV | 63 |
| Anexo V | 66 |
| Anexo VI..... | 67 |
| Anexo VII..... | 73 |

Índice de Tabelas

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Resultados do formulário de recrutamento..... | 20 |
| Tabela 2 Orçamentos da concorrência | 28 |
| Tabela 3 Memórias de tradução criadas, número de alinhamentos realizados e o respetivo par de línguas..... | 34 |
| Tabela 4 Traduções realizadas | 37 |
| Tabela 5 Países de língua oficial portuguesa, inglesa e francesa, aderentes à Convenção de Haia | 41 |

Índice de Siglas

MT – Memórias de tradução

BDT – Base de dados terminológica

GP – Gestor de projetos

CAT – *Computer-assisted translation* (tradução assistida por computador)

TP – Texto de partida

TC – Texto de chegada

Introdução

No mercado de trabalho, a tradução é ainda mais complexa do que aparentava ser quando ainda nos encontrávamos em contexto académico. Os fatores tempo, qualidade e profissionalismo são aspetos fulcrais a ter em consideração, porque permitem distinguir um de entre os demais tradutores, num meio que se afigura bastante competitivo. Ora, estes apenas são adquiridos pela combinação das experiências académica e profissional.

Durante o meu percurso académico, desde a Licenciatura em Tradução até ao presente Mestrado de especialização em Tradução Jurídica, nas vertentes de Inglês e Francês, adquiri várias competências translacionais, de pesquisa e tratamento da informação, e conhecimentos sobre as matérias da especialidade. No entanto, para colmatar parte daquilo que o meu percurso académico não conseguiu proporcionar-me, como a tomada de consciencialização do estado atual do mercado da tradução, a forma de gerir projetos aplicados à tradução e a maneira de encarar os verdadeiros desafios e problemas da profissão de tradutor, decidi optar por realizar um estágio.

A Fábrica das Palavras foi o gabinete de tradução que me acolheu e me abriu as portas para o mundo profissional. Recebi a sua aceitação com entusiasmo e fiquei, desde logo, aberta a conhecer a gestão de projetos de tradução, o mercado da tradução, a forma como se conseguem clientes e como temos de lidar com os mesmos. Depois, também fui descobrindo quais eram as minhas capacidades e fui, sobretudo, aprendendo com os erros cometidos, antes, durante e após as minhas traduções.

Este estágio acabou por culminar neste relatório, que visa concluir o mestrado suprarreferido, e nele expresso todo o conhecimento adquirido e todas as competências desenvolvidas. Começo por apresentar o gabinete de tradução e por situá-lo no mercado nacional e internacional. De seguida, trato de enquadrar o meu trabalho na teoria existente, assim como o de descrever todas as tarefas realizadas e apontar todas as informações abordadas durante o estágio, mesmo as de carácter meramente teórico. Antes de concluir, realizo um comentário crítico sobre as traduções jurídicas de francês realizadas durante o período de estágio.

1. Enquadramento teórico

1.1. Gestão de projetos

A tarefa de gestão de projetos não é tão simples como parece. Com efeito, existem muitos fatores internos e externos que podem influenciar o sucesso de um projeto. No entanto, antes de perceber o que é a gestão de projetos e o que ela compreende, é necessário definir o conceito de projeto. De acordo com a ISO/TC 10006 (2003) um projeto é:

(...) unique process, consisting of a set of coordinated and controlled activities with start and finish dates, undertaken to achieve an objective conforming to specific requirements, including the constraints of time, cost and resources. (definição 3.5)

O projeto de tradução enquadra-se perfeitamente nesta definição, visto que contempla todas estas particularidades, como pude verificar durante o meu estágio curricular, e como mais abaixo irei relatar: todos os projetos de tradução têm como base um texto a ser transposto para uma ou mais línguas, de acordo com o público-alvo e o objetivo do texto, dentro de um prazo e custos acordados entre o cliente e o prestador de serviços, sendo os recursos disponíveis controlados por este último.

Segundo Kerzner (2009) a gestão de projetos compreende cinco fases:

- Iniciação do projeto
- Planeamento do projeto
- Execução do projeto
- Acompanhamento e controlo do projeto
- Encerramento do projeto

O primeiro contacto do cliente com a Fábrica das Palavras, a comunicação interna, a avaliação dos benefícios e riscos do projeto ficavam a cargo da gestora de projetos, Lídia Domingues. A minha tarefa apenas começava na fase de planeamento de projeto, onde preparava os documentos e definia a quantidade de trabalho (contava número de palavras do(s) documento(s) e, em função disso, definia os preços, os prazos e as especificações do projeto). Caso o trabalho fosse adjudicado, a gestora de projetos ficava com a tarefa de comunicar com os tradutores da sua base de dados e de lhes enviar os documentos e as especificações do projeto. Caso o trabalho tivesse como

línguas de partida os meus idiomas de trabalho, o inglês e o francês, e como língua de chegada o português, era eu que executava a tarefa de tradução, com exceção das traduções de dois clientes, que solicitavam traduções do português para o inglês. Como ambos os clientes eram regulares, o gabinete possuía traduções anteriormente realizadas (por tradutores nativos de inglês), o que permitiu a criação de memórias de tradução, para facilitar e encurtar o número de palavras a traduzir.

A fase de acompanhamento e controlo do processo de tradução também não ficou a meu cargo, visto tratar-se de comunicação entre o cliente-gabinete e o gabinete-tradutores. Qualquer dúvida ou alteração ao documento inicial eram comunicadas, pelo cliente, ao gabinete de tradução e eram reencaminhadas para o colaborador encarregue da tradução. Qualquer dúvida do tradutor, acerca do texto de partida, era colocada ao cliente.

A última fase consistia em verificar se todos os documentos solicitados se encontravam devidamente traduzidos para as línguas solicitadas. Em suma, era necessário validar a tradução final. De seguida, a gestora de projetos, Lúcia Domingues, emitia a fatura e enviava-a juntamente com o trabalho, via correio eletrónico. Toda a parte administrativa ficava a cargo do serviço de contabilidade contratado pela empresa.

Um gestor de projeto tem um papel fundamental numa empresa, pois é da sua responsabilidade gerir e controlar os custos, o tempo, o desempenho do projeto e os recursos humanos e não humanos. É também essencial que ele tenha uma boa relação com os clientes, por isso, para além de conhecimentos de gestão, ele deve ter fortes capacidades de comunicação e interpessoais. Por outro lado, deve igualmente estar familiarizado com todas as operações e fases dos serviços de tradução, incluindo tecnologias, tais como as ferramentas de tradução assistida por computador. Todos estes fatores são a chave para uma gestão de projetos bem-sucedida.

1.2. Tradução

A tradução é considerada por muitas pessoas como algo muito simples, que não requer nem muito tempo nem muitas capacidades. Segundo elas, basta que alguém conheça duas línguas, que tenha tempo e vontade para realizar um projeto de tradução.

Ora, isso não é verdade. Com efeito, a tradução requer grandes conhecimentos e competências na área e uma delas é, precisamente, o uso das tecnologias, que surgiram para apoiar o processo de tradução, sendo que este tem de ser sempre elaborado por mão humana. Se é verdade que as ferramentas de tradução assistida por computador

visam agilizar o processo de tradução, é essencial que as decisões finais sejam sempre do tradutor. Cabe-lhe a ele aceitar ou recusar uma proposta da memória de tradução e essa decisão só pode ser tomada se os textos de partida e de chegada forem previamente analisados por ele. Os verdadeiros profissionais têm formação na área da tradução e não estudaram apenas línguas; também tiveram de estudar teoria da tradução, conhecer e aplicar métodos e técnicas de tradução, refletir sobre as suas escolhas, justificar as suas decisões e conseguir aplicar o processo de tradução.

Assim, o CEN/SS A07 (2004) visa:

(...) estabelecer e definir os requisitos para a prestação de serviços de tradução de qualidade. Engloba o processo de tradução e todos os outros passos que implicam a prestação do serviço respetivo. A garantia da qualidade e a capacidade de registo da sua evolução são alguns dos elementos fundamentais. (p.3)

Neste sentido, o CEN/SS A07 (2004) define que, para obter qualidade no serviço efetuado, os tradutores devem apresentar pelo menos uma das seguintes condições:

- formação oficial em tradução;
- diploma universitário ou equivalente e experiência mínima de dois anos em tradução;
- cinco anos de experiência em tradução.

Para além da formação, o CEN/SS A07 (2004) define, ainda, que o tradutor deve possuir as cinco competências seguintes:

- **Competência tradutológica:** é a capacidade de traduzir até ao nível requerido, de detetar problemas de compreensão e produção, de lidar com a terminologia e fraseologia assim como de produzir um texto de chegada, de acordo com os requisitos acordados com o cliente;
- **Competência linguística e textual** (língua de chegada e língua de partida): é a capacidade de compreender e analisar a língua de chegada e de dominar a língua de partida, de conhecer os tipos de texto e de aplicar estes conhecimentos na produção de textos;
- **Competência de pesquisa** (aquisição de informação e processamento): é a capacidade de adquirir conhecimentos linguísticos e de especialidade adicionais para compreender o texto de partida e de produzir o texto de chegada, desenvolvendo estratégias para o uso eficiente das informações

disponíveis e fazendo uso da experiência no uso de ferramentas de pesquisa;

- **Competência cultural:** é a capacidade de fazer uso da informação dos sistemas de valor e padrões locais e comportamentais que caracterizam as culturas de chegada e de partida;
- **Competência técnica:** é a capacidade para manusear recursos técnicos, tais como os equipamentos de *software* (ferramentas de tradução assistida por computador) e *hardware*.

Gouadec (2007) refere ainda a necessidade de os tradutores terem competências nas áreas de gestão de projetos (isto é, de conhecer as especificações, planejar e gerir a parte financeira, a contabilidade e os recursos), de releitura e revisão e de possuírem comportamentos adaptados às diversas circunstâncias da vida profissional.

Para além das referidas competências, o tradutor deve ter em conta as etapas do processo de tradução de forma a garantir a realização de um produto final de qualidade e, desse modo, a satisfação do cliente. Qualquer formação superior em tradução dá a conhecer aos seus estudantes os modelos teóricos sobre esta matéria, e o que começa por ser um processo puramente cognitivo, acaba por se tornar num processo intuitivo. Gouadec (2007) descreve e divide esse processo em três etapas essenciais: a pré-tradução, a tradução e a pós-tradução. Vejamos cada uma delas em pormenor:

- A **pré-tradução** consiste em: receber e preparar os documentos; compreender o texto de partida; procurar e analisar a terminologia e fraseologia; criar memórias de tradução; preparar o material para a tradução (por exemplo, ferramentas de tradução assistida por computador, material de consulta, glossários, manuais de estilo do cliente (CEN/SS A07, 2004). Considero que também seria oportuno acrescentar o ponto de vista funcionalista de Nord (1997) quando esta se refere à importância das instruções de tradução (*translation brief*), isto é, quando se especifica o *skopos* (o objetivo do processo translacional), quem traduz e para quem, onde, quando, como (oral ou escrito) e para que objetivo se traduz. Além de todos os aspetos acima mencionados, o CEN/SS A07 (2004) também acrescenta a análise do texto de partida (onde se procura determinar: a função e o tipo de texto, o público-alvo do texto de partida e do texto de chegada, o assunto, o género e registo, a gramática e sintaxe, o léxico e a semântica, entre outros).

- **A tradução** consiste em: elaborar um texto que esteja de acordo com as normas da língua de chegada e que tenha em consideração as especificações do serviço (CEN/SS A07, 2004).
- **A pós-tradução** consiste em: incluir os serviços de valor acrescentado (legalização de documentos, DTP, verificação, revisão, entre outros) (CEN/SS A07, 2004). De acordo com Gouadec (2007), para muitas pessoas, nesta fase, procede-se ao controlo de qualidade e nela se incluem a verificação pelo tradutor (os erros ou omissões de tradução, as falhas de formatação, entre outros) e a revisão linguística por uma pessoa diferente do tradutor (assegurando, assim, a coerência terminológica, a adequação do estilo e registo, a adequação em relação ao objetivo (CEN/SS A07, 2004), entre outros) e a edição (DTP).

O tradutor, enquanto trabalhador independente, antes de enviar o seu próprio trabalho ao cliente/gabinete de tradução, fica obrigado a realizar a maior parte destas tarefas, incluindo a revisão do seu próprio trabalho.

1.3. Tradução jurídica

O Homem começou a organizar-se, desde muito cedo, em coletividades, de modo a conseguir alcançar objetivos individuais, mas também comuns aos outros seres da sua espécie. Por ter interesses próprios e necessidades individuais, o Homem afirma-se como indivíduo autónomo, acabando, em algum momento, por entrar em conflito com os interesses alheios e por invadir o espaço de liberdade do outro. O Direito surge “a partir da necessidade de regular as atividades dos indivíduos, nas suas relações recíprocas, limitando-as e coordenando-as na perspetiva do interesse comum” (Sousa, 2013, p. 8), impondo regras ditadas pelo bom senso. Regra geral, nos dias de hoje, cabe ao Estado regular as relações sociais e garantir o bem-estar coletivo, legislando sobre várias matérias (Sousa, 2013), e aos tribunais “assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, reprimir a violação da legalidade democrática e dirimir os conflitos de interesses públicos e privados” (Constituição da República Portuguesa, 2005, artigo 202.º), sendo que estes são considerados órgãos independentes sujeitos apenas à lei (Constituição da República Portuguesa, 2005, artigo 203.º).

Com a globalização e a internacionalização das empresas, existe cada vez mais interação e mobilidade entre pessoas de diferentes países, culturas e línguas, e tem vindo a haver, ao longo dos últimos anos, uma maior cooperação entre países, nomeadamente dentro da União Europeia. De forma a permitir essa interação, mobilização e cooperação é importante e necessário a entrega de documentação de maneira a satisfazer as necessidades de comunicação. Os documentos jurídicos são o tipo de texto que se tem vindo a destacar mais neste fenómeno.

De acordo com Cao (2007), os textos jurídicos podem ser divididos em quatro tipos de textos:

- legislativos: elaborados pelo legislador (tratados internacionais, legislação nacional, entre outros);
- judiciais: elaborados por oficiais de justiça e outras autoridades judiciais competentes (processos judiciais, decisões judiciais, entre outros);
- académicos: elaborados por professores de Direito ou juristas (doutrina);
- privados: elaborados por advogados (contratos, testamentos, entre outros) e por outros profissionais (acordos privados, depoimentos de testemunha, entre outros).

Para facilitar e estimular a troca desses tipos de textos, recorre-se a profissionais de tradução. Contudo, a tradução jurídica é uma das tarefas mais desafiantes para um tradutor (Correia, 2002; Harvey, 2002, citado por Ainsworth, 2014). Ao contrário da tradução geral, a tradução jurídica é uma área especializada, que não tem apenas constrangimentos linguísticos, mas também jurídicos, devido à natureza especial do Direito e da linguagem jurídica (Cao, 2007). Por isso, antes mesmo de aceitar um projeto de tradução nesta área, torna-se fundamental que o tradutor tenha conhecimentos no âmbito do Direito.

Ainsworth (2014) esclarece que o papel do tradutor jurídico é o de criar, numa dada língua, um texto jurídico de chegada equivalente ao texto jurídico de partida, que se encontra redigido numa outra língua, de forma a que quem aplica a lei possa chegar às mesmas conclusões, independentemente do facto de ter em mãos o texto de partida ou o texto de chegada. A fim de ir ao encontro dessas expectativas, o tradutor deve apenas perceber o texto de partida e evitar interpretá-lo no sentido legal, isto é, deve transmitir o que é dito e não aquilo que se pensa que é dito, para não fazer juízos de valor (Ainsworth, 2014). Apenas desta forma o texto de chegada manterá o sentido do original, o efeito jurídico e a intenção pretendidos (Šarčević, 2000). No entanto, a tarefa não é fácil, devido aos inúmeros problemas de traduzibilidade que são inerentes a este tipo de

tradução, especialmente devido às diferenças existentes entre os sistemas jurídicos e às dissemelhanças linguísticas e culturais.

Os sistemas jurídicos mundiais podem ser divididos em Direito: Românico, Germânico, Nórdico, Anglo-Saxónico, Socialista, Extremo Oriente, Islâmico e Hindu (Zweigert & Kötz, 1992, citado por Cao, 2007). Os sistemas jurídicos mais influentes do mundo são o Direito Anglo-Saxónico e o Romano-Germânico, visto que cerca de 80% dos países do mundo pertencem a um destes dois sistemas jurídicos (por exemplo, a Inglaterra, os EUA e a Austrália pertencem à família do Direito Anglo-Saxónico e países como Portugal, França e Japão pertencem ao Direito Romano-Germânico) ou têm influências de ambos os sistemas (sistemas híbridos, como é o caso da África do Sul e da Província do Québec no Canadá) (Cao, 2007). Os diferentes sistemas divergem em vários fatores, tais como: a organização do sistema judicial, as fontes de direito, a aplicação do direito, a terminologia, o discurso, entre outros. Isto deve-se principalmente ao facto de o Direito ter evoluído ao longo dos tempos, tendo recebido influências da cultura, história (Cao, 2007) e religião do país em questão. Justice Oliver Wendell Holmes (1881/1990: 1, citado por Cao, 2007) reflete bem sobre essa ideia:

The life of the law has not been logic: it has been experience. The felt necessities of the time, the prevalent moral and political theories, intuitions of public policy, avowed or unconscious, even the prejudices which judges share with their fellow-men, have had a good deal more to do than the syllogism in determining the rules by which men should be governed. The law embodies the story of a nation's development through many centuries. (pp. 23-24)

Na tradução, transita-se de um sistema legal para outro e as diferenças enumeradas acima transformam-se num problema para o tradutor, devido a um certo grau de intraduzibilidade, isto é, à falta de equivalências (Cao, 2007). Mesmo entre países que pertençam à mesma família do Direito, a tarefa de tradução também tem os seus obstáculos (apesar de o trabalho se tornar mais fácil do que se fosse entre famílias distintas) (Cao, 2007). O Direito permanece um fenómeno nacional, sendo que o Direito de cada país tem um sistema jurídico independente, com a sua própria terminologia, regras de classificação, fontes do direito, abordagens metodológicas e princípios socioeconómicos (Cao, 2007).

O segundo grande problema de um tradutor jurídico tem a ver com as diferenças linguísticas (Cao, 2007). Com efeito, o excesso de vocabulário técnico, as expressões latinas, as palavras arcaicas, formais e inabituais, as frases longas e complexas,

construídas na passiva, num estilo formal e impessoal, a desorganização do texto (González-Ruiz, 2014), sendo que, por vezes, este também é ambíguo, vago e incerto, devido ao facto de usar palavras de uso comum, mas com significados diferentes em contexto jurídico, tornam-se barreiras para a compreensão do texto (Cao, 2007). A linguagem jurídica evoluiu no sentido de ir ao encontro das expectativas criadas pelo sistema jurídico, acabando por torná-lo complexo e difícil (Cao, 2007). Há outros fatores que podem complicar o processo de tradução, tais como a ausência de terminologia equivalente e os falsos amigos.

Por último, os problemas culturais vêm adensar, ainda mais, as dificuldades da tradução, pois é necessário entender que em qualquer tipo de tradução, qualquer que seja a área, é necessário entender que o texto se encontra inserido num determinado contexto e que pertence a uma sociedade, com uma cultura que lhe é própria. Sendo que a língua utilizada não pode ser vista de forma isolada, mas como parte de uma cultura (Cao, 2007), é necessário ter este facto em conta quando se visa a tradução. Iser (1994, citado por Cheng, Sin, & Wagner (2014)) descreve a problemática da cultura durante a tradução, quando afirma que:

Translatability aims at comprehension, whereas encounters between cultures or interactions between levels of culture involve either assimilation or appropriation by making inroads into one another, trying to get out of a different culture or the different intra-cultural levels what seems attractive, useful, or what has to be combated and suppressed for whatever reasons. (p. 37)

A cultura também se manifesta no Direito e na linguagem jurídica, uma vez que os textos são em quase toda a sua extensão culturalmente específicos (Weston, 1983, citado por Cao, 2007). A existência de diferentes culturas e tradições jurídicas são a razão pela qual as linguagens jurídicas diferem umas das outras e nunca serão iguais à linguagem comum (Šarčević, 2000).

Para resolver estes problemas, é necessário escolher um método de tradução adequado. Dentro dos métodos existentes, o método livre e o método literal são os que têm gerado mais debate no meio jurídico, uma vez que a escolha entre um ou outro não é consensual. De acordo com Hurtado Albir (2004), a tradução livre não visa transmitir o mesmo sentido do texto original, mas deve manter a mesma informação e funções similares (por exemplo, adaptar o texto a outro público-alvo, sistema jurídico ou objetivo). A tradução literal centra-se na tradução palavra a palavra, sintagma a sintagma ou frase

a frase. O objetivo é apenas reproduzir o sistema linguístico ou a forma do texto de partida (Hurtado Albir, 2004).

De acordo com Šarčević (2000), a tradução literal sempre foi o método predileto do tradutor jurídico, elaborando, desta forma, o texto de chegada o mais próximo possível da forma e substância do texto de partida. Hoje em dia, ainda existe a tendência para pensar que os textos jurídicos não devem sofrer interferências/alterações (como, por exemplo, uma simplificação da linguagem jurídica, de forma a que seja compreensível para qualquer pessoa), pelo facto de a linguagem jurídica utilizada ao longo dos séculos se ter revelado eficaz e por se tratar de textos suscetíveis de consequências jurídicas e, por isso, a tradução literal deve ser sempre adotada, independentemente do tipo de texto, da sua função ou do objetivo do texto de chegada (González-Ruiz, 2014). Didier (citado por Šarčević, 1997) é um dos defensores desse método, por isso afirma: “La traduction juridique n’est pas libre, car le droit impose à la langue ses propres contraintes terminologiques et stylistiques” (p. 16). No entanto, alguns autores, tais como Šarčević e González-Ruiz, criticam fortemente esta ideia, porque, segundo eles, se enche o texto de decalques (traduções literais) terminológicos e sintáticos sem sentido (González-Ruiz, 2014). O facto é que os critérios de seleção de uma estratégia continuam a não ser uniformes.

Para González-Ruiz (2014), a escolha de um método de tradução pode passar pelo princípio da tradução funcional. Este princípio determina que o critério de qualquer processo de tradução é o *skopos* (palavra grega que significa objetivo) do ato translacional no seu todo (Nord, 1997). A teoria de *skopos* permite que sejam usadas diferentes estratégias em diferentes situações, não sendo a análise do texto de partida o único fator a ter em consideração para a escolha do método apropriado (Nord, 1997). Dependendo do *skopos*, o tradutor pode realizar uma tradução mais fiel, mais livre ou ambas (Nord, 1997). Tal como González-Ruiz (2014) diz, “professionals (...) can see further than the mere uncritical conveyance of words and surfaces” (p.74). A escolha desta abordagem permite ao tradutor optar, por exemplo, por uma linguagem mais clara e mais acessível, sem palavras raras e fórmulas sem sentido, aos leigos. No entanto, isto não invalida o uso de termos técnicos necessários para transmitir a mensagem e sentido do texto (González-Ruiz, 2014).

Para Šarčević (2000), o funcionalismo é irrelevante para a tradução jurídica. Os textos jurídicos estão sujeitos às normas que regem o seu uso e, por isso, deve-se ter em consideração, acima de tudo, o critério jurídico. O tradutor deve decidir se os equivalentes escolhidos são adequados, com base na lei que rege o texto de chegada e

não a sua função. Esta autora defende também uma abordagem orientada aos recetores da tradução e dá como exemplo do Canadá, que já tem em prática um método de redação bilingue, isto é, o texto traduzido parece ter sido redigido originalmente nessa língua.

Koutsivitis (1990), tradutor na Comissão da União Europeia, destaca a importância da tarefa do tradutor em transferir o sentido do texto original, sustentando que os tradutores da União Europeia estão autorizados a ser criativos em relação a alguns tipos de texto.

De forma geral, para resolver o problema dos critérios, vários foram os autores que começaram por classificar os textos jurídicos (Šarčević, 1997). Cao (2007), por exemplo, fornece-nos quatro classificações diferentes, de acordo com o critério:

- **o assunto do texto de partida:** legislação nacional e tratados internacionais, documentos jurídicos privados, trabalhos académicos e jurisprudência;
- **o estatuto do texto de partida:** com força de lei (por exemplo, leis) ou sem força de lei (por exemplo, trabalhos académicos);
- **a função dos textos jurídicos na língua de partida:** normativos (por exemplo, leis, códigos, tratados), híbridos (por exemplo, decisões judiciais) e descritivos (doutrina);
- **objetivo comunicativo:** objetivo normativo e objetivo informativo
- **objetivo do texto de chegada:** normativo (os textos de partida e os textos de chegada têm o mesmo objetivo comunicativo e a mesma força jurídica após a sua autenticação - por exemplo, leis e contratos), informativo (apenas o texto de partida tem valor jurídico e o texto de partida e o texto de chegada podem ter objetivos comunicativos diferentes, como por exemplo, decisões judiciais, trabalhos académicos, etc.) e jurídico geral (meramente informativo, como, por exemplo, depoimentos, acordos, contratos, etc.).

Sabendo qual o critério em que ele se vai basear para realizar as suas traduções, o tradutor poderá, então, decidir qual a melhor estratégia a utilizar para obter um texto final que corresponda ao pretendido. No entanto, cada tradutor tem de ter consciência de que é inútil procurar alcançar uma equivalência absoluta entre conceitos jurídicos, pois é raro haver duas palavras iguais na mesma língua e, especialmente, em duas línguas diferentes (Cao, 2007).

Em conclusão, o tradutor tem a necessidade de ficar o mais próximo possível do texto de partida, de forma a evitar possíveis complicações e desencadear uma má interpretação jurídica, que pode ter consequências graves quer para o cliente, quer para a empresa de tradução. Depois, também é essencial que o tradutor seja capaz de interpretar o texto e de converter o seu sentido para outra língua, tornando-o compreensível para o leitor. Assim sendo, só depois de uma análise prévia de cada texto o tradutor será capaz de avaliar qual o melhor método a utilizar para obter uma tradução de qualidade.

2. A Fábrica das Palavras

A Fábrica das Palavras encontra-se sediada em Leiria desde o ano de 2008, sendo uma marca registada da Janela Redonda, um centro de explicações e apoio escolar. A fundadora do gabinete de tradução, Lídia Domingues, decidiu registar esta empresa para poder ter um espaço físico onde receber os textos dos clientes e entregar as respetivas traduções. Além disso, a empresa também utiliza o espaço para prestar serviços de explicações, eventos e formações.

Os princípios aplicados, e firmemente defendidos pela empresa, são de várias ordens, sendo o primeiro, a formação superior em tradução. É essencial saber línguas, mas isto não basta para se ser tradutor. A formação académica permite adquirir outras competências e conhecimentos, na área de tradução, e fazer com que a profissão de tradutor seja valorizada. Em segundo lugar, é essencial que os tradutores trabalhem sobre a sua língua nativa: além de dominarem a língua de partida, eles também têm de compreender e dominar a terminologia, sintaxe, gramática, fraseologia, etc., do texto de chegada, pois só assim conseguirão reescrever o texto de acordo com a língua e cultura pretendidas. Em terceiro lugar, encontra-se a qualidade, um aspeto que, afinal, é essencial em qualquer área e mercado de trabalho. Com efeito, um texto bem redigido, sem gralhas e adaptado ao objetivo, ao público-alvo e à cultura de chegada, é uma porta aberta para a captação de futuros clientes, mas, mais importante ainda, é um sinal de credibilidade. Se os clientes confiarem no trabalho que lhes é entregue, a imagem da empresa sairá valorizada. Em quarto lugar, está o sigilo, uma vez que os textos enviados pelos clientes podem conter informações delicadas e que não são de domínio público. A quebra da confidencialidade pode acarretar prejuízos graves para os clientes e uma grave quebra da confiança no gabinete de tradução. Finalmente, mas não menos importante, está o cumprimento dos prazos: o cliente espera profissionalismo e rigor de um serviço pago, para que ele próprio possa planear e executar as suas tarefas de acordo com os prazos estabelecidos.

Tendo os princípios descritos acima em mente, a Fábrica das Palavras conta com uma equipa de tradutores *freelancer*, cujas línguas de trabalho incluem o Português, o Inglês, o Francês e o Castelhana, como línguas mais pedidas e mais comuns, mas também o Italiano, o Alemão, o Neerlandês, o Polaco, o Russo, o Mandarim, o Árabe e, muito recentemente, o Japonês, sendo que a maioria dos tradutores contratados têm como língua materna um idioma diferente do português, visto que a procura é em grande parte para línguas de chegada estrangeira. Além dos tradutores, o gabinete de tradução

também conta, na sua equipa, com uma gestora de projetos, Lúcia Domingues. A sua principal função é gerir projetos de tradução, mas também lhe cabe procurar clientes, manter uma base de tradutores fiáveis, e em harmonia com os seus princípios, orçamentar, atribuir trabalhos, servir de intermediária entre o tradutor e o cliente, gerir reclamações, atualizar as redes sociais e o marketing do gabinete.

Relativamente aos serviços, o gabinete realiza traduções, revisões, certificações, e transcrições áudio.

No que diz respeito às traduções, as mais solicitadas são de documentos jurídicos e financeiros, páginas internet, catálogos de produtos, manuais de instruções, brochuras informativas e trabalhos académicos. Dentro das traduções jurídicas, temos os assentos, as procurações, as certidões emitidas pelas Conservatórias do Registo Comercial, os contratos, o registo criminal, os pactos sociais e as sentenças.

As traduções realizadas são sobretudo do português para uma língua estrangeira. O mercado internacional ainda não está ao alcance do gabinete, mas é um dos objetivos a atingir a longo prazo, visto que o gabinete tem procurado conseguir mais trabalhos para o português.

3. O estágio

No âmbito do Mestrado em Tradução Especializada, na área das Ciências Jurídicas, da Universidade de Aveiro, foi realizado um estágio curricular no gabinete de tradução Fábrica das Palavras, sob a orientação da Dr.^a Lúcia Domingues, que teve o seu início a 10 de fevereiro de 2016 e o seu término a 12 de maio de 2016.

As tarefas atribuídas visaram a gestão de projetos (desde a gestão de tradutores à gestão de clientes e orçamentos), a tradução, os alinhamentos, a criação de memórias de tradução e as certificações. O plano de estágio que foi elaborado antes do início do estágio encontra-se para consulta no anexo I.

Para qualquer empresa de tradução (como, também, para os tradutores *freelancer*), a gestão de projetos inclui várias tarefas essenciais, tais como, procurar novos clientes e tradutores, gerir orçamentos, realizar traduções, criar terminologia e memórias de tradução, manter uma boa relação cliente-gabinete, etc. Este conjunto de tarefas permitiu-me ocupar os momentos em que não tinha qualquer tradução para fazer com inúmeras outras atividades e possibilitou que eu adquirisse informações e competências valiosas. Além da componente mais prática, que descreverei mais abaixo, a Dr.^a Lúcia tentava, sempre que possível, dar-me a informação essencial sobre o futuro tradutor, o mercado de tradução, as formas de trabalho, o funcionamento geral das empresas, os preços aplicados, os problemas decorrentes das traduções e dos clientes, as técnicas de marketing, etc.

A minha tarefa de tradução foi bastante afetada pelo facto de ter havido, por razões não esclarecidas, uma baixa nos pedidos de traduções. Como qualquer outro negócio, a tradução está sujeita a flutuações que têm a ver com a procura e, no período de fevereiro a maio, houve um decréscimo acentuado de pedidos de tradução. No entanto, sempre que surgiram traduções do francês e do inglês para o português, estas sempre me foram entregues, em especial as traduções jurídicas.

Durante o meu período estágio, o gabinete de tradução sofreu melhorias no seu funcionamento interno, nomeadamente devido a algumas tarefas que desenvolvi:

- dois novos testes de tradução para os tradutores (um do português para o inglês e um outro para o francês);
- uma lista de potenciais clientes em França;
- um *Template* para a entrega de orçamentos;
- redação de termos e condições;
- um alinhamento de documentos relevantes para criação de MT;

- criação de glossários.

Por fim, porque a Fábrica das Palavras valoriza a confidencialidade de todos os documentos que lhe são dados a traduzir, as traduções apresentadas neste relatório têm algumas informações censuradas, nomeadamente as que fazem referência à pessoa singular ou coletiva bem como os números e referências de documentos ou processos.

3.1. Gestão de Projetos

3.1.1. Tradutores

Atualmente, a equipa do gabinete é constituída apenas por tradutores em regime de trabalhador independente, havendo cerca de dois ou três tradutores para as línguas mais solicitadas (inglês, francês e espanhol), e por uma colaboradora interna, a gestora de projetos e gerente da Fábrica das Palavras – Lídia Domingues. Este ano, e pela primeira vez, uma estagiária foi integrada no grupo de trabalho dos serviços de tradução, o que se afigurou uma oportunidade para mim, já que tive a ocasião, ainda enquanto estudante universitária e sem experiência profissional nesta área, de obter uma visão do mundo de trabalho de tradução. O estágio é, ainda, uma forma de garantir a credibilidade e a qualidade da formação que é oferecida na Universidade.

A opção de recorrer a tradutores independentes tem várias vantagens para o empregador deste setor, sendo a mais importante a flexibilidade que este regime permite, uma vez que estes profissionais trabalham por “conta própria, prestando serviços de carácter temporário ou ocasional sem estar vinculado a uma entidade patronal” (Porto Editora, 2003-2016). É relevante salientar que todas as empresas deste ramo têm ciclos de produtividade muito diferenciados ao longo do ano, tendo períodos de grande procura de traduções e outros períodos de menor procura. É ainda necessário salientar que as traduções em determinadas línguas, como o Mandarim e o Japonês, são naturalmente pouco procuradas. A dimensão da empresa e a qualidade das instalações também afetam bastante as decisões, relativamente ao tipo de contrato e à quantidade de elementos da equipa. As pequenas empresas, como é o caso do gabinete onde estagiei, não têm fluxo de trabalho que justifique ter um ou mais trabalhadores a tempo inteiro, em instalações próprias e com equipamento próprio para efetuar o trabalho. Com efeito, os custos associados à luz, à água, ao arrendamento de um espaço, ao *hardware* e aos *softwares* de tradução utilizados, os dicionários, entre outras coisas, podendo ser evitados, a empresa com pouco volume de trabalho procura não os ter. Por isso, a grande vantagem na contratação de trabalhadores independentes passa, precisamente, por reduzir significativamente os custos do gabinete. Todos os tradutores, cujas línguas têm pouco fluxo de trabalho ao longo do ano, como é o caso do Japonês, Mandarim ou Árabe, são pagos em função do número de palavras traduzidas, e não do tempo de trabalho, como seria normal se fizessem parte dos quadros da empresa. No caso da Fábrica das Palavras, a sede do gabinete é a mesma que a da Janela Redonda, pelo que

as instalações estão direcionadas para as explicações individuais e em grupo e para *workshops*. Estas são, pois, as razões pelas quais a Fábrica das Palavras procede à contratação de tradutores independentes, não ficando dúvidas de que este é, de momento, o regime de contratação possível para o gabinete.

No entanto, se é verdade que este tipo de regime de contratação pode ser vantajoso para a empresa, o facto é que existe muito mais trabalho para além daquele que acontece durante o processo de tradução como, por exemplo, o trabalho de criar memórias de tradução, bases de dados terminológica, formatação de trabalhos e revisões, que tornam este tipo de contratação uma desvantagem.

Antes do estágio, estas tarefas eram inexistentes, mas, no caso de serem realizadas, eram tomadas como iniciativas próprias, decisões tomadas pelo próprio tradutor, que as efetuava apenas para o seu benefício. Assim, as de memórias de tradução e as bases de dados criadas permaneciam na posse de quem tinha feito o trabalho e não eram partilhadas com o gabinete. Esta questão continua a não ser consensual no meio da tradução: quem, efetivamente, tem o direito à memória de tradução? O tradutor? O gabinete? Ou o cliente? Na opinião da gestora de projetos, o gabinete não solicita a memória de tradução, pelo simples facto que tem bons profissionais, que sempre enviam trabalhos de qualidade, mesmo sem recorrerem a memórias de tradução ou base de dados.

Quanto à formatação dos trabalhos e à revisão, estes têm de vir obrigatoriamente feitos pelo próprio tradutor, antes mesmo da entrega do trabalho. O problema da auto revisão é a dificuldade de o tradutor detetar erros, o que não aconteceria se as revisões fossem realizadas por uma pessoa diferente. Uma vez mais, fatores financeiros vêm condicionar o resultado de um trabalho de tradução. Os tradutores não querem ser pagos com valores baixos, mas a empresa não pode enviar orçamentos com valores demasiado elevados, sob pena de o pedido de tradução não lhe ser adjudicado. A concorrência no mercado de tradução é feroz e o cliente procura sempre a melhor relação qualidade-preço. Assim, num orçamento, a margem para pagar a um revisor independente é quase inexistente. Mais à frente, irei desenvolver um pouco mais este tema, no âmbito de um pequeno estudo que realizei durante o estágio sobre os preços praticados no mercado de tradução.

Por fim, os trabalhos de atualização de traduções são um outro problema que devo apontar, uma vez que a falta de memórias de tradução, por parte da gestora de projetos, levava a que se procedesse à tradução sistemática e completa de documentos

similares, por parte dos tradutores independentes, o que implicava custos desnecessários.

A minha primeira tarefa, no âmbito da contratação de tradutores, foi a elaboração de um teste de tradução do português para o inglês e o francês, com a respetiva solução, para posterior comparação. Segui as indicações e sugestões da minha orientadora do gabinete e orientei-me, respeitando algumas regras importantes, entre as quais:

- não ter mais de 250 palavras;
- conter diferentes géneros textuais;
- ter vários tipos de formatação;
- ter expressões facilmente alvo de erros de tradução.

Os testes de tradução não costumam ter boa reputação entre os tradutores. Muitos acham que isto apenas serve para lucrar com trabalho gratuito e que um profissional com estudos superiores em tradução não tem de se submeter a mais testes para avaliar o seu desempenho. Por isso, e de forma a que os futuros colaboradores não despendessem muito do seu tempo num teste, evitando, assim, que eles se sentissem enganados pelo facto de traduzirem apenas em benefício da empresa, o teste foi composto por vários textos curtos, com diferentes géneros.

Durante a minha pesquisa, além de me focar nos aspetos acima mencionados, também tive em consideração a necessidade de deixar uma tradução desses mesmos textos, para comparação futura. Por isso, centrei a minha pesquisa em manuais de instruções, em traduções realizadas ao longo da minha formação e em outros textos *online* como, por exemplo, no Euro-lex, de forma a obter textos de partida e textos de chegada fidedignos.

Numa fase posterior, criei um formulário, através do *Google Forms*. Este foi enviado pela gestora de projetos aos tradutores cujos currículos preenchiam os requisitos definidos por ela, juntamente com o teste referido anteriormente. O formulário encontrava-se dividido em duas partes: a primeira parte era de carácter objetivo e de resposta rápida, permitindo avaliar as competências do tradutor, o seu ambiente de trabalho e, no final, as suas características enquanto trabalhador independente; a segunda parte tratava de questões mais subjetivas e levava a respostas mais extensas, para obter a opinião de cada um, relativamente a si próprio, enquanto pessoa e enquanto tradutor, no que concerne à sua ambição e, finalmente, a capacidade de decisão, resiliência e bom senso (este formulário pode ser consultado no anexo II). Os resultados deste formulário foram processados e avaliados pela gestora de projetos. No entanto, e

apesar de a amostra ser muito pequena (pois apenas 6 tradutores passaram à fase do formulário, todos eles da combinação linguística Português-Francês), não posso deixar de referir parte dos resultados, devido à sua relevância. Assim, na lista abaixo mencionada apresento os resultados de algumas dessas questões:

| | |
|-----------------|--|
| Língua | <ul style="list-style-type: none"> • Todos consideram ter a língua francesa (França) como a sua língua materna; • Metade dos candidatos afirmaram ser bilingues em Português e Francês; os restantes consideram ter como língua materna a língua francesa. |
| Especialização | <ul style="list-style-type: none"> • Todos os candidatos, com a exceção de um deles, afirmam ter algum tipo de especialização. As áreas apontadas são as mais diversas, desde o direito, à contabilidade, às finanças, à indústria da cortiça/vinhos e à literatura; • Dentro da faixa de candidatos apontados anteriormente, apenas um adquiriu especialização por experiência; os restantes desenvolveram a sua especialização através de formação; • Apenas um candidato responde que não tem qualquer especialização. |
| Informática | <ul style="list-style-type: none"> • Apenas 50% utiliza ferramentas de apoio à tradução; • O <i>software</i> mais mencionado é o SDL Trados (2/3 das respostas); • O OmegaT, memoQ, Déjà Vu são outros <i>softwares</i> mencionados; • 3 dos 6 tradutores respondem ter criado base de dados terminológica; desses 3, apenas 2 utilizam ferramentas de tradução assistida por computador. |
| Certificações | <ul style="list-style-type: none"> • Apenas 2 respondem “Sim”. |
| N.º de palavras | <ul style="list-style-type: none"> • A média das respostas é de 2500 palavras por dia; • Uma das respostas diz que este valor depende do grau de tecnicidade e outra resposta afirma que é por falta de experiência. |

Tabela 1 - Resultados do formulário de recrutamento

Dos resultados apresentados acima, é surpreendente o facto de muitos tradutores ainda não utilizarem ferramentas de trabalho assistidas por computador nem criarem uma base de dados terminológica. Durante todo o meu percurso académico, a tecnologia de apoio à tradução teve grande lugar de destaque, por isso, acabei por ficar com a ideia de que seria obrigatório saber manusear as ferramentas de tradução assistida por computador para conseguir trabalho numa empresa de tradução. No entanto, a minha breve experiência como estagiária demonstrou-me o contrário: existem ainda muitos tradutores que se recusam a utilizar este tipo de ferramentas. Ser um excelente tradutor não significa saber utilizar estes *softwares*, mas estes são um complemento que pode ajudar bastante no processo de tradução. O SDL Trados, por exemplo, proporciona várias ajudas, uma vez que permite criar memórias de tradução e efetuar a pesquisa de concordância. As memórias de tradução e as bases de dados terminológicas memorizam os segmentos e os termos, respetivamente, da língua de partida com a sua respetiva tradução, para que estes possam ser reciclados e reutilizados em segmentos/traduições posteriores, o que traz inúmeras vantagens ao tradutor, como: a racionalização do esforço, a coerência terminológica (especialmente em textos grandes), a melhoria da qualidade dos textos (em especial os repetitivos) e, assim, dificilmente se deixa uma frase por traduzir (Fontes, 2007). A concordância, por sua vez, é uma opção que permite ao tradutor pesquisar, dentro da memória de tradução, um determinado termo ou expressão, com o intuito de verificar a sua terminologia e o seu contexto, promovendo a coerência e harmonização terminológica do texto (Fontes, 2007). Além das vantagens referidas, a criação de bases de dados terminológicas permite guardar termos de um domínio específico e/ou de um cliente em particular, assegurando traduções mais precisas e consistentes, tornando, assim, o tradutor mais produtivo. A falta de gestão terminológica pode levar à utilização de termos diferentes para um mesmo conceito, especialmente se houver textos a serem traduzidos por tradutores diferentes, levando a inconsistências e, consequentemente, à insatisfação da parte do cliente (SDL PLC, s.d.). Estas são algumas das razões que aponto para que se incentive o uso deste tipo de ferramentas, que apenas vieram facilitar e tornar mais produtivo o trabalho do tradutor, ajudando-o a cumprir os rigorosos e apertados prazos que alguns gabinetes impõem.

Também elaborei um segundo formulário, mas este dirigido aos tradutores já contratados. O objetivo principal era obter informações que nunca tinham sido, até então, solicitadas e que não se encontravam em nenhuma base de dados e estavam dispersas em emails trocados (no anexo IV é possível ver o formulário e quais as perguntas que

nele se encontram formuladas). O formulário foi uma forma de ter essa informação compactada num só documento.

Uma vez o teste de tradução e os formulários preparados, tratei do anúncio de emprego, procurando respeitar todos os aspetos obrigatórios: identificação da empresa a contratar, o cargo oferecido e as suas respetivas funções, os requisitos a que os candidatos tinham de obedecer e a forma como se deviam candidatar (ver anexo III). A gestora de projetos tratou de publicar o respetivo anúncio nas páginas do Facebook e do LinkedIn e, por sugestão minha, de o enviar para a Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, a solicitar que fosse reencaminhado para os interessados. Para que o anúncio tivesse ainda mais alcance, especialmente entre os tradutores, partilhei a publicação no grupo do Facebook “Tradutores Com Vida”, muito popular entre os tradutores experientes, mas também entre os estudantes de tradução.

Aqueles candidatos cujo currículo preenchia os requisitos mínimos passaram à fase do teste e do formulário. No total, avaliei 6 testes de tradução, todos eles do português para o francês, sendo que apenas um era excelente. A gestora de projetos reteve-o pelo facto de este contemplar a maioria dos pontos assinalados abaixo e de se destacar dos restantes testes, pelo facto de ter sido o único a não cometer determinados erros. Os principais pontos avaliados nos testes de francês foram:

- o respeito pela pontuação;
- a tradução das siglas;
- a tradução de uma expressão em língua inglesa para a língua de chegada;
- a adaptação do texto à cultura de chegada;
- a colocação de parenteses retos para indicar a existência de logotipos;
- o cuidado com as expressões fixas;
- a utilização da terminologia apropriada;
- a correção linguística.

A fase de recrutamento terminou com o envio do parecer da gestora de projetos aos tradutores que chegaram à fase do teste e do formulário, indicando as razões pelas quais a sua candidatura foi aceite ou rejeitada. Até à data do término do meu estágio, este foi o último momento que pude testemunhar, não tendo havido nenhuma contratação durante esse período.

A contratação de trabalhadores independentes pode ser insuficiente para o gabinete de tradução, uma vez que cada cliente tem as suas particularidades e necessidades: o gabinete nem sempre tem disponíveis tradutores independentes com

competências em línguas menos usuais, como, por exemplo, em inglês da África do Sul. Para ultrapassar problemas pontuais como este, o gabinete pode recorrer a outras empresas de tradução, caso não seja possível recorrer a um tradutor externo. Foi, por exemplo, o caso de um orçamento para um trabalho cuja língua de chegada eram o inglês (dos Estados Unidos da América ou da Inglaterra) e o espanhol da América do Sul (Colômbia). Ora, e apesar de a Fábricas das Palavras ter tradutores de espanhol, nenhum deles era sul-americano. Para orçamentar uma tradução com esta especificidade tive de saber, em primeiro lugar, quais eram as tarifas da empresa ou de um tradutor independente, para poder finalizar o processo. Numa primeira etapa, comecei por procurar resultados em *websites* como o Proz e o Translatorscafe. No entanto, esta pesquisa não trouxe os resultados pretendidos, pelo facto de existirem poucos tradutores com este perfil que dominassem a língua castelhana da Colômbia e que fossem capazes de traduzir o tipo de texto em questão (sobre demonstrações financeiras) ou que estivessem disponíveis para colaborar com empresas estrangeiras. Depois, colocava-se a questão de as tarifas propostas não serem acessíveis. Optei por usar outro estratagema, mas também sem sucesso: coloquei um anúncio no grupo do Facebook “Tradutores Com Vida”, mas nenhuma das respostas que me foram enviadas propunha tradutores colombianos, mas apenas do Peru, da Argentina e da Venezuela. Decidi, então, começar à procura de empresas de tradução na Colômbia que trabalhassem com o português de Portugal. Enviei alguns *emails* a apresentar a Fábrica das Palavras e a solicitar algumas informações, nomeadamente, se trabalhavam com este par de línguas e qual a tarifa por palavra aplicada. Infelizmente, desta tentativa também não houve resultados positivos: ou não responderam ou não trabalhavam com o par de línguas mencionado. Para ultrapassar este impasse, e como seria desfavorável, para a empresa levar o cliente a esperar ainda mais tempo por um orçamento, a gestora de projetos aconselhou-me a ligar para o cliente a explicar a situação: como não conseguimos nenhum tradutor que tivesse como língua de trabalho o espanhol da Colômbia, sugerimos enviar um orçamento baseado no espanhol dito “corrente”, isto é, de Espanha, e um segundo com o espanhol da Venezuela, a variante geograficamente mais próxima. O cliente acedeu e os orçamentos foram enviados.

Podemos concluir que a tarefa de um gestor de projetos não é fácil, já que encontrar bons tradutores, bons profissionais que tenham as qualidades que o cliente precisa é um verdadeiro desafio. No entanto, esta é apenas uma das dificuldades de um profissional nesta posição.

3.1.2. Clientes

Em todo o mundo, milhares de empresas de produtos ou serviços são criadas todos os dias, sendo que todas elas têm em comum, pelo menos, uma coisa: a divulgação dos seus serviços/produtos, de forma a conseguir uma boa carteira de clientes. Divulgar a empresa e dar a conhecer a sua existência é crucial, pois só assim ela conseguirá sobreviver. A Fábrica das Palavras, enquanto prestadora de serviços de tradução, também começou do zero e precisou de arranjar alguma forma de pôr o seu nome no mercado e de chegar mais perto de potenciais clientes.

No entanto, este processo inicial de captação de clientes requer um esforço contínuo ao longo do tempo, no sentido de procurar novos clientes, quer seja por contacto pessoal, quer seja por *email* ou telefone. No momento em que entrei em estágio, o gabinete conseguia parte dos seus contactos através de referências passadas no *Business Network International* (BNI) e de contactos pessoais realizados dentro desta rede. Foi com base nesta organização e na participação da Fábrica das palavras no grupo BNI, que comecei a trabalhar numa nova lista de contactos, com o objetivo de garantir mais clientela a nível nacional, mas também internacional.

Antes de mais, o BNI é uma organização profissional mundial de referências de negócios. O seu objetivo é ajudar os seus membros a aumentar o seu volume de negócios, criando novas oportunidades de negócio através de referências e formação. Está presente em 56 países, sendo que cada um engloba vários grupos de trabalho. Cada grupo só admite uma atividade por área (BNI Portugal, s.d). A Fábrica das Palavras ocupa o setor da Tradução, no seu grupo de trabalho designado por BNI Team, situado em Leiria.

A minha primeira tarefa consistiu em procurar, dentro desta rede, novos contactos. Numa primeira fase, centrei o meu trabalho no BNI de França e, numa segunda fase, no BNI de Portugal. A minha tarefa era procurar na lista de contactos de cada grupo, em cada país, todas as potenciais empresas da área *web*, técnica e jurídica e organizar os contactos numa base de dados. Uma vez elaborada a lista de potenciais clientes, liguei a cada uma das empresas para apresentar os serviços do gabinete, sabendo que teria de responder a qualquer questão que surgisse. No final da conversa, pedia o contacto de correio eletrónico da pessoa com quem estava a falar, para poder enviar uma apresentação da Fábrica das Palavras, assim como os dados de contacto. Em relação aos contactos procurados na rede BNI Portugal, dos 58 contactos gerados, 20 mostraram bastante interesse, uma vez que necessitavam desse tipo de serviço, 12 mostraram a possibilidade de vir a solicitá-lo e 26 não mostraram qualquer interesse, pelo

facto de não recorrerem a este tipo de serviço. De todos os contactos gerados, 13 foram excluídos, uma vez que tinham empresas de tradução no grupo a que pertenciam (regras impostas pelo BNI). No que diz respeito aos contactos gerados da rede de França, dos 256 contactos, apenas 30 foram contactados e quase a totalidade das empresas não atendeu as chamadas, já possuía uma empresa de tradução no grupo ou não estava interessada. Durante as conversas telefónicas tidas com os referidos potenciais clientes franceses, nenhum se mostrou entusiasmado, principalmente se as compararmos com as conversas tidas com as empresas portuguesas, que mostraram estar muito agradecidas pelo facto de um membro do BNI as estar a contactar. Além disso, de entre as poucas empresas francesas contactadas, o facto de não atenderem as chamadas ou de não as devolverem, bem como o facto de demonstrarem desinteresse pelas traduções, levou a que nem todos os telefonemas fossem efetuados.

Outra estratégia para conseguir clientes, ou para manter os que já se tem, são as redes sociais. Ora, as publicações devem apresentar conteúdos sóbrios, de qualidade, direcionados para ambos os tradutores e clientes (de modo a não ofender nenhuma das partes) e atualizados, no sentido em que o primeiro impacto é extremamente importante. É logo nos primeiros segundos que as informações sobre o gabinete são projetadas, desencadeando estados positivos ou negativos nos utilizadores, em relação ao serviço oferecido. Logo, estas plataformas podem tornar-se uma porta aberta para as empresas, desde que transmitam confiança, que suscitem conforto e que garantam sobriedade e qualidade, caso contrário, tornar-se-ão uma porta fechada – isto é, se o recetor se sentir desconfortável, ficar com uma imagem de falta de profissionalismo e de serviços de má qualidade. Conteúdos relevantes, que dão destaque às páginas do Facebook e do LinkedIn, irão gerar um primeiro impacto positivo, logo, irão ficar na memória do potencial cliente. Durante o estágio, elaborei uma lista¹ de dias comemorativos de interesse com o objetivo de poderem vir a ser publicados nas redes sociais da Fábrica das Palavras. Cada data escolhida vem acompanhada de um pequeno rascunho, para explicar o objetivo da comemoração e de que forma esta se encontra relacionada com a tradução ou com as línguas. No final dessa lista, existe uma série de páginas de internet com artigos que podem ser partilhados para captar a curiosidade dos visitantes das redes sociais do gabinete de tradução.

Por fim, os orçamentos são outra estratégia para conseguir clientes. Por norma, os clientes tendem a pedir orçamentos a empresas diferentes, com o objetivo de os comparar. De facto, o envio de um orçamento pode parecer simples e insignificante, no

¹ Por questões de confidencialidade a lista não será divulgada em anexo.

entanto, os pequenos detalhes, como, por exemplo, o número de palavras, as taxas mínimas, os descontos e as condições fixadas, podem levar um cliente a sentir-se mais confiante relativamente à relação qualidade-preço de uma outra empresa que não a Fábrica das Palavras. A concorrência é, efetivamente, muito forte.

3.1.3. Orçamentação

O controlo dos custos é importante em todas as empresas, independentemente do seu tamanho. É importante calcular os custos estimativos, mas também é necessário analisar os dados disponíveis para prever riscos e tomar medidas para os controlar. Acima de tudo, os orçamentos têm de ser razoáveis, pois só assim se consegue obter a adjudicação de projetos.

A minha primeira tarefa, nesta área, foi a de criar um modelo de orçamentos com os Termos e as Condições, em ficheiro Word, adaptado às necessidades da empresa. A primeira parte é o orçamento. Este contém vários itens, como o nome do cliente, o número e a data do orçamento, a descrição da tarefa, as combinações linguísticas pedidas, os ficheiros a serem trabalhados, o total sem o imposto de valor acrescentado (IVA), entre outros. A segunda parte é constituída pelos Termos e Condições que regulam a atividade do gabinete e dos serviços oferecidos. O cliente compromete-se com o que está escrito, com a adjudicação do trabalho. Desta forma, evitam-se alguns conflitos e problemas futuros.

É indispensável ter o máximo de elementos especificados, desde o formato de entrega do(s) trabalho(s), o(s) nome(s) e formato do(s) ficheiro(s) entregues, a língua de partida do(s) documento(s) e a(s) língua(s) de chegada. Isto evita problemas e algumas reclamações por parte do cliente, após a entrega do trabalho. Regra geral, todas as traduções são enviadas em formato Word, com nome igual ao documento original e com a indicação da língua de chegada no final. Por exemplo, um cliente envia um ficheiro com o nome “demonstrações_financeira.pdf” para traduzir para o inglês e o trabalho é enviado sob o nome “demonstrações_financeira_EN.docx”.

O número de palavras que cada documento contém pode variar consoante as ferramentas utilizadas. Existem essencialmente três opções para contar as palavras de um documento: as ferramentas de tradução assistida por computador (como, por exemplo, o SDL Trados), o Word e as tecnologias em linha (como por exemplo, o Doc Word Counter). A vantagem desta última ferramenta é a indicação da classificação do tipo de “palavras”, o que leva a não contar aquilo que não se vai traduzir (caracteres

chineses/japoneses/coreanos, números, símbolos), além de fazer a contagem a incluir cabeçalhos e rodapés - o que não acontece no Word e não conta palavras em excesso, como é o caso do SDL Trados. É importante contabilizar as palavras repetidas, mas não aquelas que não existem e que não vão ser traduzidas.

A única exceção a esta contagem são os números decimais nas traduções em inglês: em português utiliza-se a vírgula, enquanto em inglês é usado um ponto. Deste modo, se o documento contiver muitos números decimais, será obrigatório contá-los, uma vez que o tradutor irá ter o trabalho de fazer a conversão cultural. Outro aspeto a considerar são as repetições. Estas devem ser contabilizadas, no preço final, por uma razão muito simples: os tradutores que não usam ferramentas assistidas por computador (e são mais do que se julga) terão de ter o trabalho de reescrever e manter a coerência terminológica das repetições, enquanto os tradutores que utilizam ferramentas pagam para usufruir e retirar vantagens do seu uso e não para dar descontos ao cliente.

Contadas as palavras, efetua-se o cálculo do prazo de entrega do trabalho, tendo em conta uma média² de palavras que os tradutores conseguem traduzir por dia. É sempre preferível dar um prazo mais longo e entregar o trabalho mais cedo, do que ter um imprevisto e falhar com o compromisso. O facto é que pude verificar que os clientes têm por hábito estar mais preocupados com o valor a pagar do que com os prazos.

Mais importante do que o prazo de entrega de uma tradução, é o valor orçamentado. Os serviços de tradução são bastante dispendiosos, chegando muitas vezes a somas consideráveis - mais de mil euros, o que justifica a ponderação, por parte do cliente, aquando da aceitação do orçamento, preferindo, por inúmeras vezes, refletir sobre a qualidade/preço oferecidos, antes de dar resposta. Para procurar avaliar os preços aplicados pela concorrência (no que concerne às línguas mais comuns) e os prazos estipulados, enviei um *email* a várias empresas de tradução a solicitar um orçamento. Na tabela seguinte é possível verificar que das 16 empresas que aponto, apenas 9 responderam ao pedido de orçamentação.

² Valor da média não divulgado por questões de confidencialidade.

| Empresa de tradução ³ | Termos e Condições | Orçamento em anexo | Prazo (dias úteis) | Contagem das palavras | Preço por palavra | Descontos | Preço final (S/ IVA) |
|----------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-----------------------|-------------------|-----------|---------------------------------|
| 1 | X | X | 7 | 7345 | 0,07 € | Não | 514,15 € |
| 2 | - | X | - | 979,9 linhas | 0,80 € /linha | Não | 783,92 € |
| 3 | X | - | 7 | - | - | Não | 765 € |
| 4 | | | | | | | |
| 5 | X | X | 5 | 8913 | 0,07 € | 14% | 632,82 € |
| 6 | - | - | 7 | - | - | Não | 806,40 € |
| 7 | | | | | | | |
| 8 | - | X | 13 | 8764 | 0,08 € | Não | 701,12 € |
| 9 | | | | | | | |
| 10 | | | | | | | |
| 11 | - | X | 7 | 8894 | 0,07 € | Não | 622,58 € |
| 12 | X | X | 8 | - | - | Não | 510,78€ 680,96 € 851,20 € |
| 13 | | | | | | | |
| 14 | | | | | | | |
| 15 | - | X | 6 | - | - | Não | 657,00 € 567,00 € |
| 16 | | | | | | | |
| 17 | - | - | 9 | 8 473 | 0,09 € | Não | 762,57 € |

Tabela 2 Orçamentos da concorrência

Como é possível verificar, existem algumas empresas que possuem mais do que um preço final, uma vez que oferecem opções de serviço. No caso da empresa 12, o orçamento possui três valores diferentes, que correspondem a diferentes tipos de serviços de tradução (como por exemplo Edição e Revisão). A empresa 15 também faz a diferenciação de preços no seu orçamento, sendo o montante de menor valor o serviço que corresponde à tradução e verificação final e o de mais elevado à tradução, revisão e verificação final. As médias apontam para um prazo de entrega de 7 dias úteis para 8829

³ Por questões de sigilo, o nome das empresas apresenta-se codificado.

palavras, a 0,07 € a palavra, num total de 731,85 €. A empresa 1 comparada com as restantes é a que possui a contagem de palavras menor, o que afeta, obviamente, o total do orçamento (sendo o mais barato depois da empresa 12). Como se pode depreender, são vários os fatores que fazem variar o cálculo de um orçamento e levar à adjudicação de um trabalho ou à sua perda para a concorrência.

Há ainda outro fator que afeta os orçamentos: as taxas de urgência. Estas taxas são aplicadas quando o cliente tem urgência na entrega do trabalho, ou seja, quando o tradutor tem de trabalhar mais horas por dia para poder concluir o trabalho. Nestes casos, é aplicada uma taxa sobre o preço final.

A taxa mínima, como referi anteriormente, é o valor mínimo a cobrar por combinação linguística, independentemente do número de palavras. Ora, se um gabinete colocar uma taxa mínima demasiado elevada (25€, por exemplo), este poderá perder trabalhos para a concorrência e passar uma imagem negativa junto do cliente, especialmente se este tiver solicitado a tradução de uma frase. É preciso ter bom senso e encontrar um valor que possa agradar a ambas as partes. Estas decisões couberam sempre à gestora de projetos.

Para projetos grandes, o valor a pagar é bastante elevado, pelo que os clientes gostam de se sentir especiais e esperam que lhes seja dada alguma atenção monetária. Por isso, tal como acontece em todas as empresas, é apresentado um desconto sobre o preço final que, é aplicado em função do número de palavras. O cliente irá sempre comparar os valores finais dos orçamentos recebidos, pelo que é sempre bom arranjar soluções viáveis para que se consiga a adjudicação do trabalho.

Relativamente às condições de pagamento, estas podem ser as seguintes: pronto pagamento (PP), isto é, a fatura é enviada com o trabalho e o cliente tem de pagar imediatamente o que deve, ou, quando o valor total a pagar é elevado, 60% do montante é pago aquando da adjudicação e o restante é pago 30 dias após a entrega do trabalho. Esta forma de pagamento permite ao gabinete de tradução continuar a cumprir as suas obrigações para com os seus tradutores. No ponto seguinte, relativo ao *follow-up* dos clientes, irei explicar aquilo que me foi transmitido pela gestora de projetos, nos casos em que existe falha no pagamento ou recusas em liquidar o que é devido, embora não tenha presenciado nenhum destes casos durante o estágio.

Por fim, a última parte é dedicada aos Termos e Condições. São 10 os tópicos que regulam as condições de aceitação por parte do cliente, aquando da adjudicação de um orçamento: os orçamentos, o foro aplicável, a confidencialidade, a responsabilidade, os ficheiros recebidos e enviados, os pagamentos, a qualidade, as reclamações e a

confidencialidade. Não foi fácil chegar a estes tópicos, pois houve necessidade de procurar muitos exemplos de termos e condições, de os comparar e de escolher o conteúdo que melhor se adaptava às necessidades do gabinete. Senti dificuldade em definir prazos para uma reclamação de uma tradução e em estipular o tempo de validade de um orçamento. Procurei, então, debater estas questões com a gestora de projetos do gabinete, ficando estabelecidos os dias úteis suficientes para que o cliente visse o documento e pedisse esclarecimentos. Não seria viável dar muito tempo, primeiro porque os tradutores necessitam ainda de ter na memória a tradução que realizaram e, segundo, porque irão ter dificuldades em justificar meses depois o seu trabalho, até porque já não possuem as fontes de consulta que foram utilizadas. No caso dos orçamentos, o prazo dado foi de 30 dias, tempo mais do que suficiente para os clientes decidirem se querem ou não adjudicar o trabalho. Outra dificuldade se impôs, ainda, no meu trabalho: saber se alguns dos tópicos eram legais, nomeadamente, a aplicação de juros de mora, calculados à taxa legal em vigor, para atrasos nos pagamentos. Os Termos e Condições, para além de terem sido revistos por uma professora de português, também foram analisados por um advogado.

Os Termos e Condições encontram-se anexados ao orçamento que, uma vez elaborado, é enviado ao cliente em formato PDF. Se o trabalho for adjudicado, a gestora de projetos escolhe o tradutor que possui as capacidades necessárias e que tem disponibilidade para ficar com a tradução.

Durante todo o processo de tradução, a gestora de projetos monitoriza o trabalho, contacta o tradutor para saber qual o andamento do trabalho e entra em contacto com o cliente, caso haja dúvidas, por parte do tradutor, relativamente à tradução. Quanto maior for o grau de confiança e a experiência de trabalho entre a gestora de projetos e o tradutor, menor é o nível de controlo. No final, o trabalho é enviado ao cliente.

3.1.4. *Follow-up* dos clientes

De acordo com Gouadec (2007), o processo de tradução engloba diversas fases, como: encontrar trabalho, conseguir uma tradução, preparar, planear e organizar o trabalho, preparar a tradução, traduzir, executar os controlos de qualidade e melhoramentos, validar a tradução final, concluir o trabalho, atualizar ficheiros/ferramentas e o *follow-up*.

Nesta última fase, o mesmo autor refere que o prestador de trabalho fica responsável pela entrega do trabalho ao cliente e pelo acompanhamento do mesmo após

a entrega. Contudo, cabe muitas vezes ao tradutor a realização de algumas destas tarefas, sendo que ambos, o tradutor e o prestador de serviços, devem sempre manter-se em contacto, mesmo após a conclusão do projeto.

A teoria de Gouadec (2007), segundo a qual a entrega do trabalho final também pode ficar a cargo, ou pelo menos em parte, do tradutor, é aplicada na Fábrica das Palavras. Assim, o tradutor, no final, também pode ficar com a responsabilidade de certificar a tradução (ficando os custos da certificação a cargo do gabinete). Em alguns casos, a gestora de projetos encarrega-se dessa tarefa, após uma revisão sua dos trabalhos. Ao longo do estágio, também fiz algumas certificações de traduções. Mais à frente irei desenvolver e explicar melhor o processo de certificação em Portugal.

São três as tarefas que compõem o acompanhamento do trabalho, após a entrega. Em primeiro lugar, numa atitude proativa o gabinete deve ligar a cada cliente e perguntar se viu a tradução, se ficou satisfeito com o trabalho e se tem dúvidas. Normalmente, esta tarefa deve ser feita uma ou duas semanas após a entrega do trabalho. Durante o estágio, liguei apenas a um número reduzido de clientes para lhes colocar estas questões e todas as respostas foram positivas e satisfatórias.

Em segundo lugar, há que remediar a falta de pagamentos. Nestes casos, é necessário lembrar que existe um valor que é devido e solicitar a liquidação do mesmo. Se, mesmo assim, não houver resposta ou liquidação do que se deve, após várias tentativas de comunicação, legalmente é possível, caso se verifique que compense, isto é, caso se trate de importâncias elevadas, desencadear um processo de injunção. Com este procedimento, o credor consegue obter um título executivo, que lhe permitirá recuperar o montante em dívida (Ministério da Justiça, 2013). Com este processo judicial de execução, o credor não necessita de recorrer a uma ação em tribunal para reaver o seu dinheiro, desde que o valor da dívida não ultrapasse os 15.000 € ou se trate de uma transação comercial (Ministério da Justiça, 2013). Esse documento determina quem é o credor e o devedor, o montante da dívida, assim como os juros de mora que se vão vencendo (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014). Para que esse título seja emitido, o credor deve apresentar um requerimento de injunção em papel nos tribunais competentes ou em ficheiro eletrónico no Balcão Nacional de Injunções (Ministério da Justiça, 2013). Caso o credor seja representado por um advogado ou solicitador, estes devem apresentá-lo no sítio *web* Citius (Ministério da Justiça, 2013). O devedor será, então, notificado desse requerimento e, se este não se opuser, o título será emitido. Caso contrário, o processo é remetido para um tribunal (Ministério da Justiça, 2013). As

execuções são efetuadas por advogados ou solicitadores nomeados pelo exequente, isto é, pela pessoa que promoveu a execução judicial (Ministério da Justiça, 2013).

Por último, o acompanhamento do trabalho também inclui as reclamações. Estas devem ser feitas pelo cliente, num prazo máximo que é estabelecido nos Termos e Condições do gabinete. O tradutor também entra nesta fase, pois ele tem de justificar as suas escolhas, quanto à terminologia e fraseologia usadas, e responder às questões colocadas pelo cliente. O facto é que é mais comum as reclamações quando se trata de traduções que envolvem a língua inglesa, porque eles acham que o texto está “mal traduzido”, isto é, não está traduzido à letra. A maioria das justificações visam explicar o verdadeiro processo de tradução, no sentido em que a tradução deve transmitir o sentido do texto, mas de acordo com a cultura de chegada, o objetivo e contexto do texto. Deve-se, sempre que possível, acompanhar a justificação terminológica com referências *online*, mas é essencial que exista, pelo menos, uma explicação científica e coerente para as escolhas feitas.

Concluindo, não cabe só à gestão de projetos enviar os textos aos tradutores para serem traduzidos e, depois, reencaminhá-los para o cliente, pois existem tarefas, como a contratação de profissionais qualificados na área da tradução, a divulgação do gabinete junto de potenciais clientes, a elaboração de orçamentos e o acompanhamento do cliente, que permitem ao gabinete manter-se no mercado. Um cliente satisfeito voltará sempre ao gabinete de tradução e recomendá-lo-á a outras pessoas – é aquilo a que chamamos o marketing boca a boca. Apesar de não ter experimentado, na prática, algumas das tarefas descritas acima, procurei conhecer, junto de profissionais diretamente ligados à área, o funcionamento de um gabinete de tradução e o mercado onde ele se insere.

3.2. Tradução

3.2.1. Pré-tradução

Esta etapa é fundamental para qualquer tradutor e embora se tenha de aplicar toda a teoria do processo de tradução, tal como foi previamente mencionado, nem sempre isso se consegue verificar. O tempo escasso, os prazos apertados e os diferentes projetos em mãos não permitem que se proceda a uma análise mais aprofundada do texto de partida, nem respeitar todas as questões impostas pelas instruções da tradução (como, quando, onde, por quem e porquê?). Só com as experiências os tradutores

conseguem contornar esta dificuldade e melhorar a sua capacidade de decisão, relativamente à adequação das equivalências escolhidas.

Todo o projeto tem como primeira tarefa a preparação do documento. Se este estiver em formato PDF (digitalizado), imagem ou em ficheiro Word com imagens, nenhuma ferramenta é capaz de contar o número de palavras e não é possível utilizá-lo numa ferramenta de tradução assistida por computador. Nestes casos, recorre-se a um OCR, isto é, a uma ferramenta de reconhecimento ótico de caracteres. Esta tecnologia converte o texto de diferentes tipos de documentos (imagens ou digitalizações) para dados editáveis (em formato Word, por exemplo). No entanto, nem sempre o texto obtido se apresenta convertido na sua totalidade (por exemplo, pode faltar texto), ou possui falhas de formatação (tipo de letra diferente, texto ou tabelas desalinhados/sobrepostos, letras mal convertidas, entre outros exemplos), devido à qualidade do texto original (no caso de haver má qualidade da digitalização e nos fundos com cor e desenhos). Nestes casos, só é possível proceder à tradução diretamente a partir do Word, sendo que o tradutor tem o trabalho de formatar o texto de chegada de acordo com o original (respeitando por exemplo, tabelas, cabeçalhos, rodapés, gráficos, etc.). Durante o período em que estagiei, cabia à gestora de projetos a tarefa de converter os documentos em formato editável, pois apenas ela possuía o programa capaz para fazer a conversão (*software* pago). Enquanto estagiária, apenas converti documentos em PDF (editável) para Word antes de dar início ao projeto no SDL Trados, pois a probabilidade de ocorrerem erros antes, durante e após a tradução é maior com a utilização de ficheiros PDF.

A segunda tarefa visava a procura de textos paralelos. A gestora de projetos encarregava-se de me enviar, sempre que possível, todos os documentos relacionados com o tipo de texto a traduzir. Quando o cliente já era habitual, recebia, antecipadamente, todas as traduções já realizadas para esse cliente. Caso se tratasse de um cliente pontual, o que acontecia frequentemente na área jurídica (sentenças, certidões, etc.), todo o material relevante disponível me era, então, disponibilizado. Caso já existisse um texto paralelo igual ao do texto de partida, procedia apenas a uma atualização, isto é, à alteração dos dados sobre as pessoas, a instituição emissora, as datas, entre outros. Esta situação apenas me aconteceu uma vez, com uma certidão de óbito.

Alguns destes textos paralelos foram usados para criar uma memória de tradução. Para que isso fosse possível, recorri à função *Align Translated Documents* do SDL Trados (SDL Trados WinAlign). A vantagem desta ferramenta consiste em tornar possível a correspondência entre os segmentos de um texto de partida e os segmentos da sua

tradução, de forma a poder criar um ficheiro .tmx (*Translation Memory eXchange*). Cada memória de tradução criada corresponde a apenas uma tradução e, portanto, utilizei outra função do mesmo programa (*New* na secção *Translation Memories*) para criar uma memória de tradução vazia em formato .sdltm (*SDL File-Based Translation Memory*), e daí importar, depois, todas as outras memórias de tradução (função *Import* na secção *Translation Memories*). Sempre que surgiam novos projetos, cada memória era atualizada a partir das minhas traduções, na sua versão final (revistas e verificadas). Mais tarde, esta memória de tradução seria utilizada em traduções, permitindo “reciclar” alguns dos segmentos já traduzidos, poupando tempo e ajudando a manter a coerência terminológica entre os diferentes textos (especialmente para clientes habituais), sem afetar a qualidade do trabalho. Infelizmente, em algumas situações, especialmente na área jurídica, esta tarefa era impossível, pois o texto de partida estava em formato digitalizado, não editável, ou a sua versão convertida em formato editável não apresentava qualidade suficiente. Na tabela seguinte apresento as memórias de tradução criadas, se for o caso, o número de alinhamentos feitos para obter essa memória de tradução final e o par de línguas dessa memória:

| Memória de tradução | Número de alinhamentos | Par de línguas |
|----------------------------|-------------------------------|-----------------------|
| Direito | 2 | FR-PT |
| Cliente 1 | 0 | EN-PT |
| Cliente 2 | 8 | PT-EN |
| Cliente 3 | 5 | EN-PT |
| Cliente 3 | 3 | PT-EN |

Tabela 3 Memórias de tradução criadas, número de alinhamentos realizados e o respetivo par de línguas

Quando iniciei o estágio, utilizava a ferramenta de auxílio à tradução SDL Trados e, por isso, criava uma base de dados terminológica para o projeto em curso. No entanto, com o surgimento de novas traduções, senti a necessidade de criar glossários em Excel, uma vez que os textos de partida e os textos paralelos fornecidos eram, na sua maioria, não editáveis. Além do mais, caso houvesse a necessidade de partilhar terminologia com outros tradutores que não utilizavam nenhuma ferramenta de tradução assistida por computador, era importante ter um ficheiro que fosse compatível com o da maioria dos tradutores. Assim, foram criados quatro glossários: um de Direito para francês e outro

para inglês (ver no anexo VI, o glossário criado para a área do Direito), um para um cliente do domínio agrícola e outro para um cliente da área dos transportes. Estes glossários foram alimentados com termos provenientes das novas traduções, mas também das traduções que já tinham sido realizadas.

3.2.2. Tradução

A fase da tradução pode ser realizada de duas formas: a partir de uma ferramenta de tradução assistida por computador ou diretamente em formato Word. No meu caso, a escolha entre um e outro dependeu apenas do formato do texto de partida. Caso estivesse em formato editável, optava por um programa de auxílio à tradução. Caso contrário, era obrigada a trabalhar com a última opção.

Durante a tradução, para além de ter de utilizar um texto de partida numa dada língua e de ter de criar a sua versão noutra língua, também alimentava o glossário e/ou a base de dados terminológica com novos termos, enriquecia a memória de tradução e, se fosse caso disso, fazia pesquisas sobre terminologia e outras informações relevantes para a tradução.

Relativamente às fontes de consulta, para além de todos os textos paralelos, usava frequentemente as seguintes fontes em linha:

- Porto Editora. *Infopédia*
Disponível em: <https://www.infopedia.pt>
- Serge Braudo. Dictionnaire du droit privé
Disponível em: <http://www.dictionnaire-juridique.com>
- Larousse. Dictionnaire de Français
Disponível em: <http://www.larousse.fr>
- Oxford University Press. Oxford Learner's Dictionaries
Disponível em: <http://www.oxfordlearnersdictionaries.com>
- Translation Centre for the Bodies of the European Union. *InterActive Terminology for Europe*
Disponível em: <http://iate.europa.eu/SearchByQueryLoad.do?method=load>
- Proz. *Translation dictionaries & glossaries*

Disponível em: <http://www.proz.com/about/overview/terminology/>

- Gabinete de Documentação e Direito Comparado. *Jurislingue*.

Disponível em: <http://jurislingue.gddc.pt>

- Linguee GmbH. *Linguee*.

Disponível em: <http://www.linguee.pt>

Na tabela que se segue, são apresentadas as traduções por mim realizadas, sendo que estas se encontram ordenadas por ordem cronológica e contêm o número de palavras de cada um dos documentos e o par de línguas envolvido. Por questões de confidencialidade, os textos são identificados pelo tipo de documento ou pela área em que o texto traduzido se insere.

| Texto de partida | Número de palavras | Par de línguas |
|---------------------------------------|--------------------|----------------|
| Habilitação de Herdeiros e Testamento | 3187 | FR-PT |
| Acordo de confidencialidade | 2013 | EN-PT |
| Certidão de óbito | 140 | FR- PT |
| Certidão de nascimento | 100 | EN/FR - PT |
| Carta de nomeação | 3981 | EN-PT |
| Área comercial | 413 | PT-EN |
| Área alimentar | 340 | EN-PT |
| Área dos transportes | 523 | EN-PT |
| Certidão de óbito | 180 | FR-PT |
| Área agrícola | 189 | EN-PT |
| Sentença | 936 | FR-PT |
| Notificação (tribunal) | 1756 | FR-PT |
| Área agrícola | 236 | PT-EN |
| Área agrícola | 228 | PT-EN |

| | | |
|------------------------------|-----|-------|
| Área agrícola | 277 | PT-EN |
| Área agrícola | 161 | PT-EN |
| Área agrícola | 192 | PT-EN |
| Manual de instruções | 259 | PT-EN |
| Assento de nascimento | 330 | PT-EN |

Tabela 4 Traduções realizadas

Como é possível verificar, o número de traduções realizadas durante o meu estágio foi muito baixo, pois não houve, nesse período, muitas propostas de tradução. Por esse motivo, não realizei sempre traduções para a minha língua materna, o português. Embora tivesse de traduzir para a língua inglesa, tinha acesso a textos paralelos, e todos os textos foram sujeitos a revisão por um terceiro.

3.2.3. Pós-tradução

Quando a tradução é finalizada, e tal como referi anteriormente, ainda existe uma série de tarefas a realizar, antes que o projeto fique concluído. Dependendo do tipo de projeto, antes do envio do trabalho final, ainda se poderá ter de proceder à certificação e legalização dos documentos, à formatação e revisão.

Caso o cliente o solicite, poder-se-á ter que proceder à certificação notarial e à legalização por apostilha de Haia. No capítulo seguinte, outras informações são fornecidas relativamente a estes processos. Durante o estágio, tive a oportunidade de fazer pelo menos 5 certificações de documentos jurídicos (de uma Certidão de Óbito, de uma Sentença e Notificação, de um Certificado, de um Atestado da DGAE e de um Assento de Nascimento), tendo sido todas realizadas em notário, com a exceção da Sentença e Notificação, que foi realizada junto de uma solicitadora.

No caso da formatação dos trabalhos, esta é uma tarefa que deixa de ser necessária, se se recorrer a programas de auxílio à tradução, uma vez que o programa mantém a formatação do texto de partida. No entanto, é indispensável uma verificação do texto de chegada, para se ter a certeza de que todo o conteúdo foi traduzido e que a formatação corresponde ao original. Para os casos em que não é possível utilizar uma ferramenta de tradução assistida por computador, o tradutor tem de fazer esse tipo de trabalho durante ou após a tradução. Um dos exemplos mais marcante das tarefas que tive de realizar consistiu na formatação de 74 fichas técnicas para quatro línguas

diferentes. Aquando da orçamentação dessas fichas técnicas, criei um documento Word, com base nessas mesmas fichas, onde inseri todos os textos que não eram repetidos, isto é, retirei todas as repetições de cada ficha técnica e juntei tudo num mesmo ficheiro, uma vez que a tradução dessas repetições traria custos acrescidos ao gabinete. Assim que recebi o ficheiro com a tradução, procedi ao alinhamento da tradução, de forma a criar uma memória de tradução para cada par de língua. Essas memórias de tradução serviram para traduzir todas as fichas técnicas. Após o moroso trabalho de segmentação e confirmação da tradução, no SDL Trados, de todas as fichas em todos os pares de língua, obtive a tradução das mesmas. No entanto, tive de verificar, e mesmo de alterar, todas as fichas, pois estas continham várias falhas e erros, tais como, a existência de diferentes tipos e tamanhos de letras, a falta de negritos, textos deslocados, falhas na formatação das tabelas, falhas na própria tradução, etc. Depois, no trabalho de tradução, há por vezes necessidade de colocar entre parênteses retos os logotipos, brasões ou emblemas e de verificar se o conteúdo de uma página no texto de partida corresponde ao mesmo conteúdo na mesma página no texto de chegada, etc..

Todos os meus trabalhos de tradução foram sempre sujeitos a revisão por um terceiro elemento, muito embora se espere que um tradutor independente trate de rever o seu trabalho e que a tradução enviada para o gabinete corresponda à sua versão final. Normalmente, todo o trabalho sujeito a revisão é devolvido ao tradutor, para que este possa aceitar ou recusar as propostas de alteração do revisor. Só depois o trabalho é enviado, num ficheiro cujo nome possui, no final, a abreviatura da língua de chegada.

Uma vez concluída a tradução, a minha última tarefa consistia em atualizar o glossário, com a respetiva terminologia, caso se tratasse de termos da área do Direito ou de um cliente específico. No anexo VI, apresento o glossário por mim criado para a área jurídica, nas combinações linguísticas de línguas português - inglês e francês.

3.3. Tradução jurídica

3.3.1. Certificação notarial

O processo de certificação não é uniforme a nível mundial. Em Portugal, a tradução certificada consiste numa certificação por parte de uma entidade competente para certificar, numa declaração do tradutor e, em anexo, o original e a tradução. Todas as folhas são assinadas por ambos e carimbadas pela entidade competente. No anexo V é possível encontrar um exemplo de uma certificação notarial (não é possível ver os anexos da mesma, mas, como se pode verificar, estes encontram-se agraphados à certificação).

O cliente poderá entregar o original, uma cópia autenticada ou uma fotocópia simples, sendo que haverá sempre uma menção ao facto de que a tradução foi feita a partir de uma dessas três modalidades. É importante relevar que, apesar de se poder fazer uma certificação a partir de uma fotocópia, esta poderá ser recusada pela entidade que a pediu (Neves, 2014).

Como as certificações não podem ser feitas pelo próprio tradutor, não existe nenhum “tradutor juramentado” (Neves, 2014). O tradutor apenas declara a fidelidade da tradução junto das entidades competentes, que certificam a identidade da pessoa que compareceu como tradutor. Apesar de se considerar que as traduções devem ser feitas por um tradutor idóneo, nenhum documento a comprovar as habilitações do tradutor é solicitado no momento da certificação, pelo que este serviço não garante a qualidade da tradução, apenas certifica, legalmente, a autoria e impute responsabilidade.

Este tipo de serviço pode ser feito em qualquer uma das entidades seguintes (Instituto dos Registos e do Notariado [IRN], 2012):

- Cartório Notarial português;
- Conservatória dos Registos Centrais;
- Conservatória do Registo Civil;
- Consulado Português no Estado onde o documento foi emitido;
- Consulado que represente em Portugal o Estado onde o documento foi emitido;
- Câmaras de Comércio e Indústria (reconhecidas nos termos do Decreto-Lei n.º 244/92, de 29 de outubro);
- Advogados e Solicitadores.

Por fim, não podia deixar de referir que as entidades mencionadas apenas podem certificar se o tradutor tiver capacidade legal para tal, isto é, se o documento traduzido não lhe disser respeito ou ao seu cônjuge ou a outros familiares mencionados na legislação (IRN, 2012).

3.3.2. Apostilha de Haia

A apostilha de Haia, que se encontra prevista nos termos da Convenção Relativa à Supressão da Exigência da Legalização dos Atos Públicos Estrangeiros, concluída a 5 de outubro de 1961, consiste numa formalidade onde se atesta a autenticidade de um ato público emitido por um dos países aderentes à respetiva Convenção (Ministério Público, s.d.). A apostilha deve ser solicitada pelo interessado ou pelo portador do ato público por via postal, ao posto consular, ou presencialmente (Regulamento do Serviço de Apostilha, artigos 12.º e 15.º citado pelo Ministério Público, s.d.) junto da autoridade competente do país em que foi emitido o documento (Ministério Público, s.d.). Em Portugal, esta competência remete para a Procuradoria-Geral da República (Decreto-Lei n.º 86/2009, de 3 de abril, artigo 2.º/1, citado pelo Ministério Público, s.d.). A apostilha reconhece a assinatura da pessoa que emitiu o ato público, a qualidade em que o mesmo o emitiu e, se for caso disso, a autenticidade do selo ou carimbo, sendo plenamente aceite nos países aderentes (Ministério Público, s.d.).

De acordo com o Ministério Público (s.d.), que cita a referida Convenção, podem ser legalizados os atos públicos emitidos por: câmaras municipais, cartórios notariais, conservatórias dos registos, estabelecimentos públicos de ensino, juntas de freguesia, ministérios, tribunais, estabelecimentos de ensino (previamente autenticados pela Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares ou do Ensino Superior). Também podem ser legalizados os documentos certificados por advogados, solicitadores, câmaras de comércio e indústria e Correios de Portugal. Os documentos elaborados pelos agentes consulares ou diplomáticos ou os que se encontram relacionados com uma operação comercial ou aduaneira não podem receber este tipo de certificação.

A seguir apresento uma lista com os países aderentes à mencionada Convenção de Haia, que regula a apostilha, mas apenas aqueles cujas línguas oficiais são o Português, o Francês ou o Inglês.

| Língua oficial | | |
|----------------------------|------------|--|
| Portuguesa | Francesa | Inglesa |
| Brasil | Bélgica | África do Sul |
| Cabo Verde | Burundi | Antígua e Barbuda |
| Portugal | França | Austrália |
| São Tomé e Príncipe | Luxemburgo | Bahamas |
| | Mónaco | Barbados |
| | Seychelles | Belize |
| | Suíça | Botswana |
| | Vanuatu | Dominica |
| | | Fiji |
| | | Grenada |
| | | Lesoto |
| | | Libéria |
| | | Malawi |
| | | Malta |
| | | Namíbia |
| | | Maurícia |
| | | Nova Zelândia |
| | | Santa Lúcia |
| | | São Cristóvão e Nevis |
| | | São Vicente e Granadinas |
| | | Seychelles |
| | | Suazilândia |
| | | Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte |
| | | Tonga |
| | | Trindade e Tobago |
| | | Vanuatu |

Tabela 5 Países de língua oficial portuguesa, inglesa e francesa, aderentes à Convenção de Haia

Para todos os outros casos, é necessário averiguar junto do país de destino qual é a forma de certificação aceite nesse país. De acordo com Neves (2014), a certificação é

feita junto da embaixada do país de destino da tradução, podendo ainda ser exigido: certificação em notário, certificação junto da Câmara do Comércio ou do Ministério dos Negócios Estrangeiros português e certificação em embaixada.

3.3.3. Comentário das traduções jurídicas

As reflexões e as críticas são fundamentais no processo de tradução, pois sem elas não se consegue alcançar o estatuto de excelência profissional. Sem elas, não caberia analisar o trabalho final ao pormenor, não se aprenderia com os erros, não se refinaria a capacidade de decisão, não se definiria a posição relativamente à escolha dos métodos e técnicas de tradução mais adequados, não se melhoraria a capacidade de verificação/revisão, não se expandiriam os conhecimentos teóricos e não se perceberia a importância que reveste a justificação das escolhas, etc.

Enquanto estagiária, foi absolutamente relevante: analisar os textos de partida antes de proceder à sua tradução, comparar o meu trabalho com a revisão, analisar o texto de chegada e, por fim, ter que justificar as minhas opções.

Irei, então, agora, proceder a uma análise da pré-tradução num comentário descritivo, onde descrevo o texto de partida, o trabalho translacional e o texto de chegada, bem como os traços gerais da linguagem jurídica. É frequente que, no ambiente de trabalho, os tradutores não tenham muito tempo para refletir aprofundadamente sobre estas questões, devido aos prazos apertados, tornando-se o procedimento intuitivo, com a experiência. É também verdade que as instruções de tradução (*translation brief*) não são completas, ao contrário do que refere Nord (1997), e que, por isso, nem sempre o tradutor tem acesso a informações como o *skopos*, para quem e para que objetivo se traduz, terminologia específica utilizada pela empresa, textos paralelos do cliente relevantes para a tradução, entre outros. Normalmente, o tradutor recebe a informação do número de palavras, as línguas de trabalho, o prazo de entrega e, eventualmente, poderá ser-lhe indicado o objetivo (para certificação notarial, por exemplo).

Posteriormente, irei expor alguns dos problemas que foram identificados e as dificuldades que surgiram, bem como a explicação para a escolha da tradução. Os textos analisados têm como língua de partida o francês e são de diferentes tipos (ver anexo VII - os textos de partida e as respetivas traduções na sua versão final):

- Habilitação de Herdeiros e Testamento;
- Certidão de Óbito;
- Sentença e notificação.

A primeira e a segunda tradução, acima mencionadas, foram das primeiras traduções que fiz no estágio, pelo que me foram dadas como “teste de autodiagnóstico”, para que eu pudesse ter a noção do número de palavras que conseguia traduzir, em média, por dia (no final do estágio, acabei por considerar que consigo traduzir 2000 palavras por dia, em vez das 3000 palavras fixadas inicialmente) e da qualidade do meu trabalho. No caso da primeira tradução, trata-se de uma retroversão, isto é, de uma tradução para a língua de partida de um texto já traduzido e, o segundo texto, de uma tradução e posterior comparação com o texto traduzido por outra tradutora.

Relativamente ao primeiro trabalho de tradução, o texto de partida continha cerca de 3187 palavras (contagem Word) e o prazo limite para a entrega da tradução não tinha ficado definido, visto tratar-se de um “teste de autodiagnóstico”. O texto de partida é uma tradução de uma Certificação de uma fotocópia de uma Habilitação de Herdeiros, e de um Testamento e de uma Certidão Relativa a Ato Autêntico em Matéria de Sucessão. O objetivo desta certificação é: comprovar a conformidade das fotocópias com os documentos originais. Este documento foi emitido pela Conservatória do Registo Civil de Leiria, um serviço com competência atribuída pelo Instituto de Registo e Notariado.

Relativamente à Habilitação de Herdeiros, que vem em anexo à Certidão, esta foi emitida pelo Instituto de Registo e Notariado. Nela se encontram identificados o autor da herança, o cabeça de casal e os herdeiros e se declara que os mencionados são os únicos herdeiros da pessoa falecida, não havendo quem lhes prefira ou quem com eles concorra à sucessão.

O segundo documento é uma cópia Testamento, retirado do livro de Testamento do Cartório Notarial de Leiria. De acordo com o artigo 2179º do Código Civil (2015), “Diz-se testamento o acto unilateral e revogável pelo qual uma pessoa dispõe, para depois da morte, de todos os seus bens ou de parte deles”, entenda-se, então, que é um negócio jurídico, onde intervém um único sujeito com o objetivo de determinar a sua vontade, quanto aos seus bens, ou parte deles, após a sua morte.

Por fim, o último documento anexado à Certidão é a Certidão Relativa a Ato Autêntico em Matéria de Sucessão. Este formulário é emitido pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho e tem como objetivo assegurar a livre circulação das pessoas através da adoção de “medidas no domínio da cooperação judiciária em matéria civil que tenham incidência transfronteiriça” (Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, 2012), que, neste caso, é “relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões, e à aceitação e execução dos atos autênticos em matéria de

sucessões e à criação de um Certificado Sucessório Europeu” (Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, 2012).

O conjunto de textos de partida aqui apresentados são de caráter administrativo e têm como público-alvo indireto os herdeiros e o cabeça de casal do falecido, o respetivo advogado e, como público-alvo direto, as instituições que necessitam deste documento.

Apesar de a tradução ter meramente o objetivo de apurar o número de palavras médias que eu conseguia traduzir por dia, e do público-alvo ser apenas os indivíduos do gabinete de tradução onde estagiei, pretendeu-se manter o caráter administrativo e objetivo comunicativo.

Relativamente ao segundo trabalho, trata-se de um “Acte de Décès” (Certidão de Óbito), com cerca de 140 palavras. Nenhum prazo foi, uma vez mais, definido para a entrega desta tradução. O documento foi emitido pelo Registo Civil da Câmara de Créteil (França), cuja função é lavrar atos, constatando factos. Dentro desses atos está a Certidão de Óbito, que deve ser obrigatoriamente realizada após o falecimento. O principal objetivo do texto de partida é apresentar os factos relacionados com a morte de uma determinada pessoa, de modo a que esse documento possa ser apresentado junto de outras entidades, para que, na hora, cessem todos os seus direitos e obrigações (o termo da personalidade jurídica encontra-se definido no artigo 68º do Código Civil (2015)) e para permitir abrir a sua sucessão. O público-alvo do texto de partida são as instituições interessadas na cessação dos direitos e deveres do falecido. As instituições requerem este documento para tratar da sucessão e para permitir a realização do funeral. Embora a tradução apenas tenha sido realizada para o apuramento das minhas capacidades de tradução, tudo decorreu como se se tratasse de um projeto real. Logo, o público-alvo do texto de chegada são as instituições portuguesas que necessitam desse documento, para que os direitos e deveres do falecido cessem e se possa tratar da sucessão em Portugal. Os textos são ambos do domínio administrativo e, portanto, têm o mesmo objetivo comunicativo e o texto de partida tem igual força jurídica após autenticação.

O último texto tem a ver como uma Sentença e Notificação. Os documentos do anexo número VII, e os que correspondem à tradução, são referentes a apenas uma de duas notificações que foram mandadas traduzir. Como o conteúdo é idêntico e apenas mudavam os dados pessoais, irei só tomar em consideração uma das traduções. Assim sendo, o texto de partida contém cerca de 1346 palavras e teve um prazo útil de três dias, incluindo o prazo da revisão, o que dá aproximadamente metade desse tempo para a entrega da minha tradução para revisão, ou seja, um dia útil e meio. O documento original é escrito pelo Tribunal de Instância de Fréjus, com o objetivo de notificar o

interessado acerca da decisão proferida pelo juiz. Este documento destina-se diretamente ao requerente e indiretamente a todos os que estiveram envolvidos neste processo (o advogado, por exemplo). O objetivo da tradução é dar a conhecer às autoridades portuguesas uma decisão judicial de um tribunal estrangeiro sobre um cidadão português. O objetivo comunicativo do conteúdo da notificação e da sentença é para ser mantido na tradução, com exceção da parte que diz respeito às leis francesas, pois estas leis têm um objetivo meramente informativo, no texto de partida.

Esta tradução foi sujeita a certificação notarial, que lhe conferiu o mesmo valor jurídico do que o original, com exceção da parte que diz respeito ao código civil francês, que é do tipo normativo, no texto de partida, mas que não tem valor jurídico em Portugal.

De forma geral, todos estes textos se caracterizam pelo uso da linguagem jurídica, isto é, uma linguagem técnica específica. O que distingue esta forma de linguagem é a presença de termos jurídicos, que têm significados específicos, e o uso de expressões latinas, verbos diretivos e frases longas e complexas, escritas num estilo formal e impessoal. A função desta linguagem específica não é de apenas transmitir um sentido, mas antes de influenciar, orientar e alterar o comportamento dos indivíduos (Cao, 2007).

As dificuldades de tradução começam com a natureza específica da linguagem jurídica, que, devido às suas características, se torna de difícil compreensão. Cada linguagem jurídica está associada a um sistema jurídico, que evoluiu segundo as necessidades culturais do país. Cada país tem, por isso, as suas especificidades, não só quanto ao sistema jurídico, como também em relação ao uso da linguagem jurídica. A falta de conhecimentos sobre um sistema jurídico, a linguagem jurídica e sobre a cultura de um país é, tal como referi anteriormente, um dos principais fatores desencadeadores de problemas e dificuldades, aquando da realização de uma tradução. Todos estes problemas estão relacionados entre eles e os exemplos que a seguir apresento podem não pertencer a apenas uma categoria de problemas e estar ligados entre eles.

- **Diferença entre sistemas jurídicos**

- **Equivalências**

Durante as traduções, surgiram algumas dificuldades, no que diz respeito à traduzibilidade de conceitos, pelo facto de estes terem regras diferentes, muito embora sejam da mesma família. Os termos jurídicos usados em cada país estão associados à forma como o Direito evoluiu naquela cultura e, por isso, adquirem conceitos específicos.

Um dos exemplos que mais se destacou durante o estágio foi o problema da equivalência funcional de “Tribunal d’Instance” (ver a tradução: Sentença e Notificação, no anexo VII), que traduzi e validei como “Tribunal de Instância”, mas que, na revisão, foi corrigido para “Tribunal da Comarca”. A organização do sistema jurídico de ambos os países é diferente e, conseqüentemente, os tribunais têm competências diferentes. Não existe, em Portugal, um tribunal que tenha a totalidade das competências de um tribunal em França. A Comissão Europeia (2013a, 2013b) disponibiliza no seu portal, em diferentes línguas, informações sobre diferentes sistemas de justiça na União Europeia, o que ajuda a compreender os diversos sistemas jurídicos e a encontrar equivalentes terminológicos. Nesse mesmo sítio *web*, encontra-se descrita a organização dos tribunais franceses e a equivalência utilizada é “Tribunal de Instância” (Comissão Europeia, 2013a). Este tribunal tem competências de atribuição e competências administrativas, além de os juízes terem a função de juízes das tutelas para maiores de idade a (Comissão Europeia, 2013a). De acordo com a Comissão Europeia (2013b), os tribunais de 1ª Instância, em Portugal são:

(...) em regra, os Tribunais de comarca. (...) os tribunais judiciais são os tribunais comuns em matéria cível e criminal e exercem jurisdição em todas as áreas não atribuídas a outras ordens judiciais. Na primeira instância pode haver tribunais com competência específica (...) e tribunais especializados para o julgamento de matérias determinadas (...). (para. 4)

Desta forma, foi preferível optar por uma tradução mais literal do termo, isto é, “Tribunal de Instância”, tal como usado no Comissão Europeia (2013a) de modo a evitar qualquer mal-entendido entre as competências entre o tribunal francês e o tribunal português (o que poderia ter acontecido com a solução menos fidedigna dada na revisão), embora ambos possam ter competências em matéria de tutela.

- **Diferenças linguísticas**

- **Terminologia**

A grande vantagem de fazer retroversões para a língua original é a de não ter de se lidar com equivalências, de permitir compreender o significado dos termos jurídicos e refletir sobre a possibilidade de usar diferentes escolhas terminológicas. No caso da tradução da Habilitação de Herdeiros e Testamento, o texto de partida apresentava o termo latino “*de cujus*”, que mantive no texto de chegada, mas que no texto original era “Autora da Herança”. De facto, pode-se depreender, pelo contexto, que o termo “Autora

da Herança” se refere à pessoa falecida que deixou bens e a quem vai ser regulada a sucessão. De acordo com o dicionário em linha de Braudo (1996-2016), o termo *de cujus* apresenta a seguinte definição:

L'expression latine dont la formule entière est « Is de cujus successionem agitur » désigne celui de la succession duquel on débat. Par délicatesse, les notaires ont pris l'habitude d'utiliser cette expression lorsqu'ils rédigent un contrat de mariage ou un testament afin qu'en sa présence le donateur ne soit pas désigné dans l'acte qu'il signe, par l'expression « le (futur) défunt ».

O dicionário em linha Priberam (1996-2016), define o mesmo termo como “Aquele de quem se trata” e “Expressão usada para substituir o nome de indivíduo falecido cujos bens estão em inventário”.

Assim, ambas as expressões latinas são passíveis de serem utilizadas em ambas as línguas, e especialmente porque o Direito permite a utilização de expressões latinas. O sítio *web* do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça I.P (s.d.), uma base jurídico-documental, apresenta vários Acórdãos portugueses em que esta expressão é utilizada. Esta expressão acaba, por isso, por conferir o mesmo objetivo comunicativo do que o termo originalmente utilizado.

Os problemas de terminologia são dos mais comuns, qualquer que seja o género textual. Durante a tradução da Certidão de Óbito, surgiu o termo “Acte de Décès” que foi traduzido como “Certidão de Óbito”. O termo “Acte de Décès”, de acordo com o dicionário em linha Jurimodel (2000-2016), pode ser definido como:

Un acte de décès est un acte juridique de l'état civil. C'est un acte authentique signé par un officier de l'état civil établi lors du décès d'une personne. A la différence des autres actes d'état civil comme l'acte de mariage ou l'acte de naissance, l'acte de décès peut être consulté par tout le monde à n'importe quel moment.

A escolha do termo equivalente permanecia entre Certidão e Assento. Para saber as diferenças, consultei o termo “certidão” no dicionário *online* da Porto Editora (2003-2016) que o define como sendo uma “cópia extraída de documento avulso arquivado numa repartição pública, passada pelo respetivo serviço, que é documento autêntico destinado a comprovar os atos dele constantes”, isto é, trata-se apenas de uma cópia dos dados do assento. O Ministério dos Negócios Estrangeiros (s.d) aponta três tipos de certidões e define-as como:

- Narrativa: “narra o conteúdo do assento de forma sintética. Nela são mencionados os elementos extraídos do texto do assento, conjugados com as modificações introduzidas pelos averbamentos existentes à margem”;
- Cópia integral: “transcreve-se todo o texto dos assentos a que respeitam e os seus averbamentos”;
- Modelo internacional: “destina-se a ser utilizada no estrangeiro”.

Por sua vez, um assento, “para efeitos de registos e notariado, traduz-se na forma de notação dos factos sujeitos a registo civil” (Gabinete de Documentação e Direito Comparado, s.d.), isto é, o registo lavrado na Conservatória. Com isto, pode concluir-se que, quando se trata de documentos cujos dados são extraídos do assento, a designação correta é “Certidão”, e quando se trata do registo que está na Conservatória é Assento. No caso da tradução, como o título menciona que é uma cópia integral, decidi optar pelo termo “Certidão”.

○ **Falsos amigos**

Este é um tipo de problema frequentemente encontrado, não só em tradução jurídica, como em todos os outros géneros textuais. Quando há semelhança fonética, e especialmente gráfica, entre duas línguas, mas quando o significado é completamente diferente, muitos erros de tradução são desencadeados. Na tradução da Sentença e Notificação, deparei-me com o falso-amigo “jugement”, cuja tradução foi “Sentença”.

O termo “jugement” é definido como “toute décision rendue par une juridiction du premier degré, qui ordonne de payer, de faire ou de ne pas faire ou encore qui prend une mesure d'instruction ou d'exécution” (Braudo, 1996-2016), sendo que todas as outras decisões são designadas como *ordonnances*. Em português, de acordo como o *website* ABC Justiça da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV, s.d), o termo julgamento apresenta a seguinte definição “É a fase do processo crime em que são apresentadas as provas e são ouvidas todas as pessoas envolvidas no processo”. O julgamento é uma audiência normalmente pública, e que termina na comunicação de uma sentença ou acórdão.

Segundo o mesmo sítio *web*, o termo “sentença” corresponde uma decisão que o tribunal singular, constituído por um juiz, toma em relação aos processos respeitantes aos crimes menos graves e o termo “acórdão” é semelhante ao anterior, mas é “a decisão de um tribunal coletivo (3 juízes) ou de um tribunal de júri (3 juízes e 4

cidadãos)”. Tal como em França, a decisão proferida por um juiz pode ter designações diferentes em Portugal.

Como é possível depreender pelo contexto do texto de partida, a decisão da atribuição da tutela é proferida por apenas um juiz no tribunal de instância. Assim sendo, é possível concluir que só se pode aferir qual dos termos é o melhor equivalente através do contexto do texto de partida, e que, neste caso, corresponde a “sentença”.

- **Diferenças culturais**

- **Siglas, acrónimos e abreviaturas**

O uso de siglas e acrónimos pode tornar-se um problema para o tradutor, e isto por dois motivos: este tem dificuldade em saber a que corresponde a sigla/acrónimo e qual o método de tradução mais apropriado, atendendo ao tipo de texto que se está a traduzir e ao espaço disponível. No caso dos textos em estudo, as siglas/acrónimos não são muito frequentes. A título de exemplo, uma das dificuldades que tive foi com a sigla “Nº R.G.”. Embora se consiga depreender que se trata de um número, possivelmente de registo, era necessário ter a certeza da correspondência exata. A resposta a esta dificuldade foi encontrada nos dois sítios *web* seguintes:

- http://www.proz.com/kudoz/french_to_german/law_general/2094676-n%C2%B0_rg.html
- <http://dictionnaire-juridique.jurimodel.com/Enr%F4ler.html>

O primeiro *link* é de uma rede de ajuda à tradução, onde vários tradutores de todo o mundo partilham dificuldades e recebem ajuda de outros colegas. Neste caso, um membro do *proz*, que diz ser especialista na área, explica que a sigla corresponde a “ReGistre, donc numéro du registre ou numéro du rôle”, ou seja, número de registo ou número do processo, em português. Na segunda fonte, diz-se, claramente, que o processo contém o “numéro de rôle affecté à chaque affaire (année / numéro : par exemple RG n° 09/521 soit la 521 ème affaire enregistrée au tribunal en 2009)”.

Com estas fontes, concluí que o equivalente mais adequado seria “Número de registo”. Outro fator que tive em consideração, foi o facto de existir espaço suficiente se optar por escrever por extenso. Nenhuma correção foi feita durante a revisão.

A tradução da Habilitação de Herdeiros e Testamento apresenta várias siglas/acrónimos. No entanto, a sigla/acrónimo já estava na língua para a qual traduzi, visto tratar-se de uma retroversão. Apesar disso, não posso deixar de comentar o método utilizado, pelo tradutor, para solucionar o problema. Como é possível verificar no anexo VII, o tradutor optou por duas soluções diferentes: a primeira, é a de usar a sigla equivalente na língua de chegada, sem recorrer a qualquer explicação, por esta ser desnecessária. É o caso do acrónimo NIF, que, em português, corresponde a Número de Identificação Fiscal e que, em francês, corresponde a *Numéro d'Identification Fiscale* (NIF). Outro exemplo, é o uso da sigla UE, usada em ambas as línguas. A segunda solução, prende-se com o uso de nota de tradutor, em rodapé, cujo objetivo é esclarecer o leitor sobre a tradução. No entanto, o seu uso deve ser, sempre que possível, evitado, especialmente neste género textual, pois o tradutor é apenas um intermediário invisível. Como tradutora, teria optado por manter a sigla do texto de partida e por colocar a tradução entre parênteses. Por exemplo, o acrónimo CIS, que corresponde, em português, a Código do Imposto de Selo, teria sido por mim traduzido por CIS (Code du Droit de Timbre Portugais), em vez de colocar em rodapé, tal como o fez o tradutor: “NT-CIS: Código do Imposto de Selo (Code du Droit de Timbre)”. No caso de existir falta de espaço no corpo do texto, a nota de tradutor seria o método de tradução preferível, mas não é o caso nesta tradução.

○ **Fórmulas de cortesia**

É frequente, nos textos escritos em francês, o recurso ao uso das fórmulas de cortesia Monsieur/Madame, ou às abreviaturas correspondentes. No caso da Sentença e Notificação, sempre que o juiz ou a escrivã faz referência aos interessados, utiliza *Mme* ou *M.*, como forma de cortesia, o que faz parte da cultura e da história francesa. Esta fórmula corresponde, em português, a Senhor(a). No entanto, a minha experiência académica demonstrou que isto é raramente usado, dando-se preferência à indicação do nome da pessoa. Qualquer nativo português iria estranhar a presença de tal equivalente em textos deste género. Para além disso, este procedimento é irrelevante para o sentido do texto. Assim, a solução encontrada passou por apenas se indicar o nome da pessoa, omitindo a fórmula de cortesia.

Em conclusão, os textos jurídicos não são fáceis de traduzir, na sua generalidade. Embora possa parecer impossível traduzir conceitos jurídicos, devido à falta de equivalência no texto de chegada, é possível fazê-lo, embora seja inútil procurar uma

equivalência absoluta entre conceitos jurídicos, pois essa é inexistente. O importante, em qualquer tradução, é transmitir o sentido do texto de partida, usando os vários métodos e técnicas de tradução. Além disso, com a experiência, o tradutor irá refinar as suas decisões e aumentar os seus conhecimentos nesta matéria, o que se refletirá na qualidade das suas traduções.

Conclusão

Durante todo o meu percurso académico, estive imersa no estudo das minhas línguas de trabalho (o português, o francês e o inglês), das teorias da tradução, das tecnologias aplicadas à tradução e nas técnicas e métodos de tradução, nos comentários e portefólios. No entanto, existiam algumas lacunas, que eu necessitava de preencher para poder completar a minha aprendizagem com sucesso: saber aplicar a gestão de projeto à tradução, perceber o funcionamento de uma empresa de tradução em Portugal e conhecer o mercado da tradução.

Nesse sentido, o estágio teve um impacto bastante positivo. Apesar de ter tido uma curta duração, a experiência que pude obter foi inigualável. Um dos aspetos que mais impacto teve foi a Gestão de Projetos. Felizmente, tive a oportunidade de estudar Avaliação e Gestão de Projetos, durante este Mestrado, o que me permitiu comparar as diferenças. Infelizmente, a maioria dos conhecimentos adquiridos nesta cadeira de mestrado não se aplicaram na prática, visto que não eram dirigidos à Tradução.

A grande maioria das empresas de tradução recorre a tradutores independentes. Alguns desses tradutores não fazem da tradução a sua principal fonte de rendimento, mas esta constitui antes uma fonte de rendimento extra. Enquanto futura tradutora, este é um fator preocupante, pois o tradutor independente tem de ser polivalente ao efetuar tarefas de marketing, tradução e gestão de projetos e lidar com rendimentos incertos no final do mês (visto que o número de traduções também é incerto). Além disso, o mercado da tradução é bastante competitivo e, não havendo nenhum órgão a regular a profissão, qualquer pessoa pode realizar traduções. Assim, apesar de ter formação em tradução, irei ter de competir com qualquer pessoa, com ou sem formação, que saiba duas línguas e que queira fazer da tradução uma fonte de rendimento.

O mercado da tradução jurídica tem vindo a crescer. Esse facto deve-se muito à crise que se faz sentir e ao aumento do número de emigrantes. O facto de ter uma especialização em ciências jurídicas pode, por isso, tornar-se uma mais-valia. No entanto, devido à competitividade, especialmente das pessoas formadas em Direito, esta mais-valia pode desaparecer com facilidade, visto que algumas empresas não dão importância à formação em tradução, mas apenas aos conhecimentos linguísticos e à especialização. Outras empresas, preferem recorrer a tradutores para a tradução e a especialistas para a revisão. Existem ainda aquelas que dão essa opção ao cliente e aquelas que dão valor à formação em tradução, à especialização adquirida e à tradução apenas para a língua materna, como é o caso do gabinete onde estagiei.

Desta forma, o estágio foi uma alavanca e ajudou-me a entrar e a compreender este meio profissional, tão problemático e tão desprezado, que é o da tradução. Caberá a cada tradutor profissional definir o que é melhor para a sua carreira, enquanto não houver regras definidas e obrigatórias nesta matéria. As más traduções realizadas têm impacto muito negativo na reputação de um tradutor, para além do cliente, e as dificuldades iniciais de um novato em tradução podem levá-lo a aceitar desesperadamente uma tradução que na realidade não está habilitado a fazer. No entanto, para mim, resta dizer que darei preferência às traduções para a língua em que me sinto mais confortável, o português.

Referências bibliográficas

- Ainsworth, J. (2014). Lost in Translation? Linguistic Diversity and the Elusive Quest for Plain Meaning in the Law. Em L. Cheng, K. K. Sin, & A. Wagner, *The Ashgate handbook of legal translation* (pp. 43-47). Surrey: Ashgate Publishing.
- Albir, A. H. (2004). *Traducción y Traductología. Introducción a la Traductología*. Madrid: Cátedra.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (s.d.). *Glossário*. Obtido em 17 de outubro de 2016, de ABC Justiça: http://abcjustica.pt/pt/08_glossario/glossario.html#1
- BNI Portugal. (s.d.). *A Maior Organização Profissional de Negócios do Mundo*. Obtido em 20 de setembro de 2016, de <http://www.bni.pt/pt/amaiororganizacao>
- Braudo, S. (1996-2016). *Dictionnaire du droit privé Français*. Obtido em 17 de outubro de 2016, de Dictionnaire du droit de Serge Braudo: <http://www.dictionnaire-juridique.com/dictionnaire-juridique.php>
- Cao, D. (2007). Law, Language and Translation. Em *Translating Law* (pp. 7-35). Clevedon: Multilingual Matters.
- CEN/SS A07. (2004). Projeto prEN 15038 - Serviços de tradução – Requisitos para a prestação de serviços. Bruxelas: Comité Europeu de Normalização.
- Cheng, L., Sin, K. K., & Wagner, A. (2014). Cultural Transfer and Conceptualization in Legal Discourse. Em L. Cheng, K. K. Sin, & A. Wagner, *The Ashgate handbook of legal translation* (pp. 27-40). Surrey: Ashgate Publishing.
- Código Civil. (2015). Obtido em 22 de setembro de setembro, de http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=775&tabela=leis&so_mio=
- Comissão Europeia. (2013a). *Tribunais ordinários - França*. Obtido em 17 de outubro de 2016, de Portal Europeu da Justiça: https://e-justice.europa.eu/content_ordinary_courts-18-fr-pt.do?member=1
- Comissão Europeia. (2013b). *Tribunais ordinários - França*. Obtido em 17 de outubro de 2016, de Portal Europeu da Justiça: https://e-justice.europa.eu/content_ordinary_courts-18-pt-pt.do?member=1
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. (s.d.). *Estados-membros*. Obtido em 22 de setembro de 2016, de CPLP: <http://www.cplp.org/id-2597.aspx>
- Constituição da República Portuguesa. (2005). Obtido em 1 de setembro de 2016, de <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>

- Fábrica das Palavras*. (s.d.). Obtido em 23 de maio de 2016, de Fábrica das Palavras:
<http://www.fabricadaspalavras.pt/>
- Fontes, H. L. (2007). Ferramentas de ajuda à tradução. *Boletim da língua portuguesa nas instituições europeias* - n.º 25, pp. 60 - 65. Obtido em 7 de Setembro de 2016, de Direcção-Geral da Tradução — Comissão Europeia:
http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha25_pt.pdf
- Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2014). *Como se pode propor um processo de execução de dívida?* Obtido em 14 de setembro de 2016, de Direitos e deveres dos cidadãos: <http://www.direitosedeveres.pt/q/acesso-ao-direito-e-aos-tribunais/tribunais-tribunais-arbitrais-e-julgados-de-paz/como-se-pode-propor-um-processo-de-execucao-de-divida>
- Gabinete de Documentação e Direito Comparado. (s.d.). *Jurislingue*. Obtido de <http://jurislingue.gddc.pt/>
- González-Ruiz, V. (2014). Trying to See the Wood Despite the Trees: A Plain Approach to Legal Translation. Em L. Cheng, K. K. Sin, & A. Wagner, *The Ashgate handbook of legal translation* (pp. 71-77). Surrey: Ashgate Publishing.
- Gouadec, D. (2007). *Translation as a Profession*. Benjamins translation library.
- Hague Conference on Private International Law. (s.d.). *Assinaturas e Ratificações*. Obtido em 20 de setembro de 2016, de HCCH: <https://www.hcch.net/pt/instruments/conventions/status-table/?cid=41>
- Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça. (s.d.). *Base de dados jurídico-documentais*. Obtido de <http://www.dgsi.pt/>
- Instituto dos Registos e do Notariado. (17 de janeiro de 2012). *Tradução de documentos para instruir ou basear actos de registo*. Obtido em 15 de setembro de 2016, de IRN: http://www.irn.mj.pt/sections/irn/a_registral/registos-centrais/docs-da-nacionalidade/docs-comuns/traducao-de-documentos/
- ISO/TC. (2003). *ISO 10006:2003(en) Quality management systems — Guidelines for quality management in projects* (2ª ed.). Obtido em 1 de setembro de 2016, de <https://www.iso.org/obp/ui/#iso:std:iso:10006:ed-2:v1:en>
- Jurimode. (s.d.). *Le dictionnaire juridique du droit Français*. Obtido em 22 de setembro de 2016, de <http://dictionnaire-juridique.jurimodel.com/>
- Kerzner, H. (2009). *Project Management - A systems approach to planning, scheduling and controlling* (10ª ed.). Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.
- Koutsivitis, V. G. (março de 1990). La Traduction Juridique: Standardisation versus créativité. *Meta : journal des traducteurs / Meta: Translators' Journal*, 35 (1), 226-

229. Obtido em 10 de setembro de 2016, de <http://www.erudit.org/revue/meta/1990/v35/n1/003346ar.html?vue=resume>

Larousse. (s.d.). *Dictionnaires de Français*. Obtido de <http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais>

Linguee GmbH. (s.d.). *Linguee*. Obtido de <http://www.linguee.pt/>

Ministère de l'Intérieur. (s.d.). *Pays dont la langue officielle est le Français*. Obtido em 22 de setembro de 2016, de Accueil des Étrangers: <http://accueil-etrangers.gouv.fr/modeles/articles-lies/article/pays-dont-la-langue-officielle-est>

Ministério da Justiça. (2013). *Procedimento de Injunção*. Obtido em 14 de setembro de 2016, de Citius: <https://www.citius.mj.pt/portal/article.aspx?ArticleId=1531&EmulatedPage=ProcedimentoInjuncao>

Ministério dos Negócios Estrangeiros. (s.d.). *Certidões*. Obtido em 18 de outubro de 2016, de Portal das Comunidades Portuguesas: <https://www.portaldascomunidades.mne.pt/pt/servicos-consulares/certidoes/502-certidoes>

Ministério Público. (s.d.). *Apostilha*. Obtido em 20 de setembro de 2016, de Ministério Público: <http://www.ministeriopublico.pt/perguntas-frequentes/servico-apostilas>

NC State University. (s.d.). *English as Official Language*. Obtido em 22 de setembro de 2016, de ncsu.edu: https://www.ncsu.edu/grad/handbook/docs/official_language_english.htm

Neves, M. (2014). *Perguntas sobre traduções certificadas em notário*. Obtido em 20 de setembro de 2016, de Eurologos - Portugal: <https://eurologos-portugal.com/2014/04/28/perguntas-sobre-traducoes-certificadas-em-notario/>

Nord, C. (1997). *Translating as a Purposeful Activity*. Manchester: St. Jerome Publishing.

Oxford University Press. (s.d.). *Oxford Learner's Dictionaries*. Obtido de <http://www.oxfordlearnersdictionaries.com/>

Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia. (2012). Regulamento (UE) n.º 650/2012. *Jornal Oficial da União Europeia*. Obtido de http://www.irn.mj.pt/IRN/sections/irn/a_registral/registo-civil/docs-do-civil/legislacao-cse/downloadFile/attachedFile_f0/Regulamento_EU_650-2012.pdf?nocache=1439557484.82

Porto Editora. (2003-2016). *Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico*. Obtido em 31 de Agosto de 2016, de <http://www.infopedia.pt>

- Priberam. (1996-2016). *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Obtido de <http://www.priberam.pt/Produtos/Dicionario.aspx>
- Proz. (1999-2016). *Translation dictionaries and glossaries*. Obtido de <http://www.proz.com/about/overview/terminology/>
- Šarčević, S. (1997). *New Approach to Legal Translation*. Hague: Kluwer Law International
- Šarčević, S. (2000). *Legal Translation and Translation Theory: A Receiver-oriented Approach*. Université de Genève. Obtido em 5 de setembro de 2016, de <http://www.tradulex.com/en/translators/Legal-Geneva2000>
- SDL PLC. (s.d.). *What is Terminology Management?* Obtido em 7 de setembro de 2016, de SDL Translation Zone: <http://www.translationzone.com/solutions/terminology-management/>
- Sousa, D. P. (2013). *Noções fundamentais de Direito*. Coimbra Editora.
- Sport-histoire. (s.d.). *Pays francophones*. Obtido de http://www.sport-histoire.fr/Geographie/Pays_francophones.php
- Translation Centre for the Bodies of the European Union. (s.d.). *Terminology for Europe*. Obtido de <http://iate.europa.eu/SearchByQueryLoad.do?method=load>

Anexo I
(plano de estágio)

PLANO DE ESTÁGIO
Mestrado em Tradução Especializada
Ano letivo 2015/2016

IDENTIFICAÇÃO DA ESTAGIÁRIA

Nome: Sarah Silva

Nº mecanográfico: 60758

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Nome: Janela Redonda – Lda

Morada: Rua da Malaposta, n.º 495 Loja M Cruz da Areia 2410-057 Leiria

NIF: 508612241

PERÍODO E DURAÇÃO DE ESTÁGIO

O estágio será de 2ª a 6ª e terá uma duração de 8 horas diária, perfazendo um total de 66 dias, ou seja, 528 horas. Terá início a 10/02/2016 e fim a 12/05/2016.

ATIVIDADES DE ESTÁGIO

- Gestão de projetos de Tradução (nas suas diversas fases, desde a orçamentação à entrega de um trabalho final);
- Tradução (Inglês e Francês);
- Revisão de traduções de outros tradutores;
- Construção de glossários;
- Gestão de clientes e tradutores.

SUPERVISORA DE ESTÁGIO

Lídia Domingues

Anexo II

(Formulário de recrutamento)

1ª Parte

*Obrigatório

Nome: *

1. Qual é a sua língua materna? *

PT (Portugal)

PT (Brasil)

EN (Reino Unido)

EN (EUA)

FR (França)

FR (Canadá)

FR (Suíça)

FR (Bélgica)

ES

DE

IT

RU

PL

NL

ZH

AR

Outra:

2. Quais são as suas línguas de partida? *

PT (Portugal)

PT (Brasil)

EN (Reino Unido)

EN (EUA)

FR (França)

FR (Canadá)

FR (Suíça)

FR (Bélgica)

ES

DE

IT

RU

PL

NL

ZH

AR

Outra:

3. Quais são as suas línguas de chegada? *

PT (Portugal)

PT (Brasil)

EN (Reino Unido)

EN (EUA)

FR (França)

FR (Canadá)

FR (Suiça)

FR (Bélgica)

ES

DE

IT

RU

PL

NL

ZH

AR

Outra:

4. Tem alguma área de especialização? * Sim Não

5. Caso tenha respondido sim, qual/quais são essa(s) a(s) área(s)?

6. Como adquiriu essa especialização?

Formação

Experiência

Outra:

7. Especifique:

8. Utiliza alguma ferramenta de tradução assistida por computador? * Sim Não

9. Caso tenha respondido sim, especifique qual a ferramenta.

SLD Trados Studio

memoQ

Déjà Vu

OmegaT

Across

Wordfast

Outra:

10. Utiliza outros tipos de programas (por exemplo, Photoshop, ABBYY)? * Sim Não
11. Caso tenha respondido sim, especifique qual/ quais o(s) programas(a)
12. Cria base de dados terminológica? * Sim Não
13. Caso tenha respondido sim, qual o formato que utiliza? (por exemplo, xls, sdtb)
14. Faz certificações de tradução em notário? * Sim Não
15. Quantas palavras traduz, em média, por dia? *
16. Tem alguma taxa de tradução mínima? * Sim Não
17. Caso tenha respondido sim, indique qual o valor.
18. Indique quais são as suas tarifas de tradução e revisão. *
19. Com que frequência consulta o email? *

2ª Parte

1. Na sua opinião, quais são as qualidades e qualificações necessárias a um tradutor? *
2. De que gostava e do que não gostava enquanto era estudante? *
3. Quais são os seus pontos fracos? (Indique dois) *
4. Quais são os seus pontos fortes? (Indique dois) *
5. Porque gostaria de colaborar com a Fábrica das Palavras? *
6. O que sabe sobre o nosso gabinete? *
7. Onde e como se está a ver daqui a 5 anos? *
8. É-lhe atribuída uma nova tarefa mas não lhe é fornecida nenhuma instrução. Qual a solução em que pensaria para fazer o trabalho? *
9. Numa sexta-feira ao final do dia recebe um ficheiro a traduzir para segunda-feira de manhã. Aceita o trabalho. No entanto, verifica mais tarde que o ficheiro não é o documento final mas não consegue contactar o gestor de projetos. O que faz? *

Anexo III

(Anúncio de emprego)

Empresa:

A Fábrica das Palavras é um gabinete de tradução geral e especializada, que valoriza o rigor, o profissionalismo e o cumprimento de prazos para a satisfação total e inequívoca do cliente.

Cargo oferecido:

Tradutores/as freelancer de Inglês e Francês

Descrição de funções:

- Tradução de textos para a língua materna;
- Cumprimento dos requisitos de cada tradução;
- Cumprimento de prazos;
- Revisão dos textos traduzidos;
- Formatação do texto de chegada;
- Criação de glossários e memórias de tradução.

Requisitos:

- Possuir formação superior em tradução;
- Ter como língua materna o Francês e/ou o Inglês;
- Dominar o português;
- Possuir bons conhecimentos de Informática;
- Ter capacidade de gestão e de organização;
- Utilizar uma ferramenta de tradução assistida por computador.

Candidatura:

Os interessados devem enviar o CV atualizado, juntamente com o certificado de habilitações para geral@fabricadaspalavras.pt.

Após análise do CV os candidatos serão submetidos a um teste de tradução e ao preenchimento de um questionário.

Anexo IV

(Formulário para os tradutores contratados)

Atualização - Base de dados dos tradutores

*Obrigatório

Nome: *

20. Qual é a sua língua materna? *

PT (Portugal)

PT (Brasil)

EN (Reino Unido)

EN (EUA)

FR (França)

FR (Canadá)

FR (Suiça)

FR (Bélgica)

ES

DE

IT

RU

PL

NL

ZH

AR

Outra:

21. Quais são as suas línguas de partida? *

PT (Portugal)

PT (Brasil)

EN (Reino Unido)

EN (EUA)

FR (França)

FR (Canadá)

FR (Suiça)

FR (Bélgica)

ES

DE

IT

RU

PL

NL

ZH

AR

Outra:

22. Quais são as suas línguas de chegada? *

PT (Portugal)

PT (Brasil)

EN (Reino Unido)

EN (EUA)

FR (França)

FR (Canadá)

FR (Suiça)

FR (Bélgica)

ES

DE

IT

RU

PL

NL

ZH

AR

Outra:

23. Tem alguma área de especialização? * Sim Não

24. Caso tenha respondido sim, qual/quais são essa(s) a(s) área(s)?

25. Como adquiriu essa especialização?

Formação

Experiência

Outra:

26. Especifique:

27. Utiliza alguma ferramenta de tradução assistida por computador? * Sim Não

28. Caso tenha respondido sim, especifique qual a ferramenta.

SLD Trados Studio

memoQ

Déjà Vu

OmegaT

Across


Wordfast

Outra:

29. Utiliza outros tipos de programas (por exemplo, Photoshop, ABBYY)? * Sim Não
30. Caso tenha respondido sim, especifique qual/quais o(s) programas(a)
31. Cria base de dados terminológica? * Sim Não
32. Caso tenha respondido sim, qual o formato que utiliza? (por exemplo, xls, sdtb)
33. Faz certificações de tradução em notário? * Sim Não
34. Quantas palavras traduz, em média, por dia? *

Anexo V

(Certificação notarial)


S. R.
CARTÓRIO NOTARIAL DE LEIRIA
a cargo do Notário
António Pedro Monteiro Correia Marques
Tavares
Av. Adelino Amaro da Costa, lote 21, Bloco C, r/c esqº
2415-367 Leiria telef. 244 837 619 fax 244 837 620

Certificado de Tradução

---Certifico que nesta data, neste Cartório, perante mim, [redacted],
[redacted], funcionária do Cartório em epígrafe, no uso de
competência cuja autorização pelo Notário respectivo foi publicada
nos termos da lei sob o nº 128/4 a 23/01/2014, compareceu [redacted]
[redacted], casada, natural de [redacted], residente
na [redacted], nº [redacted], r/c dtº, [redacted], [redacted],
[redacted], pessoa cuja identidade verifiquei por exibição do cartão de
cidadão da República Portuguesa nº [redacted] válido até
[redacted], a qual me apresentou um documento de tradução para a
língua francesa, de um outro escrito em língua portuguesa, que é uma
Certidão de Procedimento Simplificado de Habilitação de Herdeiros nº
[redacted] da Conservatória do Registo Civil de Leiria, lá emitida em
[redacted].

--- A tradutora declarou haver feito a tradução do citado documento,
afirmando, sob compromisso de honra, que prestou perante mim, ser
fiel a referida versão, que está conforme com o original. -----

--- Leiria, 28 de Janeiro de 2016. -----

A Tradutora
[redacted]
[redacted]

A Funcionária
[redacted]

Anexo VI

(glossário direito)

Glossário Português – Francês

| Termo PT | Tradução FR | Contexto |
|--------------------------------------|---|--------------------------|
| 2ª Ajudante administrativa principal | Adjoint administratif principal 2ème classe | Certidão de óbito |
| 2º Ajudante | 2ème Adjointe | Habilitação de herdeiros |
| Administrado legal | Administrateur légal | Sentença |
| Administrador da herança | Administrateur | Habilitação de herdeiros |
| Após ter lido e conferido a certidão | Après lecture faite et invitation à lire l'acte | Certidão de óbito |
| Arquivo distrital | Bureau des Archives | Habilitação de herdeiros |
| Assento de casamento | Acte de Mariage | Habilitação de herdeiros |
| Assento de nascimento | Acte de Naissance | Habilitação de herdeiros |
| Assento de óbito | Acte de décès | Habilitação de herdeiros |
| Assistente técnica | Assistante | Habilitação de herdeiros |
| Atestado médico | Certificat medical | Sentença |
| Ato Autêntico | Acte Authentique | Habilitação de herdeiros |
| Ato de oficial de justiça | Acte d'huissier de justice | Sentença |
| Audiência não pública | Audience non publique | Sentença |
| Autor da Herança | <i>De cujus</i> | Habilitação de herdeiros |
| Autorização geral | Habilitation générale | Sentença |
| Avebamentos | Mentions Marginales | Certidão de óbito |
| Cabeça de casal | Chef de famille | Habilitação de herdeiros |
| Capitalização de juros | Capitalisation des intérêts | Habilitação de herdeiros |
| Carta registada com aviso de receção | Letter recommandée avec demande d'avis de réception | Sentença |
| Cartão de cidadão | Carte d'Identité | Habilitação de herdeiros |

| | | |
|---------------------------------------|--|--------------------------|
| Certidão | Attestation | Habilitação de herdeiros |
| Certidão de óbito | Acte de décès | Certidão de óbito |
| Certificado Sucessório Europeu | Certificat successoral européen | Habilitação de herdeiros |
| Comunhão geral de bens | Communauté universelle | Habilitação de herdeiros |
| Concelho | Commune | Habilitação de herdeiros |
| Conseho de família | Conseil de famille | Sentença |
| Conservador do Registo Civil | Officier d'État Civil | Certidão de óbito |
| Conservatória do Registo Civil | Bureau d'État Civil | Habilitação de herdeiros |
| Considerando | Vu | Sentença |
| Copia autenticada | Copie certifiée conforme | Sentença |
| Decisão judicial proferida | Décision judiciaire rendue | Habilitação de herdeiros |
| Deliberar | Statuer | Sentença |
| Despacho | Ordonnance | Habilitação de herdeiros |
| Escrivão | Grefier | Sentença |
| Execução provisória | Exécution provisoire | Sentença |
| Executor testamentário | Exécuteur testamentaire | Habilitação de herdeiros |
| Executoriedade | Force exécutoire | Habilitação de herdeiros |
| Força probatória | Force probante | Habilitação de herdeiros |
| Freguesia | Section de commune | Habilitação de herdeiros |
| Habilitação de herdeiros | Certificat d'Hérédité | Habilitação de herdeiros |
| Herdeiro | Héritier | Habilitação de herdeiros |
| Imposto do selo | Droit de Timbre | Habilitação de herdeiros |
| Inpugnar uma decisão | Contester une décision | Sentença |
| Instauração da medida | Ouverture de la mesure | Sentença |
| Interpor recurso | Former un appel | Sentença |
| Juiz das tutelas | Juge des tutelles | Sentença |

| Jurisdição | Jurisdiction | Sentença |
|---------------------------------------|---------------------------------------|--------------------------|
| Juros | Intérêts | Habilitação de herdeiros |
| Juros devidos | Intérêts échus | Habilitação de herdeiros |
| Lavrar | Dresser | Habilitação de herdeiros |
| Legatário | Légataire | Habilitação de herdeiros |
| Livro de Testamentos | Livre des Testaments | Habilitação de herdeiros |
| Maço | Liasse | Habilitação de herdeiros |
| Matéria de Sucessões | Matière de Successions | Habilitação de herdeiros |
| Notária | L'officier d'état civil | Habilitação de herdeiros |
| Número de identificação fiscal | Numéro d'identification fiscal | Habilitação de herdeiros |
| Para cópia autenticada | Pour copie conforme | Certidão de óbito |
| Parlamento Europeu | Parlement européen | Habilitação de herdeiros |
| Primeira instância | Premier ressort | Sentença |
| Primeiras núpcias | Premières nocces | Habilitação de herdeiros |
| Processo | Dossier | Habilitação de herdeiros |
| Processo judicial especial | Procédure judiciaire spéciale | Habilitação de herdeiros |
| Processo judicial ordinária | Procédure judiciaire ordinaire | Habilitação de herdeiros |
| Procurador judicial | Avoué | Sentença |
| Quota disponível | Quotité disponible | Habilitação de herdeiros |
| Recibo | Récépissé | Sentença |
| Recurso | Recours | Sentença |
| Relação jurídica | Relation juridique | Habilitação de herdeiros |
| Secretaria | Greffe | Sentença |
| Secretaria Notarial | Office Notarial | Habilitação de herdeiros |
| Sentença | Jugement | Sentença |
| Serviço de Finanças | Bureau des Finances | Habilitação de herdeiros |

| | | |
|--|---|--------------------------|
| Serviço de Proteção dos maiores | Service de la protection des majeurs | Sentença |
| Sob pedido | À la diligence | Sentença |
| Testador | Testateur | Habilitação de herdeiros |
| Testamento | Testament | Habilitação de herdeiros |
| Transmissão gratuita | Transmission Gratuite | Habilitação de herdeiros |
| Tribunal de instância | Tribunal d'instance | Sentença |

Glossário Inglês – Português

| Termo | Tradução | Contexto |
|---|---|-----------------------------|
| Affiliate | Afilhada | Acordo de Confidencialidade |
| Annotation | Averbamento | Certidão de Nascimento |
| Asset | Ativo | Carta de Nomeação |
| Assign | Cessionário | Acordo de Confidencialidade |
| Binding | Vinculativo | Acordo de Confidencialidade |
| Business relationship | Relação comercial | Acordo de Confidencialidade |
| Calendar week | Semana civil | Carta de Nomeação |
| Calendar year | Ano civil | Carta de Nomeação |
| Certified Extract of a Birth Entry | Certidão de nascimento autenticada | Certidão de Nascimento |
| Civil Status Act | lei do Registo Civil | Certidão de Nascimento |
| Civil Status Office | Conservatória do Registo Civil | Certidão de Nascimento |
| Civil Status Officer | Conservador do Registo Civil | Certidão de Nascimento |
| Closing provisions | Disposições finais | Carta de Nomeação |
| Confidential information | Informação confidencial | Acordo de Confidencialidade |
| Confidentiality Agreement | Acordo de confidencialidade | Acordo de Confidencialidade |
| Contractor | Contratado | Carta de Nomeação |

| | | |
|--|--|-----------------------------|
| Contracts for the International Sale of Goods | Contratos para a Venda Internacional de Mercadorias | Carta de Nomeação |
| Contractual loophole | Lacuna contratual | Carta de Nomeação |
| Copyright | Direitos de autor | Acordo de Confidencialidade |
| Corporate relations | Relações Comerciais | Carta de Nomeação |
| Disclosing Party | Parte Emissora | Acordo de Confidencialidade |
| End-customer | Consumidor final | Carta de Nomeação |
| Expenditures | Despesas | Carta de Nomeação |
| Express | Expressa | Acordo de Confidencialidade |
| Feasibility | Viabilidade | Carta de Nomeação |
| Forecast delivery schedules | Prazo de entrega previsto | Carta de Nomeação |
| General Standard Terms | Termos Gerais Normalizados | Carta de Nomeação |
| Implied | Tácita | Acordo de Confidencialidade |
| In witness thereof | Em fé de que | Acordo de Confidencialidade |
| Indemnity | Indemnização | Acordo de Confidencialidade |
| Industrial property right | Direito de propriedade industrial | Carta de Nomeação |
| Injunctive relief | Medida Cautelar | Acordo de Confidencialidade |
| Insolvency proceeding | Processo de insolvência | Carta de Nomeação |
| Joint ownership | Co-titularidade | Carta de Nomeação |
| Joint venture | Empreendimento conjunto | Acordo de Confidencialidade |
| Jurisdiction | Jurisdição | Acordo de Confidencialidade |
| Liability | Responsabilizada | Acordo de Confidencialidade |
| Liquidated damages | Danos apurados | Acordo de Confidencialidade |
| National Identity Card | Bilhete de dentidade | Certidão de Nascimento |
| Nomination letter | Carta de Nomeação | Carta de Nomeação |
| Nondisclosure | Não divulgação | Acordo de Confidencialidade |

| | | |
|------------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------|
| Operational annual planning | Plano operacional anual | Carta de Nomeação |
| Ownership | titularidade | Acordo de Confidencialidade |
| Party | Outorgante | Acordo de Confidencialidade |
| Place of business | Sede | Acordo de Confidencialidade |
| Proprietary information | Informação protegida | Acordo de Confidencialidade |
| Provision | Disposições | Acordo de Confidencialidade |
| Receiving Party | Parte Recetora | Acordo de Confidencialidade |
| Registration Office | Serviço do registo | Certidão de Nascimento |
| Share | Ação | Acordo de Confidencialidade |
| State-of-the-art science | Ciência e engenharia de ponta | Carta de Nomeação |
| Sub-contractors | Subcontratados | Carta de Nomeação |
| Successor | Sucessor | Acordo de Confidencialidade |
| Terms for payment | Condições de pagamento | Carta de Nomeação |
| Third party | Terceiros | Acordo de Confidencialidade |
| Trade secret | Segredo comercial | Acordo de Confidencialidade |
| Trademark | Marca registada | Acordo de Confidencialidade |
| Unenforceable | Não executória | Acordo de Confidencialidade |
| Unloading point | Local de descarga | Carta de Nomeação |
| Waiver | Renúncia | Acordo de Confidencialidade |
| Whereas | Considerando que | Acordo de Confidencialidade |

Anexo VII

(Traduções jurídicas de Francês)

➤ **Habilitação de Herdeiros e Testamento – Texto de partida**

1 [Écrit à la main]

[Logo de l'IRN - *Instituto dos Registos e Notariado* – Institut des Registres et Notariat]

Conservatória do Registo Civil Leiria
[Bureau d'État Civil de Leiria]

Av^a Marquês de Pombal, Lotes 9/10, r/c
Tel.: 244817560 Fax: 244817569
E-mail: civil.leiria@irn.mj.pt

Concernant la demande d'acte d'état civil sous le n° [CONFIDENCIAL]

JE CERTIFIE

A toutes autres fins,

Que les photocopies ci-jointes, provenant du Certificat d'Hérédité et Testament ci-présent, sont une copie conforme à l'original déposé au dossier n° [CONFIDENCIAL] liasse n° [CONFIDENCIAL] de l'année [CONFIDENCIAL], du Bureau d'État Civil de Leiria, présentant une Attestation concernant un Acte Authentique en matière de Successions, composée de six pages, délivrée conformément à l'article 592, paragraphe 1, et à l'article 602, paragraphe 2 du Règlement (UE) n° 650/2012 du Parlement européen et du Conseil (Annexe 2, Formulaire II), pour un total de 12 pages.

Bureau d'État Civil de Leiria, [CONFIDENCIAL- data] 10:11

2^{ème} Adjointe, [CONFIDENCIAL]

[Signature illisible]

[Logo de l'IRN - Instituto dos Registos e Notariado – Institut des Registres et Notariat]

Conservatória do Registo Civil Leiria

[Bureau d'État Civil de Leiria]

Procédure Simplifiée de Certificat d'Hérédité

Certificat d'Hérédité n° [CONFIDENCIAL]

NIF de l'Héritage [CONFIDENCIAL]

La De cujus, [CONFIDENCIAL], née le [CONFIDENCIAL], décédée, étant mariée à [CONFIDENCIAL], tous deux en premières noces, sous le régime de la communauté universelle, originaire de la section de commune de [CONFIDENCIAL], commune de [CONFIDENCIAL], fille de [CONFIDENCIAL] et de [CONFIDENCIAL], ayant comme dernière résidence habituelle Rua [CONFIDENCIAL], n° [CONFIDENCIAL], [CONFIDENCIAL], avec le NIF [CONFIDENCIAL].

Chef de famille et Héritier, [CONFIDENCIAL], né le [CONFIDENCIAL], veuf de la *de cujus*, originaire de la section de commune de [CONFIDENCIAL], commune de [CONFIDENCIAL], fils de [CONFIDENCIAL], ayant comme résidence habituelle Rua [CONFIDENCIAL], n° [CONFIDENCIAL], [CONFIDENCIAL], dont j'ai vérifiée l'identité à travers la Carte d'Identité n° [CONFIDENCIAL], valable jusqu'à [CONFIDENCIAL], avec le NIF [CONFIDENCIAL].

Héritier, [CONFIDENCIAL], né le [CONFIDENCIAL], célibataire, originaire de la section de commune de [CONFIDENCIAL], commune de [CONFIDENCIAL], fils de [CONFIDENCIAL] et de [CONFIDENCIAL], résidant dans la Rua [CONFIDENCIAL], n° [CONFIDENCIAL], [CONFIDENCIAL] avec le NIF [CONFIDENCIAL].

Héritier, [CONFIDENCIAL], né le [CONFIDENCIAL], célibataire, originaire de [CONFIDENCIAL], République Française, fils de [CONFIDENCIAL] et de [CONFIDENCIAL], résidant dans la Rua [CONFIDENCIAL], n° [CONFIDENCIAL], [CONFIDENCIAL] avec le NIF [CONFIDENCIAL].

Présent: Le chef de famille, identifié ci-dessus.

Déclarations du chef de famille

La *de cujus* est décédée le [CONFIDENCIAL], dans la section de commune de [CONFIDENCIAL], [CONFIDENCIAL], commune de [CONFIDENCIAL].

La *de cujus* a laissé un Testament Public, dressé le [CONFIDENCIAL], auprès de l'Office Notarial de Leiria, dans le Livre des Testaments n° [CONFIDENCIAL], du verso de la feuille [CONFIDENCIAL] à la feuille [CONFIDENCIAL], dans lequel est institué en tant qu'héritier de sa quotité disponible, son mari [CONFIDENCIAL].

Etant déclarés les héritiers de la défunte :

De la part d'héritage légitime - Le conjoint : [CONFIDENCIAL] et

deux fils : [CONFIDENCIAL] et [CONFIDENCIAL] ;

De la quotité disponible - Le conjoint : [CONFIDENCIAL] ;

étant tous identifiés ci-dessus.

Il n'existe personne ayant un droit de préférence ou qui puisse être appelé à succéder.

3 [Écrit à la main]

[Paraphe illisible]

ELEMENTS OBTENUS PAR CONSULTATION DIRECTE

Consultation de la Base de Données du Bureau d'État Civil SIRIC⁴, pour vérifier la qualité des héritiers invoquée, lien de parenté et élément de l'état civil, relativement au chef de famille et aux autres héritiers.

- Présentation du certificat n° [CONFIDENCIAL], délivré le [CONFIDENCIAL], par ce Bureau d'État Civil, concernant l'acte de décès n° [CONFIDENCIAL] de l'année [CONFIDENCIAL] de ce Bureau.

ACCOMPLISSEMENT DES OBLIGATIONS FISCALES

- Droit de Timbre dû par la Transmission Gratuite – Modèle 1 – article 26

- La participation, concernant le Modèle 1, a été présentée au Bureau des Finances le [CONFIDENCIAL], conformément à l'article 26 du CIS⁵.

Le titre a été lu et son contenu expliqué à l'intervenant.

Date : [CONFIDENCIAL]

L'officier d'état civil, [CONFIDENCIAL], de sa propre autorité

[Signatures illisibles]

Acte de Décès n° [CONFIDENCIAL] du Bureau d'État Civil de Leiria, concernant [CONFIDENCIAL].

Acte de Mariage n° [CONFIDENCIAL] du Bureau d'État Civil de Leiria, concernant [CONFIDENCIAL] et [CONFIDENCIAL].

Acte de Naissance n° [CONFIDENCIAL] du Bureau d'État Civil de Leiria, concernant [CONFIDENCIAL].

Acte de Naissance n° [CONFIDENCIAL] du Bureau d'État Civil des Services Centraux de Lisbonne, concernant [CONFIDENCIAL].

⁴ NT – SIRIC : Sistema Integrado do Registo e Identificação Civil (Système Intégré du Registre et d'Identification Civile)

⁵ NT – CIS : Código do Imposto Selo (Code du Droit de Timbre)

[Logo de GOVERNO DE **PORTUGAL** – SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA – GOUVERNEMENT DU
PORTUGAL – SECRÉTARIAT D'ÉTAT DE LA CULTURE]

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS
[DIRECTION GÉNÉRALE DU LIVRE, DES ARCHIVES ET DES BIBLIOTHÈQUES]

ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA
[BUREAU DES ARCHIVES DE LA COMMUNE DE LEIRIA]

CERTIFICAT

Le certificat ci-présent, composé de 2 feuilles énumérées et paraphées, est une copie conforme à l'original et est extrait du livre des Testaments n° [CONFIDENCIAL], de l'Office Notarial de Leiria, du verso de la feuille [CONFIDENCIAL] à la feuille [CONFIDENCIAL].

Bureau des Archives de la Commune de Leiria, [CONFIDENCIAL - data]

La Directrice

[Signature de la Directrice, [CONFIDENCIAL]]

([CONFIDENCIAL - nome])

Calcul :

Annexe I de l'Ordonnance n° [CONFIDENCIAL] du 19 juin.

| | |
|--------------|---------------|
| Certificat | €15,00 |
| Copies | € 2,00 |
| Total | €17,00 |

Soit un montant : dix-sept euros.

Enregistré sous le n° [CONFIDENCIAL] [Paraphe illisible]

Arquivo Distrital de Leiria
[Bureau des Archives de la Commune de Leiria]
Rua Marcos Portugal, n° 4-2400-179 LEIRIA, PORTUGAL
T. (+351) 244 004 400 - F. (+351) 244 004 401
sdcc@adlra.dglab.gov.pt <http://adlra.dglab.gov.pt>

Mention complémentaire n° 1 - La testatrice est décédée le [CONFIDENCIAL], dans la section de commune de [CONFIDENCIAL], [CONFIDENCIAL], commune de [CONFIDENCIAL], étant mariée à [CONFIDENCIAL], conformément au certificat de l'acte de décès n° [CONFIDENCIAL] du Bureau d'État Civil de Leiria, qui a été déposé sous le n° [CONFIDENCIAL] dans le dossier des mentions complémentaires notariales. Bureau des Archives de la Commune de Leiria, le [CONFIDENCIAL] l'Assistante, [nom illisible]
[texte écrit à la main]

[Paraphe illisible]

Testament

Le [CONFIDENCIAL- data], [CONFIDENCIAL – nome completo], mariée, fille de [CONFIDENCIAL] et de [CONFIDENCIAL], originaire de la section de commune de [CONFIDENCIAL], de cette commune, où elle réside habituellement à [CONFIDENCIAL], s'est rendue personnellement à l'Office Notarial de Leiria et s'est présentée devant moi, le Notaire du Premier Bureau de Registre Notarial, diplômé [CONFIDENCIAL].

J'ai vérifié l'identité de la testatrice grâce à la confirmation des témoins présents.

Celle-ci a déclaré que son testament est pour être exécuté de la manière suivante :

« Elle est mariée à [CONFIDENCIAL], tous deux en premières noces, sous le régime de la communauté universelle et elle a des descendants.

Elle laisse à son mari sa quotité disponible.

Et affirme qu'il s'agit de son premier testament. »

Ainsi en a-t-elle décidé.

Les témoins sont [CONFIDENCIAL], ayant pour résidence habituelle [CONFIDENCIAL], et [CONFIDENCIAL], ayant pour résidence habituelle, Rua [CONFIDENCIAL], situées dans cette ville. Les témoins sont tous deux mariés.

Ce testament a été lu, à haute voix, et expliqué à la testatrice, en présence simultanée de tous les intervenants concernés.

[texte écrit à la main]

[Signature de [CONFIDENCIAL]]

[Signature de [CONFIDENCIAL]]

[Signature de [CONFIDENCIAL]]

[Signature du Notaire, [CONFIDENCIAL]]

Document enregistré sous le n° [CONFIDENCIAL] [Signature illisible]

ANNEXE 2

FORMULAIRE II

| |
|--|
| ATTESTATION CONCERNANT UN ACTE AUTHENTIQUE EN MATIÈRE DE SUCCESSIONS (Article 59, paragraphe 1, et article 60, paragraphe 2, du Règlement (EU) n° 650/2012 du Parlement européen et du Conseil relatif à la compétence, la loi applicable, la reconnaissance et l'exécution des décisions, et l'acceptation et l'exécution des actes authentiques en matière de successions et à la création d'un certificat successoral européen ¹) |
| 1. État-membre d'origine* <input type="checkbox"/> Belgique <input type="checkbox"/> Bulgarie <input type="checkbox"/> République tchèque <input type="checkbox"/> Allemagne <input type="checkbox"/> Estonie <input type="checkbox"/> Grèce <input type="checkbox"/> Espagne <input type="checkbox"/> France <input type="checkbox"/> Croatie <input type="checkbox"/> Italie <input type="checkbox"/> Chypre <input type="checkbox"/> Lettonie <input type="checkbox"/> Lituanie <input type="checkbox"/> Luxembourg <input type="checkbox"/> Hongrie <input type="checkbox"/> Malte <input type="checkbox"/> Pays-Bas <input type="checkbox"/> Autriche <input type="checkbox"/> Pologne <input checked="" type="checkbox"/> Portugal <input type="checkbox"/> Roumanie <input type="checkbox"/> Slovénie <input type="checkbox"/> Slovaquie <input type="checkbox"/> Finlande <input type="checkbox"/> Suède |
| 2. Autorité ayant établi l'acte authentique et délivrant l'attestation 2.1. Nom et désignation de l'autorité* : CONSERVATÓRIA DO REGISTO CIVIL DE LEIRIA [BUREAU D'ÉTAT CIVIL DE LEIRIA] 2.2. Adresse 2.2.1 Rue et numéro/boîte postale* : AVENIDA MARQUÊS DE POMBAL, LOTE 10, R/CHÃO. 2.2.1. Localité et code postal : 2410-152 LEIRIA. 2.3. Téléphone* : 244817560. 2.4. Télécopieur : 244817569. 2.5. Adresse électronique : civil.leiria@im.mj.pt 2.6. Autres informations utiles (veuillez préciser): |
| 3. Acte authentique 3.1. Date (dd/mm/aaaa) à laquelle l'acte authentique a été rédigé* : [CONFIDENTIAL]. 3.2. Numéro de référence de l'acte authentique : PROCÉDURE SIMPLIFIÉE DE CERTIFICAT D'HÉRÉDITÉ SOUS LE N° [CONFIDENTIAL]. 3.3. Date (dd/mm/aaaa) à laquelle l'acte authentique a été 3.3.1. enregistré dans l'État membre d'origine .OU 3.3.2. déposé au registre dans l'État membre d'origine (3.3.1 ou 3.3.2 à compléter UNIQUEMENT si la date est différente de celle indiquée au point 3.1. et si la date d'enregistrement/de dépôt au registre détermine l'effet juridique de l'acte) 3.3.3. Numéro de référence dans le registre : 3.4. Parties de l'acte authentique ² 3.4.1. Partie A 3.4.1.1. Nom et prénom(s) ou nom de l'organisation* : [CONFIDENTIAL]. 3.4.1.2. Date (dd/mm/aaaa) et lieu de naissance ou, s'il s'agit d'une organisation, date (dd/mm/aaaa), lieu d'enregistrement et désignation du registre/de l'autorité d'enregistrement : [CONFIDENTIAL], section de commune de [CONFIDENTIAL], commune de [CONFIDENTIAL]. |

¹ JO L 201 du 27.7.2012, p. 107.

* Informations obligatoires

² Si l'acte authentique concerne plus de deux parties, veuillez joindre une feuille supplémentaire.

3.4.1.3. Numéro d'identification³

3.4.1.3.1. Numéro d'identité :

3.4.1.3.2. Numéro de sécurité sociale :

3.4.1.3.3. Numéro d'enregistrement : ACTE DE DÉCÈS n° [CONFIDENTIAL], da Conservatória do Registo Civil de Leiria [Bureau d'État Civil de Leiria].

3.4.2.1.1. Autre (veuillez préciser) : Numéro d'Identification Fiscale [CONFIDENTIAL]

3.4.1.4 Adresse

3.4.1.4.1. Rue et numéro/boîte postale : RUA [CONFIDENTIAL], N° [CONFIDENTIAL].

3.4.1.4.2. Lieu et code postal : [CONFIDENTIAL].

3.4.1.4.3. Pays

- ☐ Belgique ☐ Bulgarie ☐ République tchèque ☐ Allemagne ☐ Estonie ☐ Grèce ☐ Espagne ☐ France
☐ Croatie ☐ Italie ☐ Chypre ☐ Lettonie ☐ Lituanie ☐ Luxembourg ☐ Hongrie ☐ Malte ☐ Pays- Bas
☐ Autriche ☐ Pologne ☒ Portugal ☐ Roumanie ☐ Slovénie ☐ Slovaquie ☐ Finlande ☐ Suède
☐ Autre (veuillez préciser le code ISO):

3.4.1.5. Statut de la partie A (veuillez cocher plus d'une case, s'il y a lieu)*

3.4.1.5.1. ☐ Héritier3.4.1.5.2. ☐ Légataire3.4.1.5.3. ☐ Exécuteur testamentaire3.4.1.5.4. ☐ Administrateur3.4.1.5.5. ☐ Testateur3.4.1.5.6. ☒ Autre (veuillez préciser) : **LA DE CUJUS****3.4.2. Partie B**

3.4.2.1. Nom et prénom(s) ou nom de l'organisation* : [CONFIDENTIAL].

3.4.2.2. Date (dd/mm/aaaa) et lieu de naissance ou, s'il s'agit d'une organisation, date (dd/mm/aaaa), lieu d'enregistrement et désignation du registre/de l'autorité d'enregistrement : [CONFIDENTIAL], section de commune de [CONFIDENTIAL], commune de [CONFIDENTIAL].

3.4.2.3. Numéro d'identification³

3.4.2.3.1. Numéro d'identité : [CONFIDENTIAL], valable jusqu'au [CONFIDENTIAL].

3.4.2.3.2. Numéro de sécurité sociale :

3.4.2.3.3. Numéro d'enregistrement : ACTE DE MARIAGE n° [CONFIDENTIAL], da Conservatória do Registo Civil de Leiria [Bureau d'État Civil de Leiria].

3.4.2.2.1. Autre (veuillez préciser) : Numéro d'Identification Fiscale [CONFIDENTIAL].

3.4.2.4 Adresse

3.4.2.4.1. Rue et numéro/boîte postale : RUA [CONFIDENTIAL], N° [CONFIDENTIAL].

3.4.2.4.2. Lieu et code postal : [CONFIDENTIAL].

3.4.2.4.3. Pays

- ☐ Belgique ☐ Bulgarie ☐ République tchèque ☐ Allemagne ☐ Estonie ☐ Grèce ☐ Espagne ☐ France
☐ Croatie ☐ Italie ☐ Chypre ☐ Lettonie ☐ Lituanie ☐ Luxembourg ☐ Hongrie ☐ Malte ☐ Pays- Bas
☐ Autriche ☐ Pologne ☒ Portugal ☐ Roumanie ☐ Slovénie ☐ Slovaquie ☐ Finlande ☐ Suède
☐ Autre (veuillez préciser le code ISO):

3.4.2.5. Statut de la partie B (veuillez cocher plus d'une case, s'il y a lieu)*

3.4.2.5.1. ☒ Héritier3.4.2.5.2. ☐ Légataire3.4.2.5.3. ☐ Exécuteur testamentaire3.4.2.5.4. ☒ Administrateur3.4.2.5.5. ☐ Testateur3.4.2.5.6. ☐ Autre (veuillez préciser) :**3.4.3. Partie C**

3.4.3.1. Nom et prénom(s) ou nom de l'organisation* : [CONFIDENTIAL].

3.4.3.2. Date (dd/mm/aaaa) et lieu de naissance ou, s'il s'agit d'une organisation, date (dd/mm/aaaa), lieu d'enregistrement et désignation du registre/de l'autorité d'enregistrement : [CONFIDENCIAL], section de commune de [CONFIDENCIAL], commune de [CONFIDENCIAL].

3.4.3.3. Numéro d'identification ⁶

3.4.1.3.1. Numéro d'identité :

3.4.1.3.2. Numéro de sécurité sociale :

3.4.1.3.3. Numéro d'enregistrement : ACTE DE NAISSANCE n° [CONFIDENCIAL], de Conservatória do Registo Civil de Leiria [Bureau d'État Civil de Leiria].

3.4.1.3.4. Autre (veuillez préciser) : Numéro d'Identification Fiscale [CONFIDENCIAL].

3.4.1.4. Adresse

3.4.1.4.1. Rue et numéro/boîte postale : RUA [CONFIDENCIAL], [CONFIDENCIAL].

3.4.1.4.2. Lieu et code postal : [CONFIDENCIAL].

3.4.1.4.3. Pays

☐ Belgique ☐ Bulgarie ☐ République tchèque ☐ Allemagne ☐ Estonie ☐ Grèce ☐ Espagne ☐ France ☐ Croatie ☐ Italie ☐ Chypre ☐ Lettonie ☐ Lituanie ☐ Luxembourg ☐ Hongrie ☐ Malte ☐ Pays- Bas ☐ Autriche ☐ Pologne ☒ Portugal ☐ Roumanie ☐ Slovénie ☐ Slovaquie ☐ Finlande ☐ Suède ☐ Autre (veuillez préciser le code ISO) :

3.4.1.5. Statut de la partie C (veuillez cocher plus d'une case, s'il y a lieu)*

3.4.1.5.1. ☒ Héritier

3.4.1.5.2. ☐ Légataire

3.4.1.5.3. ☐ Exécuteur testamentaire

3.4.1.5.4. ☐ Administrateur

3.4.1.5.5. ☐ Testateur

3.4.1.5.6. ☐ Autre (veuillez préciser) :

3.4.4. Partie D

3.4.4.1. Nom et prénom(s) ou nom de l'organisation* : [CONFIDENCIAL].

3.4.4.2. Date (dd/mm/aaaa) et lieu de naissance ou, s'il s'agit d'une organisation, date (dd/mm/aaaa), lieu d'enregistrement et désignation du registre/de l'autorité d'enregistrement : [CONFIDENCIAL], [CONFIDENCIAL], RÉPUBLIQUE FRANÇAISE.

3.4.4.3. Numéro d'identification³

3.4.4.3.1. Numéro d'identité :

3.4.4.3.2. Numéro de sécurité sociale :

3.4.4.3.3. Numéro d'enregistrement : ACTE DE NAISSANCE n° [CONFIDENCIAL], de Conservatória dos Registos Centrais de Lisboa [Bureau d'État Civil des Services Centraux de Lisbonne].

3.4.4.3.4. Autre (veuillez préciser) : Numéro d'Identification Fiscale [CONFIDENCIAL].

3.4.4.4. Adresse

3.4.4.4.1. Rue et numéro/boîte postale : RUA [CONFIDENCIAL], N° [CONFIDENCIAL].

3.4.4.4.2. Lieu et code postal : [CONFIDENCIAL].

3.4.4.4.3. Pays

☐ Belgique ☐ Bulgarie ☐ République tchèque ☐ Allemagne ☐ Estonie ☐ Grèce ☐ Espagne ☐ France ☐ Croatie ☐ Italie ☐ Chypre ☐ Lettonie ☐ Lituanie ☐ Luxembourg ☐ Hongrie ☐ Malte ☐ Pays- Bas ☐ Autriche ☐ Pologne ☒ Portugal ☐ Roumanie ☐ Slovénie ☐ Slovaquie ☐ Finlande ☐ Suède ☐ Autre (veuillez préciser le code ISO):

3.4.4.5 Statut de la partie D (veuillez cocher plus d'une case, s'il y a lieu)*

3.4.4.5.1. ☒ Héritier

3.4.4.5.2. ☐ Légataire

3.4.4.5.3. ☐ Exécuteur testamentaire

3.4.4.5.4. ☐ Administrateur

3.4.4.5.5. ☐ Testateur

3.4.4.5.6. ☐ Autre (veuillez préciser) :

³ Veuillez indiquer le numéro le plus pertinent, s'il y a lieu.

4. Acceptation de l'acte authentique [article 59 du Règlement (UE) n° 650/2012]

4.2. L'acceptation de l'acte authentique est-elle demandée?*

4.1.1. ☒ Oui

4.1.1. ☐ Non

4.2. Authenticité de l'acte (* si OUI au point 4.1.1.)

4.2.2. ☒ En vertu de la législation de l'État membre d'origine, l'acte authentique a une force probante spécifique par rapport aux autres actes écrits*.

4.2.1.1. La force probante spécifique concerne les éléments suivants :*

4.2.1.1.1. ☒ la date à laquelle l'acte authentique a été rédigé

4.2.1.1.1. ☒ le lieu où l'acte authentique a été rédigé

4.2.1.1.1. ☒ l'origine des signatures des parties à l'acte authentique

4.2.1.1.1. ☐ le contenu des déclarations des parties

4.2.1.1.1. ☒ les faits que l'autorité déclare comme ayant été vérifiés en sa présence

4.2.1.1.1. ☒ les mesures que l'autorité déclare avoir prises

4.2.1.1.1. ☐ autre (veuillez préciser) :

4.2.2. En vertu de la législation de l'État membre d'origine, l'acte authentique perd sa force probante spécifique sur la base (veuillez cocher, s'il y a lieu) :

4.2.2.1. ☐ d'une décision judiciaire rendue à/en

4.2.2.1.1. ☐ d'une procédure judiciaire ordinaire

4.2.2.1.1. ☐ d'une procédure judiciaire spéciale prévue à cette fin par la législation (veuillez indiquer le nom et/ou les références juridiques pertinentes) :

4.2.2.1. ☐ Autre (veuillez préciser) :

4.2.2. ☒ À la connaissance de l'autorité, l'authenticité de l'acte n'a pas été contestée dans l'État membre d'origine*.

4.2. Acte set relations juridiques consignés dans l'acte authentique (*si OUI au point 4.1.1.)

4.3.1. À la connaissance de l'autorité, l'acte authentique* :

4.3.1.1. ☒ ne fait pas l'objet d'une contestation relative aux actes juridiques et/ou aux relations juridiques qui y sont consignés

4.3.1.1. ☐ fait l'objet d'une contestation relative aux actes juridiques et/ou aux relations juridiques consignées, sur des points spécifiques non couverts par la présente attestation (veuillez préciser) :

4.3.2. ☐ Autres informations utiles (veuillez préciser) :

5. Autres informations

5.1. Dans l'État membre d'origine, l'acte authentique est un document valable aux fins de l'inscription d'un droit mobilier ou immobilier dans ses registres⁴.

5.1.1. ☒ Oui (veuillez préciser): En faveur de tous les héritiers en commun sans la détermination de partie ou de droit.

5.1.2. ☐ Non

⁴ L'inscription dans un registre d'un droit mobilier ou immobilier est régie par la législation de l'État membre dans lequel le registre est tenu.

6. Force exécutoire de l'acte authentique [article 60 du Règlement (UE) n° 650/2012]

6.1. L'exécution de l'acte authentique est-elle demandée ?*

6.1.1. ☐ Oui

6.1.2. ☐ Non

6.2. Si OUI au point 6.1.1., l'acte authentique est-il exécutoire dans l'État membre d'origine sans que d'autres conditions ne doivent être remplies ?*

6.2.1. ☐ Oui (veuillez préciser la ou les obligations exécutoires) :

6.2.2. ☐ Oui, mais seulement pour une/des partie(s) de l'acte authentique (veuillez préciser la ou les obligations exécutoires) :

6.2.3. ☐ La ou les obligations sont exécutoires à l'encontre de la ou des personnes suivantes :

6.2.3.1. ☐ Partie A

6.2.3.2. ☐ Partie B

6.2.3.3. ☐ Autre (veuillez préciser) :

7. Intérêts

7.1. Le recouvrement d'intérêts est-il demandé ?*

7.1.1. ☐ Oui

7.1.2. ☐ Non

7.2. Si OUI au point 7.1.1.*

7.2.1. Intérêts

7.2.1.1. ☐ Non précisés dans l'acte authentique

7.2.1.2. ☐ Oui, précisés dans l'acte authentique comme suit

7.2.1.2.1. Intérêts échus à compter du : [date (dd/mm/aaaa) ou évènement]
au : [date (dd/mm/aaaa) ou évènement]⁵

7.2.1.2.2. ☐ Montant final :

7.2.1.2.3. ☐ Méthode de calcul des intérêts

7.2.1.2.3.1. ☐ Taux : .%

7.2.1.2.3.2. ☐ Taux : .% par rapport au taux de référence (BCE/taux de référence de la banque centrale nationale :)
en vigueur le : [date (dd/mm/aaaa) ou évènement]

7.2.2. Intérêts légaux à calculer conformément à (veuillez préciser la loi applicable) :

7.2.2.1. Intérêts échus à compter du : [date (dd/mm/aaaa) ou évènement]
au : [date (dd/mm/aaaa) ou évènement]⁵

7.2.2.2. ☐ Méthode de calcul des intérêts

7.2.2.2.1. ☐ Taux : .%

7.2.2.2.2. ☐ Taux : .% par rapport au taux de référence (BCE/taux de référence de la banque centrale nationale :)
en vigueur le : [date (dd/mm/aaaa) ou évènement]

⁵S'il y a plusieurs périodes, veuillez ajouter le nombre de périodes nécessaire.

[Paraphe illisible]

7.2.3. Capitalisation des intérêts (veuillez préciser) :

7.2.4. Devise

- ☐ euro (EUR) ☐ lev (BGN)
- ☐ couronne tchèque (CZK) ☐ kuna (HRK)
- ☐ forint (HUF) ☐ zloty (PLN)
- ☐ leu roumain (RON) ☐ couronne suédoise (SEK)
- ☐ Autre [veuillez préciser (code ISO)]:

Si des feuilles supplémentaires sont jointes, veuillez indiquer le nombre total de pages* : 6 pages

Fait à* : Conservatória do Registo Civil de Leiria [Bureau d'État Civil de Leiria], le* :

[CONFIDENCIAL]

Signature et/ou cachet de l'autorité délivrant l'attestation* :

[Signature illisible]



[Logótipo do IRN - Instituto dos Registos e Notariado]

Conservatória do Registo Civil de Leiria

Av^a Marquês de Pombal, Lotes 9/10, r/c
Tel.: 244817560 Fax: 244817569
E-mail: civil.leiria@irn.mj.pt

Relativamente ao pedido de certidão de registo civil nº [CONFIDENCIAL]

CERTIFICO

Para quaisquer outros fins,

Que as fotocópias em anexo, provenientes da presente Habilitação de Herdeiros e Testamento, são cópias em conformidade com o original arquivado na processo nº [CONFIDENCIAL], do maço nº [CONFIDENCIAL] do ano de [CONFIDENCIAL], da Conservatória do Registo Civil de Leiria, sendo uma Certidão relativa a um Ato Autêntico em matéria de Sucessões, composto por seis páginas, entregues em conformidade com o artigo 592, parágrafo 1, e o artigo 602, parágrafo 2, do Regulamento (UE) nº 650/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho (Anexo 2, Formulário II), num total de 12 páginas.

Conservatória do Registo Civil de Leiria, [CONFIDENCIAL - data] 10:11

2^a Ajudante, [CONFIDENCIAL]

[Assinatura ilegível]

Conservatória do Registo Civil Leiria

Procedimento Simplificado de Habilitação de Herdeiros

Habilitação de Herdeiros nº [CONFIDENCIAL]

NIF da Herança [CONFIDENCIAL]

A De cujus, [CONFIDENCIAL], nascida a [CONFIDENCIAL], falecida, casada com [CONFIDENCIAL], ambos em primeiras núpcias, sob o regime de comunhão geral de bens, natural da freguesia de [CONFIDENCIAL], concelho de [CONFIDENCIAL], filha de [CONFIDENCIAL] e de [CONFIDENCIAL], tendo como última residência habitual Rua [CONFIDENCIAL], nº [CONFIDENCIAL], Leiria, com o NIF [CONFIDENCIAL].

Cabeça de casal e Herdeiro, [CONFIDENCIAL], nascido a [CONFIDENCIAL], viúvo da *de cujus*, natural da freguesia de [CONFIDENCIAL], conselho de [CONFIDENCIAL], filho de [CONFIDENCIAL] e de [CONFIDENCIAL], tendo como residência habitual Rua [CONFIDENCIAL], nº [CONFIDENCIAL], [CONFIDENCIAL], cuja identidade verifiquei através do Cartão de Cidadão nº [CONFIDENCIAL], válido até [CONFIDENCIAL], com o NIF [CONFIDENCIAL].

Herdeiro, [CONFIDENCIAL], nascido a [CONFIDENCIAL], solteiro, natural da freguesia de [CONFIDENCIAL], conselho de [CONFIDENCIAL], filho de [CONFIDENCIAL] e de [CONFIDENCIAL], residente na Rua [CONFIDENCIAL], nº [CONFIDENCIAL], [CONFIDENCIAL] com o NIF [CONFIDENCIAL].

Herdeiro, [CONFIDENCIAL], nascido a [CONFIDENCIAL], solteiro, natural de [CONFIDENCIAL], República Francesa, filho de [CONFIDENCIAL] e de [CONFIDENCIAL], residente na Rua [CONFIDENCIAL], nº [CONFIDENCIAL], [CONFIDENCIAL] com o NIF [CONFIDENCIAL].

Presente: O cabeça de casal, acima identificado.

Declarações do cabeça de casal

A *de cujus* faleceu a [CONFIDENCIAL], na freguesia de [CONFIDENCIAL], [CONFIDENCIAL], conselho de [CONFIDENCIAL].

A *de cujus* deixou em Testamento Público, lavrado a [CONFIDENCIAL], junto do Secretaria Notarial de Leiria, no Livro de Testamentos nº [CONFIDENCIAL], no verso da folha [CONFIDENCIAL] à folha [CONFIDENCIAL], na qual é constituído como herdeiro da sua quota disponível, o seu marido [CONFIDENCIAL].

Estando declarados os herdeiros da falecida:

Da parte da herança legítima – O cônjuge: [CONFIDENCIAL] e

os dois filhos: [CONFIDENCIAL] e [CONFIDENCIAL];

Da quota disponível - O cônjuge: [CONFIDENCIAL];

Estando todos acima identificados.

Não existe ninguém com o direito de preferência ou que possa ser chamado a suceder.

3 [Escrito à mão]

[Rúbrica ilegível]

ELEMENTOS OBTIDOS POR CONSULTA DIRETA

Consulta da Base de Dados da Conservatória do registo Civil de SIRIC, para verificar a qualidade dos herdeiros invocados, a relação de parentesco e os elementos do registo civil, relativamente ao cabeça de casal e aos outros herdeiros.

- Apresentação do certificado nº [CONFIDENCIAL], entregue a [CONFIDENCIAL - data], por esta Conservatória do Registo Civil, relativamente ao assento de óbito nº [CONFIDENCIAL] do ano [CONFIDENCIAL] desta Conservatória.

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS

- Imposto de selo devido pela Transmissão Gratuita – Modelo 1 – artigo 26

- A participação, relativa ao Modelo 1, foi apresentada na Direção de Serviços das Finanças em [CONFIDENCIAL], em conformidade com o artigo 26 do CIS.

O título foi lido e o seu conteúdo explicado ao interveniente.

Data: [CONFIDENCIAL]

A conservadora do registo civil, [CONFIDENCIAL], com competência própria

[Assinaturas ilegíveis]

Assento de óbito nº [CONFIDENCIAL] da Conservatória do Registo Civil de Leiria, relativo a [CONFIDENCIAL].

Assento de Casamento nº [CONFIDENCIAL] da Conservatória do Registo Civil de Leiria, relativo a [CONFIDENCIAL] e [CONFIDENCIAL].

Assento de nascimento nº [CONFIDENCIAL] da Conservatória do Registo Civil de Leiria, relativo a [CONFIDENCIAL].

Assento de nascimento nº [CONFIDENCIAL] da Conservatória dos Registos Centrais de Lisboa, relativo a [CONFIDENCIAL].

[Logótipo do GOVERNO DE **PORTUGAL** – SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA]

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS

ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA

CERTIDÃO

A presente certidão, composto de 2 folhas numeradas e rubricadas, é uma cópia conforme o original e extraído do livro de Testamentos nº [CONFIDENCIAL], do Cartório Notarial de Leiria, da folha [CONFIDENCIAL] à folha [CONFIDENCIAL].

ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA, [CONFIDENCIAL – data]

A Diretora

[Assinatura da diretora, [CONFIDENCIAL]]

([CONFIDENCIAL] - nome)

Conta:

Anexo I do despacho nº [CONFIDENCIAL] de 19 de junho.

| | |
|--------------|---------------|
| Certidão | €15,00 |
| Cópias | € 2,00 |
| Total | €17,00 |

Num montante de: dezassete euros.

Resgistado sob o nº [CONFIDENCIAL] [Rúbrica ilegível]

[Rúbrica ilegível]

Averbamento nº 1 - A testadora faleceu a [CONFIDENCIAL], na freguesia de [CONFIDENCIAL], [CONFIDENCIAL], concelho de [CONFIDENCIAL], casada com [CONFIDENCIAL], em conformidade com o certidão de óbito nº [CONFIDENCIAL] da Conservatória do registo Civil de Leiria, que foi arquivado sob o nº [CONFIDENCIAL] na pasta dos averbamentos. Arquivo distrital de Leiria, [CONFIDENCIAL - data], a assistente, [nome ilegível]
[texto manuscrito]

[Rúbrica ilegível]

Testamento

A [CONFIDENCIAL], [CONFIDENCIAL- nome completo], casada, filha de [CONFIDENCIAL] e de [CONFIDENCIAL], natural da freguesia de [CONFIDENCIAL], deste concelho, onde reside habitualmente em [CONFIDENCIAL], veio pessoalmente ao Cartório Notarial de Leira e apresentou-se perante mim, o Notário da Primeira Conservatória de Registo Notarial, licenciado [CONFIDENCIAL].

Verifiquei a identidade da testadora graças à confirmação das testemunhas presentes.

Esta declarou que o seu testamento é para ser executado da seguinte forma:

«É casada com [CONFIDENCIAL], ambos em primeiras núpcias, sob o regime geral de bens e tem descendentes.

Deixa ao seu marido a sua quota disponível.

E afirma que é o seu primeiro testamento. »

Assim decidiu ela.

6 [Escrito à mão]

[Rúbrica ilegível]

As testemunhas são [CONFIDENCIAL], tendo como residência habitual [CONFIDENCIAL], e [CONFIDENCIAL], tendo como residência habitual, Rua [CONFIDENCIAL], situadas nesta cidade. As testemunhas são ambas casadas.

Este testamento foi lido, em voz alta, e explicado à testadora, em presença simultânea de todos os intervenientes interessados.

[texto manuscrito]

[Assinatura de [CONFIDENCIAL]]

[Assinatura de [CONFIDENCIAL]]

[Assinatura de [CONFIDENCIAL]]

[Assinatura do Notário, [CONFIDENCIAL]]

Documento registado sob o nº [CONFIDENCIAL] [Assinatura ilegível]

ANEXO 2

FORMULÁRIO II

| |
|---|
| <p style="text-align: center;">CERTIDÃO RELATIVA A UM ATO AUTÊNTICO EM MATÉRIA DE SUCESSÕES</p> <p>(Artigo 59, parágrafo 1, e artigo 60, parágrafo 2, do Regulamento (EU) nº 650/2012 do Parlamento europeu e do Conselho no que diz respeito à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões, e aceitação e execução dos atos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um certificado sucessório europeu¹)</p> |
| <p>4. Estado-membro de origem*</p> <p> <input type="checkbox"/> Bélgica <input type="checkbox"/> Bulgária <input type="checkbox"/> República Checa <input type="checkbox"/> Alemanha <input type="checkbox"/> Estónia <input type="checkbox"/> Grécia <input type="checkbox"/> Espanha <input type="checkbox"/> França <input type="checkbox"/> Croácia <input type="checkbox"/> Itália <input type="checkbox"/> Chipre <input type="checkbox"/> Letónia <input type="checkbox"/> Lituânia <input type="checkbox"/> Luxemburgo <input type="checkbox"/> Hungria <input type="checkbox"/> Malta <input type="checkbox"/> Países baixos <input type="checkbox"/> Áustria <input type="checkbox"/> Polónia <input checked="" type="checkbox"/> Portugal <input type="checkbox"/> Roménia <input type="checkbox"/> Eslovénia <input type="checkbox"/> Eslováquia <input type="checkbox"/> Finlândia <input type="checkbox"/> Suécia </p> |
| <p>5. Autoridade que estabeleceu o ato autêntico e que emitiu o certidão</p> <p>2.1. Nome e designação da autoridade*: CONSERVATÓRIA DO REGISTO CIVIL DE LEIRIA</p> <p>2.2. Morada</p> <p>5.2.1 Rua e número/caixa postal*: AVENIDA MARQUÊS DE POMBAL, LOTE 10, R/CHÃO.</p> <p>2.2.2. Localidade e código postal: 2410-152 LEIRIA.</p> <p>2.3. Telefone*: 244817560.</p> <p>2.4. Fax: 244817569.</p> <p>2.5. Endereço eletrónico: civil.leiria@im.mj.pt</p> <p>2.6. Outras informações úteis (especifique):</p> |
| <p>3. Ato autêntico</p> <p>3.1. Data (dd/mm/aaaa) na qual o ato autêntico foi lavrado*: [CONFIDENCIAL].</p> <p>3.2 Número de referência do ato autêntico: PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE HABILITAÇÃO DE HERDEIROS SOB O Nº [CONFIDENCIAL].</p> <p>3.3. Data (dd/mm/aaaa) na qual o ato autêntico foi</p> <p>3.3.1. Registado no Estado-Membro de origem. OU</p> <p>3.3.2. arquivado no registo no Estado-Membro de origem</p> <p>(3.3.1 ou 3.3.2 a completar APENAS se a data é diferente daquela indiada no ponto 3.1. e se a data de registo/de arquivamento no registo determina o efeito jurídico do ato)</p> <p>3.3.3. Número de referência no registo:</p> <p>3.4. Partes do ato autêntico²</p> <p>3.4.1. Parte A</p> <p>3.4.1.1. Nome e apelido(s) ou nome da organização*: [CONFIDENCIAL].</p> <p>3.4.1.2. Data (dd/mm/aaaa) e local de nascimento ou, se se tratar de uma organização, data (dd/mm/aaaa), local de registo e designação do registo/da autoridade de registo: [CONFIDENCIAL], freguesia de [CONFIDENCIAL], conselho de [CONFIDENCIAL].</p> |

¹ JO L 201 do 27.7.2012, p. 107.

* Informações obrigatórias

² Se o ato autêntico envolver mais de duas partes, anexe uma folha suplementar.

3.4.1.3. Número de identificação³

3.4.1.3.1. Número de identidade:

3.4.1.3.2. Número da segurança social:

3.4.1.3.3. Número de registo: ASSENTO DE ÓBITO n° [CONFIDENCIAL], da Conservatória do Registo Civil de Leiria.

3.4.1.3.4. Outro (especifique): Número de Identificação Fiscal [CONFIDENCIAL]

3.4.1.4. Morada

3.4.1.4.1. Rua e número/caixa postal: RUA [CONFIDENCIAL], N° [CONFIDENCIAL].

3.4.1.4.2. Localidade e código postal: [CONFIDENCIAL].

3.4.1.4.3. País

- ☐ Bélgica ☐ Bulgária ☐ República Checa ☐ Alemanha ☐ Estónia ☐ Grécia ☐ Espanha ☐ França
☐ Croácia ☐ Itália ☐ Chipre ☐ Letónia ☐ Lituânia ☐ Luxemburgo ☐ Hungria ☐ Malta ☐ Países baixos
☐ Áustria ☐ Polónia ☒ Portugal ☐ Roménia ☐ Eslovénia ☐ Eslováquia ☐ Finlândia ☐ Suécia
☐ Outro (Especifique o código ISO):

3.4.1.5. Estatuto da parte A (assinale mais de uma caixa, se necessário) *

3.4.1.5.1. ☐ Herdeiro3.4.1.5.2. ☐ Legatário3.4.1.5.3. ☐ Executor Testamentário3.4.1.5.4. ☐ Administrador3.4.1.5.5. ☐ Testador3.4.1.5.6. ☒ Outro (especifique): **A DE CUJUS****3.4.2. Parte B**

3.4.2.1. Nome e apelido(s) ou nome da organização*: GASPAR ANTÓNIO.

3.4.2.2. Data (dd/mm/aaaa) e local de nascimento ou, se se tratar de uma organização, data (dd/mm/aaaa), local de registo e designação do registo/da autoridade de registo: [CONFIDENCIAL], freguesia de [CONFIDENCIAL], conselho de [CONFIDENCIAL].

3.4.2.3. Número de identificação³

3.4.2.3.1. Número de identidade: [CONFIDENCIAL], válido até [CONFIDENCIAL].

3.4.2.3.2. Número da segurança social:

3.4.2.3.3. Número de registo: Certidão de casamento n° [CONFIDENCIAL], da Conservatória do Registo Civil de Leiria.

3.4.2.2.1. Outro (especifique): Número de identificação fiscal [CONFIDENCIAL].

3.4.2.4. Morada

3.4.2.4.1. Rua e número/caixa postal: RUA [CONFIDENCIAL], N° [CONFIDENCIAL].

3.4.2.4.2. Localidade e código postal: [CONFIDENCIAL].

3.4.2.4.3. País

- ☐ Bélgica ☐ Bulgária ☐ República Checa ☐ Alemanha ☐ Estónia ☐ Grécia ☐ Espanha ☐ França
☐ Croácia ☐ Itália ☐ Chipre ☐ Letónia ☐ Lituânia ☐ Luxemburgo ☐ Hungria ☐ Malta ☐ Países Baixos
☐ Áustria ☐ Polónia ☒ Portugal ☐ Roménia ☐ Eslovénia ☐ Eslováquia ☐ Finlândia ☐ Suécia
☐ Outro (Especifique o código ISO):

3.4.2.5. Estatuto da parte B (assinale mais de uma caixa, se necessário) *

3.4.2.5.1. ☒ Herdeiro3.4.2.5.2. ☐ Legatário3.4.2.5.3. ☐ Executor Testamentário3.4.2.5.4. ☒ Administrador3.4.2.5.5. ☐ Testador3.4.2.5.6. ☐ Outro (especifique):**3.4.3. Parte C**

3.4.3.1. Nome e apelido(s) ou nome da organização *: [CONFIDENCIAL].

3.4.3.2. Data (dd/mm/aaaa) e local de nascimento ou, se se tratar de uma organização, data (dd/mm/aaaa), local de registo e designação do registo/da autoridade de registo: [CONFIDENCIAL], freguesia de [CONFIDENCIAL], conselho de [CONFIDENCIAL].

3.4.3.3. Número de identificação ⁷

3.4.1.3.3. Número de identidade:

3.4.1.3.4. Número da segurança social:

3.4.1.3.3. Número de registo: ASSENTO DE NASCIMENTO n° [CONFIDENCIAL], de Conservatória do Registo Civil de Leiria.

3.4.1.3.4. outro (Especifique): Número de identificação fiscal [CONFIDENCIAL].

3.4.1.4. Morada

3.4.1.4.1. Rua e número/caixa postal: RUA [CONFIDENCIAL], [CONFIDENCIAL].

3.4.1.4.2 Localidade e código postal: [CONFIDENCIAL].

3.4.1.4.3. País

- ☐ Bélgica ☐ Bulgária ☐ República Checa ☐ Alemanha ☐ Estónia ☐ Grécia ☐ Espanha ☐ França
☐ Croácia ☐ Itália ☐ Chipre ☐ Letónia ☐ Lituânia ☐ Luxemburgo ☐ Hungria ☐ Malta ☐ Países Baixos
☐ Áustria ☐ Polónia ☒ Portugal ☐ Roménia ☐ Eslovénia ☐ Eslováquia ☐ Finlândia ☐ Suécia
☐ Outro (Especifique o código ISO):

3.4.1.5. Estatuto da parte C (assinale mais de uma caixa, se necessário) *

3.4.1.5.1. ☒ Herdeiro

3.4.1.5.2. ☐ Legatário

3.4.1.5.3. ☐ Executor testamentário

3.4.1.5.4. ☐ Administrador

3.4.1.5.5. ☐ Testador

3.4.1.5.6. ☐ Outro (especifique):

3.4.4. Parte D

3.4.4.1. Nome e apelido(s) ou nome da organização*: [CONFIDENCIAL].

3.4.4.2. Data (dd/mm/aaaa) e local de nascimento ou, se se tratar de uma organização, data (dd/mm/aaaa), local de registo e designação do registo/da autoridade de registo: [CONFIDENCIAL], [CONFIDENCIAL], REPÚBLICA FRANCESA.

3.4.4.3. Número de identificação³

3.4.4.3.1. Número de identidade:

3.4.4.3.2. Número de segurança social:

3.4.4.3.3. Número de registo: CERTIDÃO DE NASCIMENTO n° [CONFIDENCIAL], de Conservatória dos Registos Centrais de Lisboa.

3.4.4.3.4. Outro (especifique): Número de identificação fiscal [CONFIDENCIAL].

3.4.4.4. Morada

3.4.4.4.1. Rua e número/caixa postal: RUA [CONFIDENCIAL], N° [CONFIDENCIAL].

3.4.4.4.2. Localidade e código postal: [CONFIDENCIAL].

3.4.4.4.3. País

- ☐ Bélgica ☐ Bulgária ☐ República Checa ☐ Alemanha ☐ Estónia ☐ Grécia ☐ Espanha ☐ França
☐ Croácia ☐ Itália ☐ Chipre ☐ Letónia ☐ Lituânia ☐ Luxemburgo ☐ Hungria ☐ Malta ☐ Países Baixos
☐ Áustria ☐ Polónia ☒ Portugal ☐ Roménia ☐ Eslovénia ☐ Eslováquia ☐ Finlândia ☐ Suécia
☐ Outro (Especifique o código ISO):

3.4.4.5 Estatuto de la parte D (assinale mais de uma caixa, se necessário) *

3.4.4.5.1. ☒ Herdeiro

3.4.4.5.2. ☐ Legatário

3.4.4.5.3. ☐ Executor Testamentário

3.4.4.5.4. ☐ Administrador

3.4.4.5.5. ☐ Testador

3.4.4.5.6. ☐ Outro (especifique):

³. Indique o número mais pertinente, se necessário.

4. Aceitação do ato autêntico [artigo 59 do Regulamento (UE) n° 650/2012]**4.2.** A aceitação do ato autêntico foi pedida? *4.1.1. ☒ Sim4.1.2. ☐ Não**4.2. Autenticidade do ato (* se SIM no ponto 4.1.1.)**4.2.2. ☒ Ao abrigo da legislação do Estado-Membro de origem, o ato autêntico tem força probatória específica em relação aos outros atos escritos*.

4.2.1.1. A força probatória específica diz respeito aos elementos seguintes: *

4.2.1.1.1. ☒ a data na qual o ato autêntico foi lavrado4.2.1.1.2. ☒ o local onde o ato autêntico foi lavrado4.2.1.1.3. ☒ a origem das assinaturas das partes no ato autêntico4.2.1.1.4. ☐ o conteúdo das declarações das partes4.2.1.1.5. ☒ os factos que a autoridade declara come tendo sido verificados na sua presença4.2.1.1.6. ☒ as medidas que a autoridade declara ter tomado4.2.1.1.7. ☐ Outro (especifique):

4.2.2. Ao abrigo da legislação do Estado-Membro de origem, o ato autêntico perde a força probatória específica com base (assinale, se necessário):

4.2.2.1. ☐ numa decisão judicial proferida em:4.2.2.1.1. ☐ num processo judicial ordinário4.2.2.1.2. ☐ num processo judicial especial previsto para este fim pela legislação (indique o nome e/ou as referências judiciais pertinentes):4.2.2.2. ☐ Outro (especifique):4.2.3. ☒ O conhecimento da autoridade, a autenticidade do ato não foi contestada no Estado-Membro de origem*.**4.3 Atos e relações jurídicas consignadas no ato autêntico (*se SIM no ponto 4.1.1.)**

4.3.1. Com conhecimento da autoridade, o ato autêntico*:

4.3.1.1. ☒ não foi objeto de uma contestação relativa aos atos jurídicos e/ou às relações jurídicas4.3.1.2. ☐ foi objeto de uma contestação relativa aos atos jurídicos e/ou às relações jurídicas consignadas, em pontos específicos não abrangidos pela presente certidão (especifique):4.3.2. ☐ Outras informações úteis (especifique):**5. Outras informações**5.1. No estado-Membro de origem, o ato autêntico é um documento válido para efeitos da consagração de um direito sobre bens móveis e imóveis nestes registos ⁴.5.1.1. ☒ Sim (especifique): A favor de todos os herdeiros em comum sem determinação da parte ou de direito.2. ☐ Não

⁴ A inscrição num registo de um direito sobre bens móveis ou imóveis é regulada pela legislação do Estado-Membro na qual o registo é responsável.

6. Força executiva do ato autêntico [artigo 60 do Regulamento (UE) n° 650/2012]

6.1. A execução do ato autêntico foi pedida? *

- 6.1.1. ☐ Sim
☐ Não

6.2. Se SIM no ponto 6.1.1., o ato autêntico tem força executória no Estado-Membro de origem sem que outras condições sejam preenchidas? *

6.2.1. ☐ Sim (especifique a ou as obrigações executáveis):6.2.2. ☐ Sim, mais apenas para uma/as parte(s) do ato autêntico (especifique a ou as obrigações executáveis):6.2.3. ☐ A ou as obrigações são executáveis ao encontro de ou das pessoas seguintes:6.2.3.1. ☐ Parte A6.2.3.2. ☐ Parte B6.2.3.3. ☐ Outro (especifique):**7. Juros**

7.1. Foi pedido a pagamento de juros? *

- 7.1.1. ☐ Sim
7.1.2. ☐ Não

7.2. Se SIM no ponto 7.1.1. *

7.2.1. Juros

7.2.1.1. ☐ Não especificado no ato autêntico7.2.1.2. ☐ Sim, especificado no autêntico como se segue7.2.1.2.1. Juros vencidos a contar de: [data (dd/mm/aaaa) ou evento]
até: [data (dd/mm/aaaa) ou evento]⁵7.2.1.2.2. ☐ Montante final:7.2.1.2.3. ☐ Método de cálculo dos juros7.2.1.2.3.1. ☐ Taxa: %7.2.1.2.3.2. ☐ Taxa: % em relação à taxa de referência (BCE/taxa de referência do banco central nacional:)
Em vigor a: [data (dd/mm/aaaa) ou evento]

7.2.2. Juros legais a calcular em conformidade com (especifique a lei aplicável):

7.2.2.1. Juros devidos a contar de: [data (dd/mm/aaaa) ou evento]
até: [data (dd/mm/aaaa) ou evento]⁵7.2.2.2. ☐ Método de cálculo dos juros7.2.2.2.1. ☐ Taxa: %7.2.2.2.2. ☐ Taxa: % em relação à taxa de referência (BCE/taxa de referência do banco central nacional:)

Em vigor a: [data (dd/mm/aaaa) ou evento]

⁵Se houver vários períodos, acrescente o número de períodos necessários.

12 [Escrito à mão]

[Rúbrica ilegível]

7.2.3. Capitalização dos juros (especifique):

7.2.4. Moeda


- ☐ euro (EUR) ☐ lev (BGN)
- ☐ coroa checa (CZK) ☐ kuna (HRK)
- ☐ forint (HUF) ☐ zloty (PLN)
- ☐ leu romeno (RON) ☐ coroa sueca (SEK)
- ☐ outro [especifique (código ISO)]:

Se forem anexadas folhas suplementares, indique o número total de páginas*: 6 páginas
Feito na *: Conservatória do Registo Civil de Leiria, em*: [CONFIDENCIAL]

Assinatura e/ou carimbo da autoridade que emitiu a certidão *:

[Assinatura ilegível]

➤ **Certidão de Óbito – Texto de partida**


Ville de Créteil

ACTE DE DÉCÈS
- COPIE INTÉGRALE -
Année 2015 / N° [Confidential]

ACTE DE DECES N° [Confidential]
[Confidential - Nome completo]

Date et heure du décès : le trois août deux mil quinze à huit heures -----
Lieu : [Confidential] [Confidential]

NOM : [Confidential]
Prénom : [Confidential]
né le : [Confidential]
à : [Confidential] s (Portugal)-----
profession : retraité -----
domicile : [Confidential]
fils de : [Confidential], décédé-----
et de : [Confidential], décédée-----
Epoux de : [Confidential]

Déclarante : [Confidential], 55 ans, cadre administratif, 51 [Confidential]
[Confidential] l (Val-de-Marne)-----


Date et heure de l'acte : le [Confidential] à 13 heures 10 minutes-----
Après lecture faite et invitation à lire l'acte, Nous, [Confidential] R épouse -----
[Confidential] Adjoint administratif principal 2ème classe, Officier d'Etat Civil par -----
délégation, avons signé avec la déclarante.-----

Mentions Marginales

Néant

Pour copie conforme.

à Créteil,
le 5 août 2015
L'Officier de l'Etat Civil



➤ **Certidão de Óbito – Texto de chegada**

➤ **[Logótipo do Registo
Civil da Câmara de
Créteil]**

CERTIDÃO DE ÓBITO

**- CÓPIA INTEGRAL -
ANO 2015 / N° [CONFIDENCIAL]**

**CERTIDÃO DE ÓBITO N° [CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]**

Data e hora do falecimento: [CONFIDENCIAL]-----
Lugar: [Confidencial] , [CONFIDENCIAL] (França)

APELIDOS: [CONFIDENCIAL]
Nome: [CONFIDENCIAL]
Data de nascimento: [CONFIDENCIAL]
Naturalidade: [CONFIDENCIAL] (Portugal)
Profissão: Reformado -----
Residência: [CONFIDENCIAL] (Val-de-Marne) (França)
Filho de: [CONFIDENCIAL], falecido
e de: [CONFIDENCIAL], falecida
Cônjuge: [CONFIDENCIAL]

Declarante Isabelle GIBUS, 55 anos, quadro administrativo, [CONFIDENCIAL]-----
[CONFIDENCIAL] (Val-de-Marne) (França) -----

Date e hora da certidão: [CONFIDENCIAL]às 13 horas e 10 minutes -----
Após feita a leitura e conferida a certidão, Nós, Béatrice [Confidencial] nome de casada
[Confidencial] , 2ª Ajudante Administrativa principal, Conservador do Registo Civil por
delegação, assinamos com a declarante.

Averbamentos

Nada consta

Para cópia autenticada.

em Créteil,
5 de agosto de 2015
O conservador do registo civil

[Rúbrica ilegível]
[Carimbo do Registo Civil da Câmara Municipal de Créteil
(Val-de-Marne)]

Sentença e Notificação - Texto de partida



MINISTÈRE DE LA JUSTICE

Tribunal d'Instance de FREJUS

Service de la Protection des majeurs

N°R.G.: [CONFIDENTIAL]
Cabinet [CONFIDENTIAL]
[CONFIDENTIAL]

Epouse [CONFIDENTIAL]

Destinataire :

Mme [CONFIDENTIAL]
[CONFIDENTIAL]
[CONFIDENTIAL]
[CONFIDENTIAL]

NOTIFICATION

J'ai l'honneur de vous faire connaître que, **dans votre intérêt, le Juge des tutelles de cette juridiction a rendu, à la date du [CONFIDENTIAL], la décision dont copie ci-annexée.**

Vous pouvez contester cette décision dans un délai de QUINZE JOURS à compter de la présente notification en formant un appel par déclaration faite ou adressée par lettre recommandée avec demande d'avis de réception, au greffe du tribunal d'instance dont l'adresse figure ci-dessus (article 1242 du code de procédure civile).

si vous ne contestez pas l'ouverture de la mesure mais une autre partie de la décision, vous devez préciser sur quels éléments de la décision porte votre recours (article 1243 du code de procédure civile).

Le ministère d'avocat n'est pas obligatoire pour la poursuite de l'instance.

Fait le [CONFIDENTIAL]

La Greffière

CODE DE PROCÉDURE CIVILE:

Art. 1230 : - Toute décision du juge est notifiée, à la diligence du greffe, au requérant, à la personne chargée de la protection ou à l'administrateur légal, et à tous ceux dont elle modifie les droits ou les obligations résultant de la mesure de protection. En outre, dans le cas de l'alinéa 2 de l'article 389-5 du code civil, il est notifié au parent qui n'a pas consenti à l'acte et, dans le cas de l'article 502 du même code, au subrogé tuteur.

Art. 1231 : Les notifications qui doivent être faites à la diligence du greffe, le sont par lettre recommandée avec demande d'avis de réception ; le juge peut toutefois décider qu'elles seront faites par acte d'huissier de justice.

La délivrance d'une copie certifiée conforme d'une décision du juge ou d'une délibération du conseil de famille, par le greffe contre récépissé daté et signé, vaut notification dès lors que les voies de recours et les sanctions encourues pour recours abusif sont portées à la connaissance de l'intéressé.

Art. 1239. - Sauf disposition contraire, les décisions du juge des tutelles et les délibérations du conseil de famille sont susceptibles d'appel. Sans préjudice des dispositions prévues par les articles 1239-1 à 1239-3, l'appel est ouvert aux personnes énumérées à l'article 430 du code civil, même si elles ne sont pas intervenues à l'instance. Le délai d'appel est de quinze jours. **Les parties ne sont pas tenues de constituer avocat ou avoué.**

Tribunal d'instance

272, rue Jean Jaurès
BP 118
83608 FREJUS CEDEX
Téléphone : 04.94.44.54.16
Fax : 04.94.40.12.75

Art. 1239-1. - Dans le cadre du partage amiable prévu aux articles 389-5 et 507 du code civil, l'appel contre une délibération du conseil de famille ou une décision du juge des tutelles est ouvert à l'administrateur légal ou au tuteur, aux membres du conseil de famille et aux autres parties intéressées au partage.

Art. 1239-3. - Sans préjudice des dispositions prévues par l'article 1239-1, l'appel contre une délibération du conseil de famille est ouvert à tous ses membres et au juge des tutelles, quel qu'ait été leur avis lors de la délibération.

Art. 1240. - Le ministère public peut former appel jusqu'à l'expiration d'un délai de quinze jours suivant la remise de l'avis qui lui a été donné de la délibération prise ou de la décision rendue.

Art. 1241 : Le délai d'appel contre une décision prononçant une mesure de protection à l'égard d'un majeur court :

1° A l'égard du majeur protégé, à compter de la notification prévue à l'article 1230-1 ;

2° A l'égard des personnes à qui la décision est notifiée, à compter de cette notification;

3° A l'égard des autres personnes, à compter du jugement.

Art. 1241-2. - Le délai d'appel contre une délibération du conseil de famille court à compter de cette délibération, hors le cas de l'article 1234-4 où il ne court contre les membres du conseil de famille que du jour où la délibération leur a été notifiée.

Art. 1242. - L'appel est formé par déclaration faite ou adressée par lettre recommandée avec demande d'avis de réception au greffe de la juridiction de première instance.

Le greffier enregistre l'appel à sa date ; il délivre ou adresse par lettre simple, récépissé de la déclaration.

Il transmet sans délai une copie du dossier à la cour.

Art. 1243. - Lorsque l'appelant restreint son appel à l'un des chefs de la décision autre que l'ouverture de la mesure de protection, il le précise.

Art. 1247 : - Si l'appel formé contre une décision du juge des tutelles ou une délibération du conseil de famille est rejeté, celui qui l'a introduit, à l'exception du juge, peut être condamné aux dépens et à des dommages et intérêts.

Tribunal d'instance

272, rue Jean Jaurès
BP 118
83608 FREJUS CEDEX
Téléphone : 04.94.44.54.16
Fax : 04.94.40.12.75

Tribunal d'instance de FREJUS

Service de la Protection des majeurs

272, rue Jean Jaurès
BP 118
83608 FREJUS CEDEX

Chambre des Minutes du Greffe
du Tribunal d'instance de 83 FREJUS

Téléphone : 04.94.44.54.16 - Fax : 04.94.40.12.75

JUGEMENT

Minute n°: [Confidential]

HABILITATION GENERALE

(Article 219 du Code civil)

N°R.G. : [CONFIDENTIAL]
Cabinet : [CONFIDENTIAL]

[CONFIDENTIAL]

Epouse [CONFIDENTIAL]

Audience non publique du Juge des tutelles de FREJUS, en date du [CONFIDENTIAL],

Présidée par Laurence GODRON, Juge des tutelles, assistée de Ouarda NESSAH, Greffière ;

Vu la requête reçue le [CONFIDENTIAL] de [CONFIDENTIAL], à l'effet d'être
habilité à représenter d'une manière générale sa conjointe :

Mme [CONFIDENTIAL], **Epouse** [CONFIDENTIAL]
née le [CONFIDENTIAL] à [CONFIDENTIAL] (PORTUGAL)
Demeurant à [CONFIDENTIAL]

dans l'exercice des pouvoirs résultant du régime matrimonial au motif qu'elle est hors d'état de
manifestar sa volonté ;

Vu les dispositions de l'article 219 du code civil et des articles 25 et suivants, 1286 et suivants du code
de procédure civile ;

Vu le certificat médical établi le [CONFIDENTIAL] par le Dr [CONFIDENTIAL] et les pièces jointes ;

Vu l'audition de M. [CONFIDENTIAL] (Conjoint) du [CONFIDENTIAL]

MOTIFS

Attendu qu'il résulte de l'audition, du certificat médical et des pièces jointes que Mme [CONFIDENTIAL]
[CONFIDENTIAL] Epouse [CONFIDENTIAL] est hors d'état de manifester sa volonté ; qu'il
est dans son intérêt d'être représentée d'une manière générale dans l'exercice des pouvoirs
résultant du régime matrimonial ;

Qu'il convient de faire droit à la requête ;

En raison de l'urgence il y a lieu d'ordonner l'exécution provisoire de la présente décision

PAR CES MOTIFS

Le **Juge des tutelles**, statuant non publiquement en premier ressort ;

Habilite M. [CONFIDENTIAL] ; **demeurant** [CONFIDENTIAL]
[CONFIDENTIAL] **de manière générale à représenter son épouse, Mme** [CONFIDENTIAL]
Epouse [CONFIDENTIAL] ; **dans l'exercice des pouvoirs résultant du régime matrimonial**
y compris pour tous les actes de disposition, en particulier lors de la vente du bien immobilier situé
[CONFIDENTIAL] **pour un montant de** [CONFIDENTIAL] **euros minimum ;**

Dit que la présente décision sera notifiée par les soins de le Greffière, par lettre recommandée avec
demande d'avis de réception, à , Mme ([CONFIDENTIAL] Epouse [CONFIDENTIAL]
[CONFIDENTIAL] et à M. [CONFIDENTIAL] ; (Conjoint) ;

Laisse les dépens à la charge de la requérante ;

Ordonne l'exécution provisoire de la présente décision ;

Ainsi jugé et prononcé par le Juge des Tutelles, à la date indiquée en tête du présent jugement.

La Greffière

La Juge des Tutelles





Sentença e Notificação - Texto de chegada

[logótipo]
Liberdade – Igualdade – Fraternidade

REPÚBLICA FRANCESA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

www.justice.gouv.fr

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Destinatário:

Tribunal de Instância de Frejus

Serviço de Proteção dos maiores de idade

[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]

N. ° do registo: [CONFIDENCIAL]

Gabinete : [CONFIDENCIAL]

[CONFIDENCIAL] (nome de casada [CONFIDENCIAL])

NOTIFICAÇÃO

Tenho a honra de comunicar que, **no seu interesse, o Juiz das tutelas desta jurisdição proferiu, no dia [CONFIDENCIAL], a decisão cuja cópia se encontra em anexo.**

Pode impugnar esta decisão num prazo de QUINZE DIAS a contar da data da presente notificação interpondo recurso por declaração elaborada ou dirigida por carta registada com aviso de receção à secretaria do Tribunal de Instância cuja morada se encontra acima mencionada (artigo 1243 do código de processo civil).

Caso não impugne a instauração da medida mas uma outra parte da decisão, deve especificar quais são os elementos da decisão em que o seu recurso se baseia (artigo 1243 do código de processo civil).

Não é obrigatório um advogado para os trâmites processuais ulteriores.

Feito em [CONFIDENCIAL]
A escrivã
[Rúbrica ilegível]

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Art. 1230: - Qualquer decisão do juiz é notificada, sob pedido da secretaria, ao requerente, à pessoa responsável pela proteção ou ao administrador legal e a todos aqueles cuja decisão altera os direitos ou as obrigações na sequência da medida de proteção. Adicionalmente, no caso da alínea 2 do artigo 389-5 do código civil, os pais são notificados que não autorizou o ato e, no caso do artigo 502 do mesmo código, ao sub-rogado tutor.

Art. 1231: As notificações que devem ser feitas sob pedido da secretaria são efetuadas por carta registada com aviso de receção; no entanto, o juiz pode decidir que serão feitas por ato de oficial de justiça.

A entrega de uma cópia autenticada de uma decisão do juiz ou de uma deliberação do conselho de família, pela secretaria contra recibo datado e assinado, vale como notificação quando as vias de recurso e as sanções incorridas por recurso abusivo são dadas a conhecer ao interessado.

Art. 1239: Salvo disposição em contrário, as decisões do juiz das tutelas e as deliberações do conselho de família são suscetíveis de recurso. Sem prejuízo das disposições previstas nos artigos 1239-1 a 1239-3, podem recorrer as pessoas enumeradas no artigo 430 do código civil, mesmo se não intervieram na instância. O prazo para recurso é de quinze dias.

As partes não são obrigadas a constituir advogado ou procurador judicial.

Tribunal da Instância

272, rue Jean Jaurès
BP 118
83608 Frejus CEDEX
Telefone: 04 94 44 54 16
Fax: 04 94 40 12 75

Art. 1239-1: - No âmbito da partilha amigável prevista nos artigos 389-5 e 507 do código civil, o recurso contra uma deliberação do conselho de família ou de uma decisão do juiz das tutelas pode ser feito pelo administrador legal ou tutor, membros do conselho de família e outras partes interessadas na partilha.

Art. 1239-3: - Sem prejuízo das disposições previstas no artigo 1239-1, o recurso contra uma deliberação do conselho de família pode ser feita por qualquer dos seus membros e pelo juiz das tutelas, qualquer que fosse a sua opinião aquando das deliberações.

Art. 1240: - O ministério público pode interpor recurso até quinze dias após a notificação que lhe foi entregue da deliberação tomada ou da decisão proferida.

Art. 1241: O prazo para recurso contra uma decisão proferindo uma medida de proteção no que respeita a um maior de idade incapaz começa:

1º No que respeita aos maiores de idade protegidos, a contar da notificação prevista no artigo 1230-1;

2º No que respeita às pessoas a quem a decisão é notificada, a contar da referida notificação;

3º No que respeita às outras pessoas, a contar da sentença.

Art. 1241-2: - O prazo para recurso contra uma deliberação do conselho de família começa a contar dessa deliberação, com exceção do artigo 1234-4 que apenas tem início contra os membros do conselho de família no dia em que a deliberação lhes foi notificada.

Art. 1242: - O recurso é interposto por declaração elaborada ou enviada por carta registada com aviso de receção à secretaria da jurisdição da primeira instância.

O escrivão regista o recurso com a sua data; entrega ou envia por carta simples, com recibo da declaração. Transmite sem demora uma cópia do processo ao tribunal.

Art. 1243: - Quando o recorrente limita o seu recurso a um dos chefes da decisão que não aquele da instauração da medida de proteção, ele especifica-o.

Art. 1247: - Se o recurso interposto contra uma decisão do juiz das tutelas ou uma deliberação do conselho de família é recusado, aquele que o interpôs, com exceção do juiz, pode ser condenado nas despesas e nos danos e juros.

Tribunal da Instância

272, rue Jean Jaurès
BP 118
83608 Frejus CEDEX
Telefone: 04 94 44 54 16
Fax: 04 94 40 12 75

Tribunal de Instância de FREJUS

Serviço de Proteção dos maiores de idade

272, rue Jean Jaurès

BP 118

83608 Frejus CEDEX

Telefone: 04 94 44 54 16 - Fax: 04 94 40 12 75

[Excerto das Minutas da
Secretaria do Tribunal de
Instância de 83 Frejus]

SENTENÇA

AUTORIZAÇÃO GERAL

(Artigo 219 do código civil)

Minuta n.º: [Confidencial]

N.º do registo: [CONFIDENCIAL]

Gabinete: [CONFIDENCIAL]

[CONFIDENCIAL] (nome de casada [CONFIDENCIAL])

Audiência não pública do juiz das tutelas de Frejus, no dia [CONFIDENCIAL],

presidida por Laurence Godron, Juíza das tutelas, assistida por Ouarda Nessah, escritvã;

Considerando o requerimento recebido a [CONFIDENCIAL] de [CONFIDENCIAL], a fim de estar autorizado a representar de forma geral a sua cónjuge:

[CONFIDENCIAL] (nome de casada [CONFIDENCIAL])

Nascida a [CONFIDENCIAL] em [CONFIDENCIAL] (Portugal)

Residente em [CONFIDENCIAL],

no exercício dos poderes resultantes do regime matrimonial por motivo de ser incapaz de manifestar a sua vontade;

Considerando o artigo 219 do código civil e os artigos 25 e seguintes, 1286 e seguintes do código de processo civil;

Considerando o atestado médico elaborado a [CONFIDENCIAL] pelo Dr. [CONFIDENCIAL] e os anexos;

Considerando a audição de [CONFIDENCIAL] (Cónjuge) de [CONFIDENCIAL];

MOTIVOS

Visto que resulta da audição, do atestado médico e dos anexos que [CONFIDENCIAL] (nome de casada [CONFIDENCIAL]) é incapaz de manifestar a sua vontade; que é para o seu interesse ser representada de forma geral no exercício dos poderes resultantes do regime matrimonial;

Que é conveniente dar provimento ao requerimento;

Devido à urgência é conveniente ordenar a execução provisória da presente decisão

POR ESTES MOTIVOS

O **Juiz das tutelas**, deliberando não publicamente em primeira instância;

Autoriza [CONFIDENCIAL] residente em [CONFIDENCIAL] a representar de forma geral a sua esposa, [CONFIDENCIAL] (nome de casada [CONFIDENCIAL]), no exercício dos poderes resultantes do regime matrimonial incluindo todos os atos de disposição, nomeadamente aquando da venda do bem imóvel situado em [CONFIDENCIAL] por um valor mínimo de [CONFIDENCIAL] euros;

Diz que a presente decisão será notificada pela escrivã, por carta registada com aviso de receção a [CONFIDENCIAL] (nome de casada [CONFIDENCIAL]) e a [CONFIDENCIAL] (Cônjuge);

Deixa as despesas a cargo da requerente;

Ordena a execução provisória da presente decisão;

Assim julgou e decidiu o Juiz das Tutelas, na data indicada no cabeçalho da presente sentença.

A Escrivã

A Juíza das tutelas

[rúbrica ilegível]

[rúbrica ilegível]

[carimbo ilegível]

[rúbrica ilegível] [carimbo do tribunal]